

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA

Melina Chiba Galvão

DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO, GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS
PAPÉIS DAS MULHERES NOS MODOS DE VIDA NA PESCA ARTESANAL



Rio Grande – RS

2013

MELINA CHIBA GALVÃO

**DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO, GESTÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OS
PAPÉIS DAS MULHERES NOS MODOS DE VIDA NA PESCA ARTESANAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto

Co-orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereira Medeiros

Rio Grande

2013

G182d Galvão, Melina Chiba

Diálogos entre gênero, gestão e Educação Ambiental: os papéis das mulheres nos modos de vida na pesca artesanal / Melina Chiba Galvão.
- 2013.

187 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
Mestrado em Educação Ambiental, Programa de Pós-Graduação em
Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2013.

Orientador: Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto.

Coorientador: Dr. Rodrigo Pereira Medeiros.

Catálogo na fonte: Bel. Me. Cibele Vasconcelos Dziekaniak CRB10/1385.



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 007/013

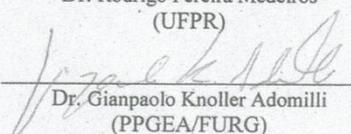
Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e treze, às nove horas, realizou-se a 7ª defesa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental em 2013, nível mestrado, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na sala da SEAD, - Campus Carreiros - cuja Banca, devidamente homologada pela Comissão de Curso do referido Programa, foi constituída pelos professores: Francisco Quintanilha Veras Neto (Orientador) - Universidade Federal do Rio Grande, Rodrigo Pereira Medeiros (Coorientador) - Universidade Federal do Paraná, Gianpaolo Knoller Adomilli - Universidade Federal de Rio Grande e Maria Cristina Alves Maneschy - Universidade Federal do Pará, para arguir da mestranda Melina Chiba Galvão. Após a apresentação da dissertação intitulada "As mulheres "por trás" dos pescadores: diálogos entre gênero, gestão e educação ambiental desvelando os papéis femininos na manutenção dos modos de vida na pesca artesanal" e a arguição dos avaliadores seguida de defesa, a Banca reuniu-se e considerou o trabalho Aprovado, emitindo o parecer a seguir:

Parabenizo-a pela qualidade do trabalho desenvolvido na mestrado e pelos resultados alcançados em termos de produção científica, especialmente a partir da elaboração de artigos científicos, além da contribuição de forma capital dentro da academia e em âmbito que é a comunidade acadêmica no trabalho.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros componentes da Banca de Arguição.


Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto
(FURG)

Dr. Rodrigo Pereira Medeiros
(UFPR)


Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
(PPGEA/FURG)

Drª. Maria Cristina Alves Maneschy
(UFPA)

Dedico este trabalho a todas as mulheres da pesca artesanal, que mostram serem muitas mulheres em uma só e não desistem, na luta para serem reconhecidas.

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterizem” (Boaventura de Sousa Santos)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos pescadores e pescadoras, que abriram as portas das suas casas para me receberem, que confiaram em mim e nesta pesquisa, enfim, que entre um cafezinho e outro, contaram-me suas histórias, suas dificuldades e suas lutas diárias para se manterem enquanto pescadores(as) artesanais. Agradeço também às lideranças e pessoas das localidades, que me ajudaram nas etapas iniciais da pesquisa em campo. Espero corresponder, com profissionalismo e justiça, ao carinho e confiança depositado por vocês.

Agradeço também à Prof. Daniela Kalikoski, por ela acreditar no projeto de pesquisa, pela orientação na primeira etapa. A ela, ao Prof. Marcelo Vasconcellos e à FAO, pelo direito de acesso e uso dos dados do Censo da Pesca. Um obrigada especial aos Professores Francisco Quintanilha e Rodrigo Medeiros, por orientarem a pesquisa (e muitas vezes a pesquisadora), assumindo um caminho já em curso, acreditando na importância do tema. Agradeço muito também à colaboração da banca, Professor Gianpaolo e Professora Cristina, por acompanharem a pesquisa desde o seu projeto inicial e que muito a enriqueceram, desde o seu projeto, com as suas experiências e importantes considerações.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do PPGEA, especialmente ao Gilmar, por estar sempre disposto a ajudar e a colaborar durante estes dois anos de mestrado. Obrigada aos professores do mestrado e também a todos os outros, que lutam por construir uma universidade que contribua para melhorar a sociedade em que vivemos. Agradeço à CAPES, pela viabilização do Projeto de duas formas, tanto via PPGEA, pela disponibilização da bolsa de mestrado, quanto da viabilização da pesquisa, através do Projeto Auxílio N. 23038.051620/2009-21 Edital 09/2009- Ciências do Mar.

Também não posso me esquecer dos colegas do Núcleo de Análise Sócio-Ambiental (ASA), Daniesse, Raquel, Carol Contato, Gisele, Maíra, Cristiano, Cristiana... Foi muito bom trabalhar com vocês, mesmo por um período curto, mas intenso! Crescemos muito, nos ajudando em muitos momentos, inclusive naqueles de crise; e agradeço também aos colegas e professores da Rede TransForMar, que também contribuíram para o amadurecimento teórico e metodológico da pesquisa, por momentos divertidos nas andanças e encontros das reuniões do Projeto Ciências do Mar, trocando experiências e saberes, e fazendo novos amigos. Cabe um agradecimento especial à querida Deborah que, mesmo do Canadá, continua se lembrando das mulheres daqui e mandando textos, artigos e se dispondo a ajudar.

E como foi boa esta etapa de imersão acadêmica durante o mestrado na Educação Ambiental! Agradeço especialmente aos colegas do mestrado, a “velhos” amigos como o Léo, e a outros novos amigos e amigas, Dayse, Carol, Julia, Karine, Carina, Yoisell,

Carmem, Washington, Saionara. Obrigada pela amizade e companheirismo, pelas jantãs na “cabana”, pelos jogos de Imagem e Ação, abraços apertados e conversas amigas que ajudaram a seguir em frente, mesmo diante de tantos desafios... Que bom que há cada vez mais educadores ambientais pelo mundo afora, trabalhando sério para fazer um amanhã diferente!

E, por último, mas não menos importante, agradeço à minha família! Obrigada à família cassineira, a todas as Doidivas, pela amizade e inclusive pela orientação em algumas etapas da pesquisa; agradeço especialmente à Isa, querida que me ajudou na transcrição das entrevistas. Obrigada aos amigos do Cassino! Também aos amigos distantes, mas que também são fundamentais na minha vida, às Txais, irmãs de coração, Roberta, Carmelita e Cinthya. Obrigada à minha família mineira “Chiba e Galvão”; aos meus pais: Marcos e Marilda; aos meus irmãos: Ni e Diogo; tios, tias, avós, primos e primas, por serem compreensivos com “esse tal de mestrado”, por me ajudarem a me manter firme no meu caminho, mesmo sabendo que, em meu coração, sentia saudades imensas de casa e vontade de voltar correndo pra Minas, durante muitas vezes...

Um obrigado especial ao meu companheiro Romulo, meu “namorado”, que aguentou as minhas ausências durante estes dois anos de dedicação ao mestrado, segurou a barra também muitas vezes sempre que eu entrava em uma das milhares de crises... E também por não só me compreender nas minhas lutas por um mundo mais justo, igualitário e melhor de se viver, mas também por lutar por elas junto comigo!

Agradeço também a toda a sociedade brasileira, pela universidade pública!

GALVÃO, M. C. **Diálogos entre gênero, gestão e educação ambiental: os papéis das mulheres nos modos de vida na pesca artesanal.** Rio Grande, 2013. (Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG

RESUMO

Diante de um contexto de crise socioambiental da pesca artesanal, as mulheres, em famílias de pescadores, desenvolvem papéis de fundamental importância para a manutenção dos modos de vida das famílias. Apesar disso, elas enfrentam um processo de invisibilidade na pesca, social e institucional, que reflete as desigualdades de gênero. Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi compreender quais os papéis das mulheres na manutenção dos modos de vida de famílias pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, e compreender como esses papéis relacionam-se com a capacidade adaptativa dessas famílias, diante desse contexto de crise. Tem ainda como objetivos específicos: realizar um diagnóstico de gênero sobre a situação atual das mulheres no estuário da Lagoa dos Patos; analisar quais os papéis e estratégias desenvolvidas por elas, que contribuem para a manutenção dos modos de vida das famílias, e relacionar esses papéis com a capacidade adaptativa das famílias frente à crise. A pesquisa é quanti-qualitativa e envolveu pesquisas exploratórias, análise de gênero de dados secundários e também de entrevistas dos modos de vida de famílias de pescadores artesanais, em quatro localidades de pesca no município de Rio Grande - RS. Os dados quantitativos foram submetidos à análise simples de estatística descritiva e os dados qualitativos analisados pela metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD). Ambos os resultados foram analisados com base em indicadores de equidade de gênero e também relacionados à capacidade adaptativa. Os dados desagregados por sexo mostraram, em geral, uma participação feminina baixa nas atividades da pesca, mas variável ao longo do estuário, além de maior vulnerabilidade das mulheres com relação aos direitos de propriedade na pesca. As entrevistas possibilitaram encontrar uma diversidade de atividades e papéis desempenhados pelas mulheres, concentrados nas atividades de pré e pós-captura, sempre interligados aos papéis reprodutivos. Esses papéis apresentaram indicadores ligados a componentes de capacidade adaptativa, associados à adaptabilidade, diversidade e flexibilidade; no entanto, apresentam, em geral, características de mecanismos de curto prazo. O contexto institucional, apesar de alguns avanços, ainda tem contribuído para diminuir a capacidade adaptativa das famílias, restringindo possibilidades de diversificação e flexibilidade, necessários para se adaptar ao contexto de incerteza e sazonalidade da pesca. Além disso, tem-se mostrado incongruente às relações de gênero existentes na atividade pesqueira, mantendo as desigualdades no acesso e no uso dos recursos, dos direitos de propriedade e da participação em espaços de representação e decisão.

Palavras-chave: gênero, pesca artesanal, gestão, educação ambiental

GALVÃO, M. C. **Dialogues between gender, environmental management and education: the roles of women in artisanal fisheries livelihoods.** Rio Grande, 2013. (Master Thesis in Environmental Education) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG

ABSTRACT

Facing a context of socio-ecological crisis of artisanal fisheries, women in fishing families develop roles of fundamental importance for the maintenance of the livelihoods of the families. However, they face a process of invisibility in fisheries, social and institutional, that reflects the gender inequalities. Thus, the main objective of this research was to understand which are the roles of the women, in the maintenance of artisanal fishing families livelihoods of the Patos Lagoon estuary, and understand how these roles are related to the adaptive capacity of these families on this context of crisis. It also has specific objectives: carry out a gender diagnosis about the current situation of women in the Patos Lagoon estuary; analyze which are the roles and strategies developed for them, that contribute to the maintenance of the livelihoods of families and relate these roles, with the adaptive capacity of the families facing the crisis. The research is quantitative and qualitative and involved exploratory research, gender analysis of secondary data and also interviews of artisanal fishing families' livelihoods in four fishing localities of municipality of Rio Grande - RS. Quantitative data were subjected to simple descriptive statistical analysis and qualitative data was analyzed by the methodology of discursive textual analysis. Both results were analyzed using gender equity indicators and also related to adaptive capacity. The data disaggregated by sex showed in general, a low but variable female participation on fishing activities, along the estuary; besides greater vulnerability of women with regard to property rights in fisheries. The interviews made it possible to find a diversity of activities and roles played by women, concentrated in pre and post-capture activities, always linked to reproductive roles. These roles had indicators linked to components of adaptive capacity, associated with adaptability, diversity and flexibility; however, have in general features of short-term mechanisms. The institutional context, in spite of some advances, still have contributed to reduce the adaptive capacity of families, restricting opportunities for diversification and flexibility needed to adapt to the context of uncertainty and seasonality of fishing. And in addition, has shown inconsistent to gender relations existing in fishing activity, keeping the inequalities in access to and use of the resources, property rights and participation in decision-making and representation spaces.

Keywords: gender, artisanal fisheries, management, environmental education

SUMÁRIO

1. AS MULHERES NA PESCA: A(S) CRISE(S) COMO POTENCIAIS PARA DESVELAR O INVISÍVEL E PROMOVER TRANSFORMAÇÕES.....	8
1.1. Ao sabor do vai e vem das águas do “Mar de Dentro” foi que se deu o encontro	9
1.2. As mulheres invisíveis “por trás” dos pescadores.....	16
1.3. Questões norteadoras e objetivos.....	19
1.4. Referencial teórico e metodológico	20
1.5. Caminhos e percursos: roteiros metodológicos.....	22
1.6. Estruturação dos capítulos da dissertação	23
2. UM OLHAR SISTÊMICO, COMPLEXO E CRÍTICO PARA COMPREENDER O QUE ESTÁ ALÉM DA “PESCA”.....	25
2.1. Mudanças de paradigmas: diálogos entre as abordagens sistêmicas complexas, a educação ambiental e novas abordagens de gestão	26
2.2. A abordagem dos modos de vida sustentáveis para lidar com os sistemas sócio-ecológicos ..	37
2.3. As mulheres “por trás” dos pescadores: a emergência da questão de gênero na pesca.....	46
3. PARA ENTENDER A PROBLEMÁTICA É PRECISO NAVEGAR NAS ÁGUAS DO “MAR DE DENTRO”: O SISTEMA SÓCIO-ECOLÓGICO DA PESCA ARTESANAL NO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS	59
4. CAMINHOS E PERCURSOS: ROTEIRO METODOLÓGICO	71
5. AS MULHERES E OS HOMENS DO “MAR DE DENTRO”: UM DIAGNÓSTICO DE GÊNERO	83
6. AS MULHERES “POR TRÁS” DOS PESCADORES: OS PAPÉIS DAS MULHERES NOS MODOS DE VIDA PESQUEIROS ARTESANAIS.....	104
6.1. Capitais e Contexto de Vulnerabilidade	105
6.2. Papéis das mulheres e estratégias das famílias	137
6.3. Papéis das mulheres e capacidade adaptativa	157
6.4. Considerações finais e implicações para as políticas, a gestão e a educação ambiental	163
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171
APÊNDICE A	
APÊNDICE B	

1. AS MULHERES NA PESCA: A(S) CRISE(S) COMO POTENCIAIS PARA DESVELAR O INVISÍVEL E PROMOVER TRANSFORMAÇÕES



Neste capítulo, propomo-nos a introduzir a pesquisa que foi realizada com as mulheres do “Mar de Dentro”. Nesta primeira parte, apresentar-se-á uma breve introdução sobre como se deu o encontro entre as pescadoras e a pesquisadora, e a problemática que deram origem à pesquisa. Além disto, serão postas as questões norteadoras que definiram os objetivos da pesquisa. Também serão apresentadas as teorias e os autores principais com os quais dialogamos para compreender a problemática e elaborar a pesquisa; e os percursos metodológicos que foram seguidos para atingir os objetivos propostos.

Começamos explicando que escrevemos essa dissertação, em 1ª pessoa do plural - Nós, visto que este processo foi realizado a muitas mãos, vozes e sentimentos. Contou com a contribuição de muitas pessoas, principalmente das mulheres do “Mar de Dentro”. Chamo as “sujeitas” da pesquisa de mulheres do “Mar de Dentro”, pelo local de estudo: a região do estuário da Lagoa dos Patos. Uma “Lagoa” (Laguna), tão grande que, muitas vezes, parece a imensidão do mar, um mar de águas interiores, o “Mar de Dentro”.

Assim, este capítulo buscará mostrar como a pesquisa foi sendo “tecida” a partir tanto da minha própria história enquanto pesquisadora, oceanóloga e educadora ambiental, e também nos meus encontros com as mulheres da pesca, a partir de uma demanda importante gerada em uma situação de crise, provocada em torno da perda do direito de recebimento do seguro-defeso.

1.1. Ao sabor do vai e vem das águas do “Mar de Dentro” foi que se deu o encontro

Iniciamos a dissertação, apresentando como a pesquisa foi sendo construída ao longo do caminho do mestrado, buscando apresentar como se deu o encontro com as “sujeitas” da pesquisa. Parto da premissa de que, para entender como as coisas estão interligadas e a importância deste projeto de pesquisa para a minha vida, é necessário esclarecer como isto está conectado. A história de vida da pesquisadora-educadora está diretamente relacionada ao que se pretende estudar; por isto busco reconstruir, através do resgate de alguns pontos principais da minha história, de forma a mostrar as inter-relações

entre o tema de pesquisa e a minha história, que foram tecendo a constituição desta pesquisa.

Esta trajetória pode ser iniciada a partir do meu envolvimento com Educação Ambiental (EA), que se iniciou ainda durante o curso de graduação em Oceanologia, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Está diretamente ligada a um momento de crise, já apresentado de forma mais detalhada em Galvão (2008), em que não conseguia me encaixar no cartesianismo das “caixinhas” em que a Oceanografia está dividida: química, biológica, geológica e física.

Diegues (2004) contribui para essa discussão, apontando como se dá essa percepção e o estudo dos ambientes marinhos e costeiros pela ciência moderno-positivista, da qual a Oceanografia faz parte, que entende os oceanos como uma realidade apenas físico-biológica, entendendo esses espaços como grandes vazios humanos, desabitados e sem intervenção humana. Assim, esses espaços poderiam ser fragmentados e decompostos, para serem mais bem estudados. Como estudante de Oceanografia, havia feito um percurso pelas suas áreas, tentando me encaixar e me adaptar. No entanto, aos poucos a vivência na área acadêmica foi me provocando várias inquietações.

A pesquisa, área de excelência da Oceanografia, a meu ver, estava muito distante dos problemas ambientais de Rio Grande. As pesquisas eram especializadas em cada “caixinha” e as caixinhas estudavam cada pedaço dos ambientes costeiros e marinhos, em extrema profundidade. No entanto, não dialogavam entre si, não havia um esforço efetivo para superar a abordagem de “juntar os pedaços”, mas sim conseguir analisar esses ambientes e os desafios ambientais de forma complexa (MORIN, 2003). O ambiente de pesquisa acadêmico também parecia-me descontextualizado; eu não enxergava a relação deles com o mundo fora da “bolha” protegida em que se encontrava a FURG. Eu buscava pesquisas com características mais de intervenção e de ação, que se propusessem efetivamente a “encontrar soluções” e contribuir, de alguma forma, para os problemas ambientais da região.

Neste momento, optei por tentar uma vaga de estágio fora da academia, no Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA, uma organização não governamental (ONG) da cidade. E é aqui que começa o diálogo da Oceanografia e da EA, e começo a ir me constituindo enquanto uma oceanóloga e educadora ambiental. Trabalhei por dois anos no Projeto “Ondas que te quero mar: educação ambiental para comunidades costeiras”. Durante este período, pude trabalhar com uma diversidade de sujeitos, através de oficinas, palestras, atividades de sensibilização, com estudantes, professores e professoras da rede pública de ensino, mulheres de pescadores, adolescentes, trabalhadores portuários, e outros. Esta foi a minha entrada na área da Educação Ambiental. Pude aprender na prática a ampliação do meu conceito de ambiente, para muito mais do que aquele relacionado às noções tradicionais de preservação e do mito da natureza intocada (DIEGUES, 2008). Reigota (1994) define o meio ambiente como:

um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (REIGOTA, 1994, p. 21).

Esse conceito abrange um pouco do que pude aprender na prática no NEMA. Meio ambiente então inclui tanto os lugares determinados, materiais, quanto os lugares percebidos pelas pessoas, que são subjetivos, variáveis. Inclui os ambientes “naturais”, mas também os transformados pelo ser humano. Além disso, busca reverter a visão de separação entre sociedade e natureza, mas vê os dois como intimamente interligados, independentes, em mútua relação. enxerga essa relação entre sociedade e natureza, como uma relação influenciada por processos culturais, tecnológicos, históricos, políticos, de determinada sociedade.

pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base biofísica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente (CARVALHO, 2004, p.37).

Esta ampliação do meu conceito de meio ambiente também ampliou o meu conceito de EA, para muito mais do que apenas a noção tradicional que eu tinha, sobre

transmitir conceitos de preservação, para cuidar das plantas, dos animais e dos ambientes naturais, assentada na noção da “natureza” de forma separada do ser humano. Essa ampliação (re)integrou o ser humano à natureza.

Foi durante o meu trabalho no NEMA que fui me constituindo como educadora ambiental, na prática, através do trabalho com as comunidades. Permitiu-me trabalhar com oceanólogos e oceanólogas que viam a Oceanografia de outra maneira: não fragmentada como na universidade, mas integrada e imersa na sociedade, não separada dela. Antes busca integrar as questões que afetam a vida das pessoas e dos outros seres vivos que habitam o planeta, compreendendo essa interdependência entre os processos e a necessidade de intervenções para torná-los mais sustentáveis. O NEMA possibilitou-me achar o meu lugar na Oceanografia e (re)encantar-me com ela. Eu conseguia enxergar, no trabalho que desenvolvíamos no NEMA e nos projetos, como a Oceanografia relacionava-se com a realidade de Rio Grande e como ela poderia ser útil para transformar a realidade e não apenas se resumir a projetos e trabalhos científicos, publicados e engavetados, no interior de uma universidade-ilha.

Uma Oceanologia que, depois, junto com Pereira (2007), que ainda que prematuramente tenhamos optado por denominar de “oceanografia humana”, ainda não superou a fragmentação positivista, mas busca entender que há uma relação mútua e interdependente entre os processos oceanográficos e os seres humanos. Não estamos separados deles, analisando os seus aspectos físicos, químicos, biológicos e geológicos apenas, mas tentamos entender como se dá essa relação entre sociedade e natureza, com foco nos ambientes costeiros e marinhos.

Ao mesmo tempo em que tive a experiência no NEMA, cursei, junto com a Oceanologia, dois anos do curso de Pedagogia e também pude atuar como extensionista no Núcleo de Desenvolvimento Social (NUDESE) da FURG, no Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP). Neste projeto, pude acompanhar e assessorar grupos de economia solidária (associações, cooperativas e grupos informais), em especial, o acompanhamento a dois grupos de mulheres durante este período: o Grupo de

Artesãs da Barra (GAB) e o Grupo Mãe Terra, do Assentamento Conquista da Liberdade, em Piratini.

Após estes anos de intenso envolvimento com trabalhos de EA e educação popular, optei por sair de Rio Grande e viver novas experiências em outros lugares. Assim, mudei-me de Rio Grande, em 2010, voltei para Minas e, em 2011, mudei-me para o Rio de Janeiro e trabalhei, por um ano, como Oficial da Reserva de 2ª Classe (RM2) na Marinha do Brasil, junto ao Departamento de Engenharia Oceânica, do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM). Durante este período, amadureci a ideia de voltar para Rio Grande e para a área da EA através do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), na FURG.

Após um contato com a profª Daniela Coswig Kalikoski e o ingresso no mestrado, inicialmente vinculada à linha de pesquisa Educação Ambiental não Formal (EANF), ainda sem um projeto de pesquisa previamente definido, iniciamos os trabalhos no Núcleo de Capacitação em Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca, no laboratório de Análise Sócio-Ambiental (ASA), da FURG, sob orientação da profª Daniela. A participação no Núcleo foi subsidiada por um projeto de Pesquisa do Edital CAPES Ciências do Mar, intitulado: “*Gestão Integrada e Compartilhada de Territórios Marinho-Costeiros: implicações para a pesca artesanal e para a conservação da biodiversidade*”, que tem, como principal objetivo, investigar a problemática da gestão integrada e compartilhada de territórios marinho-costeiros, a partir de abordagens analíticas, como o desenvolvimento territorial sustentável (DTS), a teoria dos comuns e co-gestão adaptativa. Atualmente sob coordenação dos professores Cristiana Simão Seixas (UNICAMP), Paulo Freire Vieira (UFSC) e Pedro Quevedo Neto (FURG), e colaboração dos professores Rodrigo Medeiros (UFPR) e Daniela Kalikoski (FAO), esse projeto vem desenvolvendo análises de estudos de caso no litoral dos estados da BA, RJ, SP, PR, SC e RS. Esse projeto subsidiou a formação da rede *Transdisciplinar de Formação em Gestão Participativa para Conservação e Desenvolvimento de Territórios Marinhos e Terrestres* (Rede TransForMar), da qual também faço parte. Também participei no Projeto de Extensão “*Empoderar para*

*transformar: gestão compartilhada e territorial da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos*¹.

Após a qualificação do projeto de pesquisa, em dezembro de 2011, a prof^a Daniela desvinculou-se da FURG e do PPGEA, para trabalhar como pesquisadora da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e a orientação desta pesquisa ficou a cargo do Prof. Francisco Quintanilha Veras Neto e co-orientação do Prof. Rodrigo Pereira Medeiros, da UFPR, também participante da Rede TransForMar. Essa mudança de orientação vinculou a pesquisa à linha de Fundamentos da Educação Ambiental (FEA) no âmbito do PPGEA. Essas mudanças são importantes para serem detalhadas, visto que também fazem parte do processo e mostram como esta pesquisa foi sendo “costurada” com a ajuda de várias “mãos”, e como ela se relaciona dentro das linhas de pesquisa do PPGEA e suas contribuições para a EA.

Ainda durante a etapa de escrita do projeto, ocorreu um conflito que serviu como norte para o delineamento da pesquisa. Esse conflito foi vivido pelos pescadores e pescadoras do estuário da Lagoa dos Patos (RS), no mês de maio de 2011: foi a perda de um benefício, o “seguro-defeso”, por uma parte das mulheres de pescadores artesanais. As mulheres de pescadores haviam conseguido o direito a receber o benefício do “seguro-defeso”, que antes só era pago aos “pescadores”², às pessoas que exerciam a atividade de captura. Esse direito foi fruto de movimentos na pesca que passaram a reconhecer que a pesca artesanal acontece em regime de economia familiar e, mesmo que a mulher em sua maioria não atue na captura, ela também trabalha na pesca em atividades de pré e pós-

¹Financiado pelo Ministério da Educação (MEC), o projeto tem como objetivos: a capacitação de comunidades pesqueiras do Estuário da Lagoa dos Patos para a gestão territorial, comunitária e compartilhada dos recursos pesqueiros, para compreender o papel da pesca na economia das famílias e das comunidades artesanais; identificar saberes tradicionais capazes de gerir os recursos, garantindo a reprodução social e a preservação ambiental; propor um diálogo entre saberes científicos e tradicionais; e estabelecer, junto aos pescadores, territorialidades de pesca, para servir de proposta de gerenciamento pesqueiro junto aos órgãos gestores.

² Quando utilizarmos o termo “pescadores” entre aspas, referimo-nos à noção usual do sujeito que atua na atividade de captura, termo que hierarquiza a atividade de captura com relação às outras atividades da cadeia produtiva da pesca artesanal.

captura, considerado também como trabalho e portanto detentora de direitos e benefícios, conforme destacado nas Resoluções da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, promovida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Desde 2009, na região, um estudo multi-institucional, através do Ministério Público Federal (MPF), recomendou ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que, para evitar desnecessária obtenção da licença ambiental para as mulheres, enquanto documento regulador das atividades apenas de captura, que o recebimento do “seguro-defeso” estivesse atrelado ao dos maridos pescadores, e isso foi acordado no âmbito do Fórum da Lagoa dos Patos (FLP). Em maio de 2011, diferentemente dos outros anos, uma agência do MTE negou o pagamento, restringindo o direito a apenas os membros da família que praticassem a atividade de captura, exigindo a licença ambiental (ou protocolo de solicitação) como um requisito para a solicitação do benefício.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por sua vez, estava restringindo a liberação da licença ambiental apenas aos homens ou mulheres que comprovassem exercer a captura. Como esse documento passou a ser um pré-requisito para a obtenção do benefício do “seguro-defeso”, e pelo acordo realizado no âmbito do Fórum, as mulheres, em sua maioria, não solicitaram tal documentação. Isso acarretou-lhes a perda do recebimento do “seguro-defeso” para o ano de 2011, pelo menos na maioria dos casos, nos municípios de Rio Grande e São José do Norte, os principais municípios pesqueiros da região. Isso gerou uma polêmica muito grande, conforme noticiada em diversos espaços da mídia, devido ao impacto de tais políticas públicas sobre os modos de vida dessas populações. Assim, desde então vêm ocorrendo mobilizações e ações judiciais, dos pescadores e pescadoras por toda a região a favor do direito ao “seguro-defeso” para as mulheres. Além disso, há mudanças legais como uma nova Instrução Normativa do MTE, que torna agora obrigatória a apresentação da licença ambiental, no ano de 2012, que foi seguida por Ação Civil Pública, impetrada pelo MPF para garantir os direitos das mulheres.

A perda do direito ao “seguro-defeso” pelas mulheres da pesca, na verdade, trata-se de um aspecto e uma das consequências da problemática em questão. A problemática de pesquisa tem como tema as relações de gênero na pesca, abordando o contexto de invisibilidade das mulheres nessa atividade, tanto nas pesquisas científicas e na gestão e formulação de políticas públicas específicas para a pesca. São as contradições entre a importância e um certo “reconhecimento” dessas mulheres como trabalhadoras da pesca; e a uma gestão, em seu sentido mais amplo, que sempre foi construída com o foco no controle do recurso, no controle do esforço da pesca, no estabelecimento de medidas e controles da captura e, portanto, do “pescador”. Assim, não se enxerga o que há “por trás” da “pesca”: todos os outros sujeitos, presentes na pesca artesanal que atuam em atividades diretamente relacionadas, mas que não necessariamente atuam na captura. Essas outras atividades da cadeia produtiva acabam se tornando invisíveis para processos de gestão e desenvolvimento da pesca. Diante dessas contradições e da necessidade de se ter mais dados com relação à problemática e à participação das mulheres na pesca, foi inspirada a proposta desta pesquisa com as mulheres da pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, visando mostrar o que está invisível e carregado de estereótipos e pré-conceitos.

1.2. As mulheres invisíveis “por trás” dos pescadores

Iniciamos, apresentando um relato de uma reunião ocorrida no âmbito do Projeto de Extensão “Empoderar para transformar”, na vila São Miguel, com pescadores e pescadoras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, para discutir questões relacionadas à pesca artesanal. Durante esta reunião, passou-se a seguinte cena:

Pescadora: “Os pescadores precisam se unir mais, participar das reuniões; por exemplo, aqui só tem 11 pescadores”.

Um pescador a corrige: “Não tem nem 11, tem só 8”, desconsiderando as mulheres presentes.

Outro pescador intervém: “Isso mostra como são as coisas no dia a dia, no momento que a gente falou quantos pescadores tinham, que contamos só 8. Nós temos que fazer com que seja reconhecido que não somos apenas nós, os pescadores, mas que as mulheres também são”.

Mais tarde, as pescadoras comentaram o que aconteceu e disseram: “Se nem os nossos maridos nos veem como pescadoras, como iremos lutar por nossos direitos diante dos órgãos da pesca?”.

Esse relato mostra uma cena que está diretamente relacionada à problemática da pesquisa já explicitada; revela uma situação vivida e enfrentada constantemente pelas mulheres, não só as do “Mar de Dentro”, mas de muitas comunidades pesqueiras. Essas mulheres enfrentam diversas contradições e desafios, alicerçadas nas relações de gênero na pesca. As mulheres, inclusive por seus próprios maridos, não são consideradas pescadoras, visto que frequentemente não vão “para o mar”, não “molham os pés na água”, como destacado por pescadores, ou seja, não atuam primordialmente em atividades de captura.

A problemática de pano de fundo da pesquisa está imersa na questão de gênero na pesca, que está relacionada, principalmente, à invisibilidade das mulheres na pesca, ou seja nas mulheres que estão “por trás” dos pescadores³. O discurso construído pelos diversos atores sociais e instituições voltadas para a pesca foi constituído principalmente a partir da atividade de captura. A pesca, enquanto atividade principal de captura, sempre foi uma atividade considerada de domínio masculino, atribuída ao homem, por estar ligada ao espaço do mar e ao trabalho embarcado (WOORTMANN, 1991; MOTTA-MAUÉS, 1999). Essa masculinização da pesca reflete-se principalmente no trabalho embarcado, repleto de mitos como: o de que “dá azar ter mulheres a bordo de embarcações”; de que a pesca caracteriza-se por ser um trabalho pesado e, portanto, não pode ser realizado por mulheres, que são frágeis. Há ainda a interferência das próprias características da pesca, cuja atividade principal, a captura, realiza-se em espaços distantes da casa, não atribuídos às mulheres, cuja “função” principal são as atividades reprodutivas, como cuidar da casa e da educação dos filhos.

Nas comunidades pesqueiras, há uma forte divisão sexual do trabalho; apesar de algumas mulheres atuarem em atividades de captura, geralmente não é essa a sua atividade

³ O uso do termo “por trás” teve como objetivo dar destaque, fazendo referência à famosa frase “por trás de um grande homem, existe uma grande mulher”, mostrando, nessa frase, a associação de hierarquia entre os gêneros, onde a mulher está presente mas sempre nos bastidores, ou por trás.

principal. Assim, na família da pesca artesanal, os estudos de gênero mostram uma bipolaridade: ao *ser homem* atribui-se o trabalho produtivo, o pescar, a identidade de pescador, o que atua na captura e tem como espaço primordial, o mar; ao *ser mulher*, atribui-se o trabalho reprodutivo, a identidade de mulher de pescador, no qual o trabalho na pesca é uma “ajuda” ao marido e não uma divisão de trabalho efetiva, sendo seu espaço o da “casa”.

Esse padrão estático e formado por polos opostos vem sendo desconstruído à medida que pesquisas buscam desvelar o invisível e compreender os papéis das mulheres nessa atividade que ainda é considerada como primordialmente masculina. Adentrando e observando as comunidades pesqueiras “descobre-se” que a mulher quase sempre é invisível no discurso; na prática, desempenha diversos papéis. A atividade produtiva da pesca como um todo não envolve apenas a etapa da captura, mas também as atividades de pré e pós-captura, onde a mulher atua em diversos estágios da cadeia produtiva. Algumas participam do processo de captura, mas as pesquisas mostram que a sua principal contribuição está em fases posteriores à captura como a limpeza e o beneficiamento do pescado, o conserto de petrechos de pesca e também na comercialização dos produtos (GARCEZ; SÀNCHEZ-BOTERO, 2005). Essas mulheres são as marisqueiras, tecedeiras de redes de pesca, as “pescadoras” (captura), que beneficiam o pescado, produzindo subprodutos como a farinha de pescado, o peixe salgado; são as diaristas nas indústrias e “salgas”⁴, as aposentadas, as esposas e filhas de pescadores que atuam no espaço doméstico, as presidentes ou membros de colônia ou associações. São diversas identidades e ligações com a pesca.

Apesar dessa importância na produção e reprodução da pesca, o seu trabalho majoritariamente está atrelado ao do marido pescador e ao âmbito familiar, sendo frequentemente “não remunerado” em um sentido propriamente dito, confundido com as atividades do lar. É pouco valorizado e reconhecido, por não estar diretamente vinculado à captura e ao mercado. Todas as atividades exemplificadas não são vistas como “trabalho”.

⁴ Locais informais de beneficiamento de pescado, normalmente de propriedade de atravessadores.

Pelo menos, não de forma que possa ser comparado ao trabalho da atividade de captura. Apesar da importância principal dos trabalhos das mulheres, em terra, residir no fato de que isso permite que os homens possam deixar suas casas e ir “pescar”, através de uma divisão social do trabalho (MANESCHY, 2000).

Assim, a participação das mulheres, por se dar, em muitos casos, restrita ao âmbito familiar, acarreta uma invisibilidade das mulheres enquanto atores sociais importantes para a manutenção dessa atividade (MANESCHY, 2000; WOORTMANN, 1991). Isso reflete-se nas relações de poder dentro das comunidades e nas políticas públicas voltadas à pesca, no que tange às especificidades do papel das mulheres (DI CIOMMO, 2007). As mulheres ainda enfrentam: dificuldade de acesso a créditos e a programas de formação e capacitação; aos direitos previdenciários e trabalhistas (em especial o “seguro-defeso”); e a precárias condições de trabalho (MELO, 2008; MANESCHY, 2000).

Há um recente movimento no desenvolvimento de pesquisas de gênero na pesca (BENNETT, 2005). Diante de uma realidade de crise socioambiental, que se reflete através da exploração dos estoques e marginalização, empobrecimento e vulnerabilidade dessas populações (DIEGUES, 2004; KALIKOSKI et al., 2007) e considerando que há relações de poder desiguais entre homens e mulheres, elas podem ser consideradas ainda mais vulneráveis que os homens, e a degradação ecológica pode aprofundar essa marginalização feminina (BAVINGTON et al., 2004).

1.3. Questões norteadoras e objetivos

A atividade pesqueira é uma atividade muito complexa, com alta imprevisibilidade na flutuação dos recursos, e outros choques e incertezas. Além disso, a atividade pesqueira, que é uma atividade tradicional, está em crise. Isso é um consenso, tanto da comunidade científica quanto dos pescadores. Diante desse quadro, as famílias desenvolvem estratégias adaptativas cíclicas, sazonais, frente a esse alto grau de incerteza e a essa tendência de queda na produção. Algumas dessas estratégias são: a flexibilidade dentro das pescarias (mudança das espécies-alvo e pescarias de acordo com a disponibilidade), migração e

mobilidade geográfica, diversificação dos modos de vida, divisão do trabalho entre homens e mulheres (captura e pós-captura), entre outras (ALLISSON; ELLIS, 2001).

A partir disso, surgiram diversas perguntas que suscitaram esta pesquisa. Afinal, quais os papéis das mulheres atualmente na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos? Quais atividades elas realizam (produtivas e reprodutivas)? Como as atividades e os papéis vêm se adaptando diante dos choques e estresses que o sistema sócio-ecológico da pesca artesanal vem sofrendo? As atividades desempenhadas por elas contribuem para garantir a reprodução social da família e seu modo de vida na pesca artesanal, aumentando a capacidade adaptativa da família e das comunidades?

Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi compreender quais os papéis das mulheres na manutenção dos modos de vida de famílias em comunidades pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, e como esses papéis relacionam-se com a capacidade adaptativa dessas famílias diante da atual crise pesqueira.

Teve ainda como objetivos específicos:

- (i) realizar um diagnóstico de gênero sobre a situação atual das mulheres em diferentes localidades de pesca artesanal;
- (ii) analisar quais os papéis das mulheres e estratégias adaptativas desenvolvidas por elas, na pesca e fora da pesca, que contribuem para a manutenção dos modos de vida das famílias;
- (iii) relacionar os papéis das mulheres e a capacidade adaptativa das famílias frente à crise socioambiental da pesca artesanal na região.

1.4. Referencial teórico e metodológico

Esta pesquisa embasa-se em novas abordagens de gestão, diferentes da gestão tradicional de pesca, baseada no comando e controle, centrada nos recursos para olhar “além da pesca” (MCCONNEY; CHARLES, 2010). Considera as pescarias como sistemas

complexos adaptativos (MAHON et al. 2008), nos quais as sociedades humanas não estão separadas do ambiente mas são parte integral dele, baseados no conceito integrado de sistemas sócio-ecológicos (BERKES; FOLKE, 1998).

Os sistemas complexos adaptativos possuem muitas dimensões (natural, social, cultural, institucional, política e outras) e organizam-se em resposta a vários efeitos como, por exemplo, a variação de recursos naturais, mudanças climáticas, sistemas de governança ou influências de mercado (MAHON et al. 2008). Além das características principais de complexidade e adaptabilidade, essas novas abordagens de gestão baseiam-se em propostas participativas (BERKES, 2004), através de uma perspectiva do ser humano-no-ambiente (FOLKE, 2006), a partir de uma visão complexa e sistêmica, através da co-gestão adaptativa, que são arranjos de compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil, através da participação dos diversos atores sociais combinados com a dimensão da aprendizagem interativa, a partir do aprendendo na prática (ARMITAGE, 2005).

A pesquisa também utiliza o gênero enquanto categoria analítica, porque entende que as relações de gênero estão dentre os fatores que podem mediar as relações sociais nos sistemas sócio-ecológicos. O conceito de gênero é histórico e socialmente construído, visando entender como essa construção é produzida diante das diferenças biológicas, recolocando o debate no âmbito do social, pois é aí que se constroem as relações desiguais entre sujeitos (LOURO, 2007).

A pesquisa utiliza ainda, como estrutura analítica, a “Abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis” (Sustainable Livelihood Approach – SLA), que é uma abordagem teórica relacionada ao estudo de sistemas complexos e dinâmicos, e às respostas adaptativas que as pessoas constroem diante do ambiente (ALLISSON; ELLIS, 2001). O modo de vida é definido como as formas de viver, as capacidades, os capitais e as atividades requeridas para esse viver (CHAMBERS; CONWAY, 1998). E a capacidade adaptativa está relacionada às estratégias dinâmicas de resposta, individuais ou coletivas, utilizadas para lidar com as

variações e flutuações, choques, estresses e incertezas diante de ambientes complexos (ALLISSON; ELLIS, 2001).

1.5. Caminhos e percursos: roteiros metodológicos

A análise de gênero foi iniciada a partir de uma pesquisa exploratória que envolveu revisão de literatura sobre as mulheres na pesca na região e observação participante durante reuniões do Projeto de Extensão “Empoderar para transformar” e do FLP. Foram realizadas ainda visitas às localidades, entrevistas informais com pescadores e pescadoras e lideranças. A observação participante buscou incorporar alguns aspectos de uma perspectiva etnográfica, e foi sendo usada como uma metodologia para observar, participar e registrar a experiência a partir de registros em diário de campo, fotografias e filmagens.

Também foi conduzida uma análise de gênero de dados secundários do banco de dados do “Censo da Pesca”, uma análise de estudo de caso financiada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que analisou as condições técnicas, sócio-econômicas e ambientais da pesca artesanal na região (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). A análise de gênero teve como foco identificar as atividades que mulheres e homens desenvolvem na pesca, os níveis educacionais, acesso a documentos (registro geral da pesca, licença ambiental, matrícula e talão do produtor) e benefícios recebidos (“seguro-defeso”, aposentadoria, tempo de contribuição ao INSS e outros), além dos acessos a capitais, como barcos e financiamentos. O objetivo foi fornecer um diagnóstico de gênero nas localidades ao longo do estuário e também inferir correlações a partir das similaridades e diferenças entre elas. Os dados quantitativos do “Censo da Pesca” foram analisados no *Microsoft Excel*, utilizando ferramentas simples de estatística descritiva para serem categorizados de forma quantitativa e os resultados foram apresentados sob a forma de gráficos, tabelas e porcentagens. Buscou-se ainda estabelecer relações entre os dados desagregados por sexo do banco de dados, com indicadores apresentados no relatório do “Censo da Pesca” (KALIKOSKI, VASCONCELLOS, 2012) com relação a tipos de pescaria e recursos, características dos locais de pesca, e contexto da cadeia produtiva formal e informal.

Foram realizadas ainda 20 entrevistas semiestruturadas com base na estrutura analítica da “Abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis” (ALLISSON; ELLIS, 2001), com famílias de pescadores artesanais, em quatro localidades pesqueiras do município de Rio Grande: Ilha dos Marinheiros, Ilha da Torotama, região do Prado e Bosque; e 4ª Secção da Barra. As entrevistas focaram em três partes da estrutura analítica: o contexto de vulnerabilidade, os capitais e as estratégias desenvolvidas pela unidade familiar. O objetivo foi ter um entendimento dinâmico de como os modos de vida estão respondendo às mudanças no contexto de vulnerabilidade, através do desenvolvimento de estratégias adaptativas e sua relação com os capitais (natural, físico, financeiro, social e humano) possuídos pela família como: educação, renda, acesso a documentos e benefícios, tempo de pesca. As entrevistas também usaram ferramentas como o "relógio de 24 horas" e o “calendário anual de atividades desagregado por gênero” (AGUILAR et al., 1999), para entender como as atividades são divididas entre homens e mulheres nas famílias, o gasto de tempo nas atividades de cada um, e como elas variam sazonalmente ao longo dos calendários de pesca. Os dados qualitativos foram analisados conforme a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), de Moraes e Galiazzi (2007). Buscou-se também relacionar os papéis das mulheres com as estratégias das famílias e como se relacionam com a capacidade adaptativa das famílias, com base em conceitos de capacidade adaptativa, resiliência, vulnerabilidade e equidade de gênero.

1.6. Estruturação dos capítulos da dissertação

Nesta primeira parte, buscamos introduzir a temática da pesquisa, mostrando a problemática em que se encontram as mulheres “por trás” dos pescadores, introduzir o referencial teórico e metodológico da pesquisa, os objetivos gerais e específicos do estudo, mostrando como as situações de crises, apresentam potenciais para desvelar o invisível e principalmente promover aprendizados e transformações. Assim, a estruturação da dissertação segue abaixo descrita:

No segundo capítulo, busco mostrar as “lentes” que nos auxiliam a compreender melhor a problemática de pesquisa, na busca de um olhar sistêmico, complexo e crítico para compreender o que está além da “pesca”. Assim, os diálogos e leituras suscitam a

necessidade de mudanças de paradigmas para a pesca, baseadas em abordagens sistêmicas, complexas e adaptativas, permeadas por aportes da EA crítica. Também dialogamos com a Abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis (*Sustainable Livelihood Approach*) para lidar com os sistemas sócio-ecológicos; e fizemos uma revisão da literatura de gênero na pesca, para mostrar as contradições das mulheres “por trás” dos pescadores, inscritas nesse processo de ambientalização dos conflitos de gênero.

No terceiro capítulo, navegamos nas águas do “Mar de Dentro”, fazendo uma revisão sobre o sistema sócio-ecológico da pesca artesanal no estuário da lagoa dos patos, de forma a subsidiar o entendimento do contexto em que se insere a pesca artesanal nesta região, buscando abordar ao máximo sua complexidade. No quarto capítulo, descrevemos os caminhos e percursos da pesquisa, apresentando o roteiro metodológico que seguimos.

Os capítulos finais apresentam os resultados da pesquisa. No quinto capítulo, apresentamos as mulheres e os homens do “mar de dentro”, mostrando os resultados do diagnóstico de gênero, realizado com os dados do censo da pesca. E no sexto capítulo, apresentamos finalmente as mulheres “por trás” dos pescadores. Mostramos os papéis das mulheres nos modos de vida pesqueiros artesanais e sua importância dentro das famílias, contestando esse entendimento “acessório e de ajuda” acerca dos papéis femininos nas atividades da pesca. Além disto, mostramos como esses papéis podem ser relacionados à capacidade adaptativa das famílias para enfrentar o contexto de crise e de vulnerabilidade em que as famílias se encontram.

2. UM OLHAR SISTÊMICO, COMPLEXO E CRÍTICO PARA COMPREENDER O QUE ESTÁ ALÉM DA “PESCA”



Foto e Arte: Melina Chiba Galvão

Este capítulo propõe mostrar o referencial teórico que permeia a análise e subsidia o processo de pesquisa, entendido aqui como a “lente” com a qual dialogo com o mundo, com os sujeitos de pesquisa e com outros autores.

2.1. Mudanças de paradigmas: diálogos entre as abordagens sistêmicas complexas, a educação ambiental e novas abordagens de gestão

A complexidade do tema e a teia de relações que se estabelecem para entender a importância das mulheres nos modos de vida de comunidades pesqueiras exigem que se percorra também vários conceitos e caminhos para aprofundar o debate. É isso que este capítulo se propõe fazer, mostrar como a crise na pesca está diretamente relacionada aos paradigmas que estruturam a sociedade moderna, principalmente as formas de fazer ciência e de gerir os recursos necessários para a sobrevivência humana. Ou seja, não é só a pesca que está em crise, mas também a ciência e a gestão tradicionais da pesca.

A pesca é uma atividade tradicional que tem como base um recurso natural, o pescado. Para manter essa atividade de forma sustentável, os recursos precisam ser geridos. A gestão da pesca pode ser definida como:

um conjunto de regras formais ou informais, ou seja, criadas e adotadas por lei ou pelos costumes, para que o acesso e uso dos recursos pesqueiros (as pescarias) sejam realizados de maneira a não comprometer os estoques e, ao mesmo tempo, gerar empregos e renda, e permitir que aspectos culturais e modos de vida das comunidades pesqueiras sejam transmitidos de geração em geração (KALIKOSKI et al., 2009, p. 18).

Esse é um conceito de gestão mais amplo, que engloba outros aspectos além das questões biológicas. Assim, as definições e estratégias de gestão da pesca, assim como de outras atividades que incidem sobre os recursos naturais estão intimamente ligadas aos paradigmas e modos de vida historicamente construídos de acordo com as sociedades. Ou seja, a nossa forma de nos relacionar com a natureza e também com os seus recursos, está ligada ao próprio conceito de natureza, que não é natural, mas historicamente construído. Segundo Porto-Gonçalves (2006), toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os

homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os nossos conceitos de natureza e a forma como nos relacionamos com ela foram e ainda são diretamente influenciados pela modernidade. Esse paradigma de ciência, denominado por Capra (2006) de mecanicista cartesiano; que tem suas bases na revolução científica associada à objetividade de Galileu Galilei, onde a ciência estuda os “fenômenos que podem ser medidos e quantificados”; ao pensamento analítico e filosófico de Descartes, que fragmentou a nossa forma de compreender um fenômeno, através do estudo fragmentado de suas partes; da matemática e da física mecânica de Newton e no método científico de Bacon (CAPRA, 2006).

A natureza em nossa sociedade é colocada de forma oposta à cultura. A cultura é superior e, portanto, pode dominar a natureza, acarretando uma visão antropocêntrica. Ou seja, o ser humano separa-se da natureza e a domina e esse processo inicia-se durante o desenvolvimento e declínio das sociedades Greco-Romanas (PORTO-GONÇALVES, 2006). No entanto, esse processo será acentuado na modernidade, a filosofia cartesiana vai tornar hegemônica a separação homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto, instaurando o caráter pragmático do conhecimento e o antropocentrismo. Essa estrutura também está ligada ao mercantilismo e ao colonialismo, ou seja, além do domínio sobre a natureza, há um homem branco e ocidental que pode dominar mulheres, negros, indígenas, etc (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A modernidade separou o homem da natureza, com o objetivo de coisificá-la, torná-la um objeto de estudo e também para dominá-la. O modo de vida moderno-urbano-industrial acarretou uma relação sociedade-natureza degradante, seja nas nossas relações sociais, culturais, econômicas, etc.

O paradigma dominante:

Consiste em várias ideias e valores entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material ilimitado, a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico, e – por fim, mas não menos importante – a crença em que uma sociedade na qual a mulher é, por toda a parte, classificada em posição inferior à do homem é uma sociedade que segue uma lei básica da natureza (CAPRA, 2006).

A modernidade e seus pilares instituídos pela nossa sociedade influem diretamente na nossa racionalidade e também na forma de fazer ciência. A ciência tradicional de gestão de recursos é reducionista, disciplinar, mecanicista e age de forma separada das pessoas e das políticas (HOLLING et al., 1998). Essa ciência das partes também buscou exercer o domínio humano sobre a natureza, de forma a controlá-la. A crise na pesca é um reflexo disso; transitou de uma visão de mundo ainda muito presente, de que os recursos naturais renováveis são inesgotáveis. E por muito tempo a gestão da pesca, científica e por parte do Estado, estava de acordo com essa visão, enxergando os recursos como *commodities* e por isso era necessário desenvolver metodologias que maximizassem os Máximos Rendimentos Sustentáveis (MRS) (BERKES; FOLKE, 1998), baseados na falsa ideia de que a objetividade científica era capaz de medir, quantificar, prever e gerir, da forma mais correta, os recursos. A pesquisa e a gestão da pesca por muito tempo focaram suas estratégias apenas em olhar para a “pesca” com foco no manejo dos recursos, como um processo meramente tecnológico, independente das variáveis culturais e sociais. Assim, as atividades de controle focavam, e ainda focam, na restrição do esforço de pesca através de “cotas”, “defesos” e outras; baseadas em parâmetros naturais, para manter os estoques pesqueiros rumo a noções de MRS (BERKES et al., 2006; DIEGUES, 2004) .

Além disso, essa ciência e gestão pesqueiras basearam-se no melhor do conhecimento científico para “modernizar” a pesca, entendida como uma pesca artesanal, que era atrasada, exemplificada pelas políticas de modernização da pesca no Brasil (DIEGUES, 1983). Aliado a isso, todo conhecimento ancestral acumulado por populações

que podemos chamar de camponesas, locais ou tradicionais⁵, foi sistematicamente desqualificado pelas modernas ciências agrárias, por exemplo, que tacharam aquelas práticas produtivas de “atrasadas”, “rústicas”, “arcaicas”. Só recentemente, com o advento da questão ambiental, vem sendo dada mais atenção ao saber destas populações.

Quando nos deparamos com as crises ambientais, onde os recursos começam a dar sinais de exaustão, de início revelamos a incapacidade humana moderna, de previsão e controle. Os paradigmas começam a ser contestados. Começamos a enxergar a complexidade dos problemas ambientais e a ver surgir a ciência da integração das partes (HOLLING et al., 1998). Entender a problemática da pesca exige compreender, antes de tudo, que a pesca é uma problemática complexa, ou seja, envolve não apenas aspectos do meio físico e biológico, como os ciclos de vida das espécies-alvo e medições de captura e esforço de pesca. Exige entender a produção pesqueira, as tecnologias e artes de pesca, a organização social dos pescadores e também das pescadoras, a economia e os processos de comercialização (GARCÍA, 1994). No caso da pesca, a dinâmica dos recursos naturais não é independente das motivações culturais e sociais das famílias que interagem com os recursos.

Os sistemas complexos adaptativos possuem muitas dimensões (natural, social, cultural, institucional, política e outras) e que se organizam em resposta a vários efeitos como, por exemplo, a variação de recursos naturais, mudanças climáticas, sistemas de governança ou influências de mercado (MAHON et al., 2008). Não é só considerar os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, mas também entender como eles interagem entre si e produzem efeitos secundários imprevisíveis a princípio (QUÈNSIERE *apud* PASQUOTTO, 2005, p. 25).

⁵Iremos utilizar o termo “tradicionais”, para nos referirmos às pescadores(as) artesanais, apesar de conhecer o debate com relação às contradições da utilização do termo, entendendo que este adjetivo qualifica e caracteriza as populações, em virtude não das associações com a rigidez, imutabilidade das tradições, mas pensar nas outras características que tornam esse grupo como outros, enquadrado sob esse destaque (LITTLE, 2002).

A “nova” ciência é influenciada por outros movimentos como, por exemplo, a física quântica e o pensamento sistêmico, que contribuem para revelar a enorme complexidade dos problemas ambientais. Os problemas ambientais são complexos, porque derivam de sistemas complexos. Isso não significa apenas ser “complicado” ou heterogêneo, como adverte García (1994). Os componentes e fenômenos dos sistemas complexos são heterogêneos, mas a característica principal dá-se nas inter-relações entre os componentes, cujas funções no sistema não são independentes do todo. O todo forma as partes e as partes formam o todo, em uma relação dialética, e o sistema funciona como uma totalidade organizada (GARCÍA, 1994). O todo não é apenas a soma das partes, mas surge também das relações e interações entre elas. Qualquer interferência, por menor que seja, pode resultar em alterações no estado do sistema de forma imprevisível.

Ou seja, não se pode fracionar o sistema e dividi-lo em partes para entendê-lo. A crença do pensamento científico moderno de que o todo pode ser entendido a partir da análise das propriedades das suas partes foi contestada. Assim, não se pode mais falar em sistemas sociais e ecológicos de forma separada, mas sim como um todo integrado e interdependente. Partimos do princípio de que o ser humano não está separado da natureza, ambos estão interligados de forma intrínseca. Compartilhamos a noção de que é preciso ver os sistemas de forma integrada e complexa, através do estudo dos sistemas sócio-ecológicos (SES) (BERKES; FOLKE, 1998), sendo estes entendidos como sistemas complexos.

Os sistemas também passam a ser entendidos enquanto dinâmicos e não lineares (LEVIN *apud* ARMITAGE et al, 2007), complexos e imprevisíveis. E também são formados por múltiplas causas e possuem múltiplas escalas e interações entre escalas e níveis (CASH et al., 2006), estabilidades dinâmicas, comportamentos descontínuos no espaço e no tempo e, por isso, é preciso lidar com a incerteza e os riscos. Assim, os sistemas podem ser complexos e adaptativos; o sistema complexo é aquele que exhibe características particulares que emergem dos padrões de interação do sistema, e complexo adaptativo, ao também possuir capacidade de se auto-organizar, aprender e se adaptar (MCCONNEY; CHARLES,

2010). Assim, segundo estes autores, a pesca pode ser entendida como um sistema complexo adaptativo, porque apresenta ambas as características, um sistema em que seus componentes interagem de forma dinâmica, modificando-se ao longo do tempo (MCCONNEY; CHARLES, 2010).

Essas características representam aportes das teorias sistêmicas complexas e da gestão adaptativa, que enfatizam as conexões e as relações de retroalimentação (BERKES; FOLKE, 1998), a auto-organização do todo, ou seja, as relações entre os organismos e seu ambiente são mediadas por relações de retroalimentação (*feedbacks*), tanto nos subsistemas sociais e como naturais. Populações tradicionais conseguem realizar um manejo adaptativo do ambiente em que estão inseridas, observando o ambiente e monitorando esses *feedbacks*, adaptando-se às mudanças do ambiente, através de respostas criativas ou inovadoras e aprendendo através da relação dinâmica com o ambiente (HOLLING et al., 1998). Lembramos que há que se fugir de entender as conexões e retroalimentações, como relações lineares e tradicionais de causa e efeito, visto que os sistemas complexos apresentam características de não linearidade.

A nova ciência, representada pela abordagem sistêmica, complexa e adaptativa, diferentemente da ciência tradicional, não refuta mas aceita as incertezas e as surpresas como inerentes ao estudo dos sistemas complexos, exigindo formas adaptativas também de gestão dos recursos (HOLLING et al., 1998). Formas que não sejam “fechadas”, o cerne da gestão adaptativa é o aprender na prática, com as retroalimentações dos sistemas, nas quais a ciência vai aprendendo à medida que vai experimentando.

Uma outra corrente que alicerça essa nova gestão é a proposta de co-gestão, onde busca-se uma abordagem orientada para as pessoas ao invés de apenas nos recursos, com ênfase nas instituições e nos direitos de propriedade (BERKES; FOLKE, 1998). Começa-se a enfatizar as instituições e a se propor novos regimes de governança, com a gestão baseada na comunidade e a gestão compartilhada ou a co-gestão, na qual o desenvolvimento comunitário torna-se parte integral da gestão dos recursos pesqueiros (BERKES et al,

2006). Afinal, ninguém melhor que as pessoas que serão mais afetadas, para construir junto com os outros atores sociais, de forma democrática, as políticas e a gestão da pesca.

Assim, há uma nova escola científica que vem pesquisando as problemáticas ambientais em torno da gestão e do uso dos recursos comuns (*common-pool resources*), como o pescado, a água e o ar. Esses recursos apresentam duas características, que são: a de exclusão, na qual é muito difícil excluir usuários desses recursos; e a de subtração, na qual a quantidade que um usuário retira do recurso influencia na quantidade que fica disponível para os outros usuários (DIETZ et al., 2002). Assim, segundo o famoso artigo sobre a tragédia dos comuns, de Garret Hardin, recursos com estas características tenderiam a ser exauridos, resultando na tragédia dos comuns a não ser que houvesse regras rígidas, ligadas à privatização ou estatização dos recursos (HARDIN, 1968). Essa teoria influenciou as políticas em torno dos recursos naturais por muitos anos, até que novas pesquisas começaram a mostrar falhas nessas teorias e que a tragédia não se deve às características de subtrabilidade e dificuldade de exclusão dos recursos comuns, mas sim à incapacidade das instituições de geri-los (BERKES; FOLKE, 1998). Assim, a tragédia dos comuns não é mais uma fatalidade, mas pode ser evitada (OSTROM, 1990). Há uma reformulação da teoria dos comuns, com estudos de caso de práticas comunitárias de gestão de recursos, que conseguiram governar um bem comum com sucesso.

Segundo Ostrom et al. (1999), para resolver esses problemas, é necessário restringir o acesso através dos direitos de propriedades e criar incentivos e/ou regras para que os usuários passem a investir no recurso ao invés de superexplorá-lo. Dessa forma, usuários que dependem dos recursos para a sua sobrevivência e que têm certa autonomia para criar suas regras, estão mais propensos a perceber os benefícios da sustentabilidade do recurso, balanceando benefícios e custos (OSTROM et al., 1999). Na verdade Hardin (1968) confundiu o livre acesso, que leva inexoravelmente à tragédia dos comuns, com situações de propriedade comum, onde o acesso e o uso de recursos são regulados por instituições ou fatores culturais de determinada comunidade (CUNHA; COELHO, 2003).

Assim, essa nova gestão foca em identificar as *instituições*, que são as práticas formais (leis, constituições, etc) e informais (normas de comportamento, códigos de conduta) que estruturam a interação humana (ARMITAGE, 2009). São as instituições que vão reger o uso e o acesso aos recursos e quem vai participar das decisões sobre isso são mediadoras das relações entre as sociedades e os recursos (OSTROM et al., 1999). E os arranjos institucionais podem ser organizados de diversas formas, mas comumente sob três formas: privado, estatal ou comum (DIETZ et al., 2002). Dessa forma, segundo os autores, não há uma forma de arranjo institucional que seja a única e a melhor, mas o sucesso da gestão depende do bom funcionamento das instituições (OSTROM et al., 1999) e também da proposição de instituições diversificadas, flexíveis e abertas às retroalimentações do ambiente (BERKES, 2005).

Portanto, essa “nova” teoria dos comuns está relacionada também com abordagens mais participativas de gestão dos recursos e dos ambientes. O conceito de co-gestão é recente, no entanto as práticas são antigas, visto que diversas sociedades já praticavam a co-gestão (JENTOFT, 2003). Segundo Jentoft (2003), a co-gestão foi uma forma de corrigir as falhas nas gestões tradicionais dos recursos, estatais e de cima para baixo (*top-down*), com as decisões ocorrendo de cima para baixo, onde não há um papel mais efetivo e regulador, da sociedade civil, além do normalmente consultivo. Pode ser definido como “*um processo colaborativo e participativo de tomada de decisão reguladora, entre grupos de usuários representativos, agências governamentais, instituições de pesquisa e outros atores sociais*” (JENTOFT, 2003, p. 3, tradução nossa). Envolve compartilhamento de poder e parceria e tem como princípios-chave: democracia, transparência, responsabilidade e sustentabilidade (JENTOFT, 2003). E fundamenta-se no princípio da subsidiaridade, no qual a autoridade de gestão deve buscar ocorrer sempre no menor nível de escala, o local, buscando processos de descentralização da gestão (JENTOFT, 2003). Assim, é importante a participação de todos os atores envolvidos, especialmente os das comunidades tradicionais, visto que a sua subsistência depende deste recurso (KALIKOSKI et al., 2006).

Como vimos nos parágrafos anteriores, a gestão da pesca e a ciência pesqueira não se apresentam de forma separada dentro da problemática de crise na pesca, mas integradas

para uma proposta de mudança dessa situação. E também a EA está diretamente ligada à essas mudanças de paradigmas e a proposição de novas relações entre sociedade e natureza. Segundo Carvalho (2004), a EA tem uma especificidade que é entender a relação sociedade-natureza, intervindo sobre os problemas e conflitos ambientais. É uma ação emancipatória que visa a construção de uma sociedade sustentável e equitativa.

A EA tem uma forte ligação com o movimento ecológico, que emerge na década de 60, junto com outros movimentos de contracultura nascidos nos países do Norte, como o pacifismo e o feminismo. Esses movimentos criticavam principalmente o modo de vida moderno (PORTO-GONÇALVES, 2006). Essa ligação entre a problemática ambiental, a EA e os movimentos sociais também ocorre no Brasil e na América Latina, mas de forma mais tardia, apenas na década de 80. Só mais tarde, a EA ingressa no campo da educação formal. Segundo Carvalho (2002), isso demarca o campo da EA a um campo historicamente construído: o que fornece a marca de identidade da EA, de crítica radical da sociedade e também da educação tradicional. Também faz parte do escopo da EA entender como as sociedades fazem uso e gestão dos seus recursos, se isso está se dando de forma sustentável e buscar formas de intervenção para transformar essa realidade.

Buscamos trazer para a discussão autores que fazem o diálogo entre a gestão e a EA, muitos deles com aportes da ecologia política. Visto que se trata de uma realidade em que qualquer processo de gestão dar-se-á através de relações entre os grupos sociais, de forma desigual, diante das diferenças importantes de poder entre eles. Segundo Loureiro (2012, p. 29), a ecologia política foca “nos modos pelos quais agentes sociais, nos processos, econômicos, culturais e político-institucionais disputam e compartilham recursos naturais e em qual contexto ecológico tais relações se estabelecem”.

Conforme já foi apontado por Porto-Gonçalves (2006), historicamente, a sociedade estabelece relações e significados com a natureza. Essas relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, vão conformar as mais diversas práticas de apropriação, acesso e uso dos recursos ambientais como, por exemplo, através do

estabelecimento de instituições. No Brasil, cabe ao poder público ordenar essas práticas, através da gestão ambiental pública (QUINTAS, 2004).

Esse mesmo autor alerta que, no entanto sabemos que, apesar do Estado ter o poder de ordenar as práticas, os custos e benefícios não são distribuídos de forma simétrica na sociedade. A gestão ambiental acontece em um espaço complexo, permeado por conflitos e frequentemente, de forma contraditória. Portanto, ao exercer a gestão ambiental, o Estado está mediando conflitos e disputas, em uma sociedade assimétrica (QUINTAS, 2004). A partir disso, o autor propõe que é de fundamental importância que o Estado transforme o espaço “técnico” de gestão ambiental em um espaço público, minimizando também as diferenças para um efetivo controle social que inclua todos os atores sociais implicados. Portanto, a EA deve propiciar condições para que os grupos sociais exerçam esse controle social da gestão ambiental pública (QUINTAS, 2004). Está se falando em uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões que, via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações (QUINTAS, 2004).

Layrargues (2000) também recomenda que essa EA deve ser voltada em especial para o exercício da cidadania, desenvolvendo uma ação coletiva para enfrentar os conflitos socioambientais, incorpora então esses processos decisórios participativos como fundamentais para a proteção ambiental. Little (2006, p. 91) define como conflito socioambiental “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”.

As propostas de co-gestão adaptativa apresentam contribuições importantes para pensar não só uma EA para a gestão como proposta por Quintas (2004), mas um processo de aprendizagem em que se promove a EA, integrada aos processos de gestão e de pesquisa. A co-gestão adaptativa enfatiza a construção de confiança entre os atores, o

desenvolvimento de instituições e a aprendizagem social, mostrando que tratar de co-gestão adaptativa envolve questões relacionadas à governança (ARMITAGE, 2009).

Torna-se necessário, portanto, para uma prática pedagógica engajada na realidade local, o conhecimento dos interesses políticos e econômicos dos diferentes sujeitos sociais e das instituições, dos modos de acesso e o uso dos recursos naturais, dos regimes de propriedade dos recursos, das opções tecnológicas existentes, dos impasses para a negociação, dos conflitos que impedem o diálogo, dos instrumentos jurídicos à disposição e dos demais aspectos que contribuem para a reflexão das alternativas políticas (LAYRARGUES, 2000, p. 5). A democratização da gestão ambiental só irá ocorrer na medida em que garantir a participação qualificada e efetiva dos atores sociais, em especial dos pescadores artesanais, que sempre estiveram às margens dos processos decisórios e que geralmente são os mais afetados por eles (GOMES, 2007), mas busca uma participação efetiva, e não simplesmente consultiva.

A pesquisa tem ainda, como uma de suas bases, a influência da educação popular e o movimento do ecologismo dos pobres, o qual Alier (1992) diferencia do ecologismo norte-americano e europeu, surgido nos países desenvolvidos. Apesar de ter sido influenciado por este, o ecologismo dos pobres, imortalizado pelo exemplo das lutas de Chico Mendes são movimentos sociais ecologistas, porque estão relacionados às lutas desses povos pela sobrevivência e às suas necessidades ecológicas para viver, tais como energia, água, espaços para habitar, trabalho, renda (ALIER, 1992). Segundo o autor, esses movimentos também são ecologistas, porque tendem a tirar os recursos da esfera da racionalidade econômica capitalista, e se aproximam da ecologia humana. Em muitos casos, as lutas são ecológicas, sim, visto que o trabalho e a renda dessas populações é intimamente dependente dos recursos naturais como, exemplo, a pesca. E mais do que apenas renda e trabalho, há todo um modo de vida que se constrói em torno da utilização desses recursos.

A qualificação dessa participação está também diretamente relacionada a processos de empoderamento dos atores sociais que estão em situação de maior desvantagem, como as mulheres de famílias de pescadores artesanais. É preciso entender também como as

relações de gênero conformam o acesso e uso dos recursos. As mulheres que estão frequentemente despojadas de seus direitos sociais e trabalhistas precisam de instrumentos que permitam desvelar o que está invisível, para promover políticas públicas coerentes com a realidade e que promovam processos de desenvolvimento de forma sustentável, equitativa e justa.

2.2. A abordagem dos modos de vida sustentáveis para lidar com os sistemas sócio-ecológicos

Depois de estabelecer este diálogo entre os diferentes temas que percorrem esta pesquisa, relacionando a abordagem sistêmica complexa com a EA e as novas formas de se fazer ciência e gestão dos recursos, é necessário incluir a estrutura analítica com a qual delineamos a pesquisa. Ela dialoga com o referencial teórico e trata-se de uma estrutura conceitual que nos auxiliará na análise do sistema e também para compreender os papéis desempenhados pelas mulheres na manutenção dos modos de vida das famílias e das comunidades pesqueiras artesanais.

Como já discutido, os sistemas sócio-ecológicos da pesca são considerados sistemas complexos e adaptativos (HOLLING et al., 1998). Assim, as populações tradicionais, que têm estreita relação com o ambiente e são muito dependentes dos recursos, elaboram seus modos de vida, interpretando as mudanças ambientais e adaptando-se de forma integrada. Conforme vimos no capítulo anterior, no conceito de co-gestão adaptativa, alguns temas emergem, como: as teorias complexas, sistêmicas e adaptativas; os conceitos de capacidade adaptativa e resiliência; desenhos institucionais adequados; parcerias e compartilhamentos de poder; e condições para sucesso e falhas (ARMITAGE et al., 2007).

Para a análise, vamos abordar dois conceitos importantes: o de resiliência dos sistemas sócio-ecológicos e o de capacidade adaptativa. A resiliência é uma propriedade dos sistemas complexos adaptativos e é entendida no contexto de que o sistema se adapta a perturbações externas (GIBBS, 2009). O foco na resiliência representa uma mudança na forma com que os gestores intervêm em sistemas sócio-ecológicos, buscando manter a habilidade dos sistemas em absorver ou amortecer distúrbios, manter os seus atributos

principais, continuar a se auto-organizar e construir capacidade para aprendizagem, experimentação e adaptação (ARMITAGE et al., 2007).

Segundo a *Resilience Alliance* (2010), refere-se à magnitude de mudança ou distúrbio que um sistema pode experimentar sem mudar para outro estado com propriedades estruturais e funcionais diferentes, com fornecimento de diferentes serviços ecossistêmicos. Essa definição pode ser pensada em termos de: (i) quantidade de mudança que o sistema pode suportar e ainda manter os mesmos controles de função e estrutura; (ii) o nível no qual o sistema é capaz de se auto-organizar; e (iii) a habilidade de construir e aumentar a capacidade de aprendizagem e adaptação (RESILIENCE ALLIANCE, 2010). Co-gestão adaptativa é uma resposta institucional e organizacional a sistemas adaptativos complexos e a mudanças na gestão da resiliência (ARMITAGE et al., 2007).

Lembramos que os sistemas não são estáticos e sim dinâmicos, mudando ao longo do tempo. Essas mudanças, seguindo a teoria dos ciclos adaptativos, são compostas por quatro fases: crescimento, manutenção, colapso e reorganização (HOLLING, 2001). Em termos gerais, descreve como o sistema se estabelece, desenvolve, estabiliza e sofre mudanças rápidas, reorganizando-se para iniciar o ciclo de novo. Os sistemas também interagem com outros sistemas, em escalas maiores e menores em que estão inseridos, em uma estrutura hierárquica denominada de panarquia (HOLLING, 2001). A capacidade adaptativa, nesses modelos, está caracterizada por uma espécie de “memória” e aprendizagem que todos os sistemas adquirem após passar por perturbações, para se adaptar a perturbações futuras (GIBBS, 2009).

O conceito de capacidade adaptativa refere-se à habilidade de um sistema de se adaptar à mudança e responder a distúrbios (ARMITAGE, 2005, p. 706). Para Folke et al. (2010), refere-se à capacidade dos atores, em um sistema, de influenciarem na resiliência. Para esses autores, a análise voltada para a resiliência foca em três aspectos dos sistemas sócio-ecológicos, resiliência como persistência, mas também como adaptabilidade e transformabilidade, mostrando a dinâmica do conceito. Adaptabilidade está relacionada à capacidade adaptativa de um sistema sócio-ecológico em ajustar suas respostas às mudanças

externas e processos internos, permitindo o seu desenvolvimento dentro do domínio de estabilidade; e a transformabilidade é a capacidade de criar novos domínios de estabilidade, cruzando os limites para novas trajetórias de desenvolvimento (FOLKE et al. 2010).

Folke et al. (2003) *apud* Armitage (2005) identificaram quatro dimensões da capacidade adaptativa: a) aprender a viver com a incerteza e a mudança; b) dar suporte e promover a diversidade, tanto biológica quanto institucional, como mecanismo de difusão de risco; c) combinar diferentes tipos de conhecimento (científico e local/tradicional) ao longo de múltiplas escalas; d) manter oportunidades para auto-organização dos sistemas em direção à sustentabilidade.

Alguns autores têm buscado trabalhar com os conceitos de resiliência e capacidade adaptativa, relacionando-os com os conceitos de vulnerabilidade. Capacidade adaptativa é a “capacidade de um sistema evoluir a fim de acomodar os riscos ambientais ou mudanças de políticas e expandir o intervalo de variabilidade com a qual ele pode lidar” (ADGER, 2006, p. 270, tradução minha). A resiliência é o lado oposto da vulnerabilidade; em sistemas resilientes à mudança tem o potencial para criar oportunidades para desenvolvimento e inovações. Em sistemas vulneráveis, pequenas mudanças podem levar à ruína do sistema (FOLKE et al., 2002). Segundo Gibbs (2009), diversas comunidades, devido a impactos exógenos, podem ter perdido sua capacidade adaptativa, tornando-se mais vulneráveis a choques e estresses.

Assim, a resiliência e a capacidade adaptativa são conceitos-chave para a co-gestão adaptativa, visto que os sistemas não mudam de forma previsível e sistemas impactados podem sofrer mudanças bruscas de forma muito rápida. Como os sistemas são vistos como complexos, não lineares, de múltiplos equilíbrios e auto-organizativos, permeados por incertezas e discontinuidades; então a resiliência, nesse contexto, é uma medida de robustez e da capacidade-tampão do sistema em mudar suas condições (BERKES; FOLKE, 1998).

Com base nesses dois conceitos principais, pode-se dividir as estratégias e os mecanismos das comunidades em mecanismos reativos ou adaptativos. Segundo Berkes e Jolly (2001), reativas são as respostas de curto prazo a situações que ameaçam seus modos de vida, geralmente respostas emergenciais diante de anos ou períodos anormais; e estratégias adaptativas são aquelas em que indivíduos, unidades familiares e comunidades mudam suas atividades produtivas e modificam regras locais e instituições para garantir seus modos de vida. As duas respostas podem se sobrepor ao longo do tempo e também os mecanismos reativos podem se desenvolver em estratégias adaptativas (BERKES; JOLLY, 2001).

As famílias dos pescadores interpretam os problemas, conflitos e possibilidades, e elaboram as suas estratégias reprodutivas. Tanto as voltadas para as atividades produtivas na pesca (captura, processamento e comercialização) quanto fora da pesca, como diversificar as atividades familiares para manter o modo de vida. Assim, observam-se estratégias adaptativas diversas como o desenvolvimento de atividades temporárias tanto fora da pesca (construção civil, faxina, “bicos”) quanto na pesca (embarques na frota industrial) (PASQUOTTO, 2005). Ou seja, conforme apontado por Gibbs (2009), diante de diversos fatores endógenos e principalmente exógenos (como sobrepesca, competição com as pescarias industriais, poluição, turismo, e outros), as populações podem se tornar mais vulneráveis a todos esses fatores.

Dessa forma, a relação entre os papéis das mulheres na manutenção dos modos de vida das famílias e suas relações com a capacidade adaptativa pode contribuir para compreender como os modos de vida das famílias podem lidar e se recuperar de estresses e choques (MARSCHKE; BERKES, 2006). Dessa forma, é prospectiva, podendo ser utilizada para caracterizar a habilidade de um sistema para lidar com a mudança (MARSCHKE; BERKES, 2006).

A Abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis (CHAMBERS; CONWAY, 1998) é uma abordagem teórica que está relacionada ao estudo de sistemas complexos e dinâmicos, e às respostas reativas ou adaptativas que as pessoas constroem diante do ambiente.

Conforme os autores, a abordagem dos “modos de vida sustentáveis” dedica-se a entender, de forma integrada, questões relacionadas à pobreza e a como as pessoas e comunidades rurais constroem as estratégias e práticas que permitem que se enfrentem situações instáveis e de incerteza social, econômica e ambiental. Está pensado, nesta pesquisa, como um referencial importante para o estudo das respostas reativas ou adaptativas dos pescadores e pescadoras artesanais às flutuações dos recursos e a outros choques e incertezas do ambiente.

O SLA tem alguns princípios que foram resumidos por Allisson e Horemans (2006): (i) coloca as atividades sociais e econômicas das pessoas no centro da análise e não apenas o seu “esforço de pesca”; (ii) as opções para intervenção na gestão e no desenvolvimento da pesca transcendem os limites setoriais da pesca, incorporando outras questões como acesso a serviços (educação, saúde, judiciário, etc) e representação política; (iii) considera as ligações entre processos e questões em diversos níveis escalares; (iv) é uma abordagem mais responsável e participativa nas prioridades de manejo, porque visa trabalhar em parceria com os pescadores e outros atores sociais em busca de gestão voltada a abordagens mais dinâmicas, adaptativas e de aprendizagem; (v) constrói-se na força das capacidades das pessoas diante das situações de estresse e choques, incluindo o seu conhecimento tradicional, suas habilidades e estratégias de modos de vida diversificadas e flexíveis; (vi) aborda uma visão ampla (fatores econômicos, sociais, institucionais e ambientais) e dinâmica da sustentabilidade, e não uma visão estática e baseada em poucos fatores.

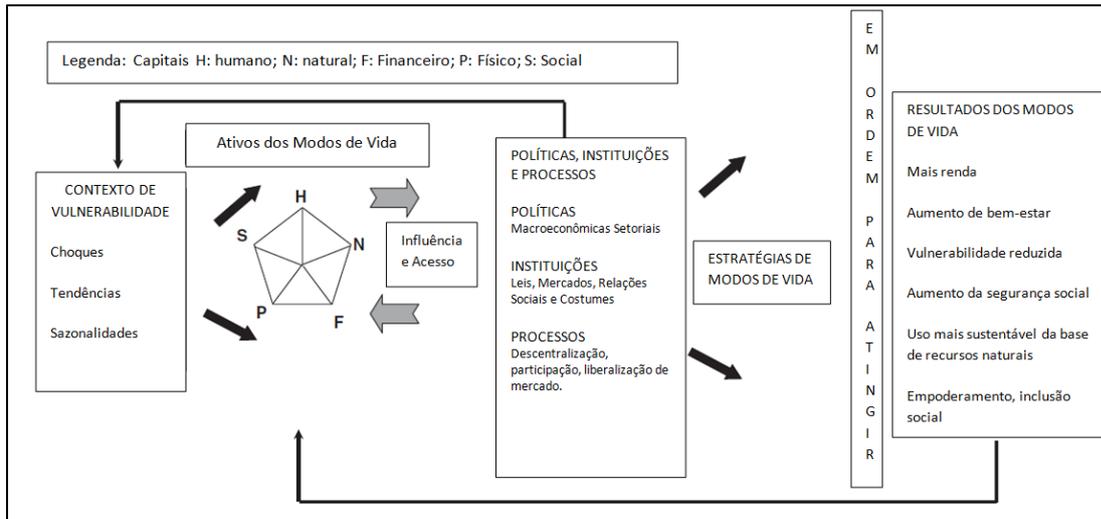


Figura 1. Estrutura analítica da Abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis. Fonte: Allisson e Horemans (2006), traduzida pela autora.

O modo de vida compreende as pessoas, suas capacidades e suas formas de viver (CHAMBERS; CONWAY, 1998) e a estrutura analítica da abordagem une os capitais e as atividades, focando nas interações entre eles (ALLISSON; HOREMANS, 2006). Centra nas ligações entre os capitais individuais e familiares, nas atividades que uma unidade familiar pode engajar dado um perfil de ativos/recursos possuídos e nos processos mediadores que governam o acesso a esses ativos e atividades alternativas (ALLISSON; ELLIS, 2001).

Considera, como unidade social e econômica, a unidade familiar, que é o grupo de pessoas que mora no mesmo lugar, compartilha refeições e toma decisões conjuntas e coordenadas sobre a alocação de recursos e renda. O ponto inicial da estrutura analítica são os capitais possuídos, controlados, reivindicados ou, de alguma forma, acessados pela unidade familiar, distribuídos em cinco categorias principais de ativos ou capitais (ALLISSON; HOREMANS, 2006; ALLISSON; ELLIS, 2001, DFID, 1999):

- naturais: referem-se ao estoque de recursos naturais, dos quais os fluxos de recursos e serviços úteis para os modos de vida são derivados; podem ser intangíveis (ex.: atmosfera, biodiversidade) ou tangíveis (ex.: estoques de peixes, posse de territórios no mar, áreas cultivadas);

- físicos: compreendem a infraestrutura e os bens físicos (ferramentas e equipamentos) necessários para dar suporte aos modos de vida; ex.: barcos, artes de pesca, casas, meios de transporte (a nível familiar), mas também acesso à infraestrutura comunitária, municipal ou regional (postos de saúde, escolas, portos, etc);

- humanos: referem-se às capacidades da pessoa em termos de habilidades, conhecimentos, instrução, boa saúde e capacidade de trabalho, que permitem a elas buscar diferentes estratégias ou objetivos de modos de vida;

- financeiros: são os recursos que as pessoas usam para atingir os objetivos dos seus modos de vida; ex.: economias, empréstimos, seguros;

- sociais⁶: nesse contexto, referem-se aos recursos sociais sob os quais as pessoas constroem os seus modos de vida; podem ser relações de confiança, reciprocidade e trocas que facilitam a cooperação, reduzem custos e podem ser a base para redes sociais de segurança; redes ou conexões que aumentam a confiança das pessoas e a capacidade de trabalharem coletivamente, expandindo o acesso a instituições mais amplas; e a participação em grupos formais que normalmente implicam a adesão a regras, normas e sanções comumente aceitas; ex.: redes de parentesco, associações, redes de grupos de pares;o capital social tem ganhado destaque no âmbito da gestão, principalmente devido à ênfase nos benefícios provenientes do envolvimento e da participação em grupos; no âmbito da co-gestão adaptativa, enfatiza-se a construção de confiança, o desenvolvimento de instituições e a aprendizagem social, relacionando-os à temática da governança.

Há que se citar ainda as críticas ao uso do termo “capital”, enquanto termo herdado das teorias econômicas, e muito utilizado no âmbito da economia ecológica, em seu sentido atribuído a estoques e fluxos, associado a seu sentido econômico (CONSTANZA et al. 1997 *apud* ANDRADE, 2008; RAKODI, 2002). Sabemos dos problemas associados ao uso desse termo, no entanto, acreditamos que a abordagem, apesar dessa fragilidade,

⁶ Há vários debates sobre o significado do termo capital social, a partir da ascensão do uso do termo, seus vários significados e conseqüentemente críticas à vulgarização do uso desse termo (PORTES, 2000; PLUMMER; FITZGIBBON, 2007).

apresenta também pontos positivos, ao reconhecer que em muitas famílias que não possuem acesso a formas monetárias de capitais, mas possuem outras fontes de ativos/recursos, de formas diversas e em diferentes escalas de ativos/recursos materiais ou não-materiais (RAKODI, 2002). Traz uma visão mais abrangente e integrada sobre as diferentes formas de capitais (tangíveis ou intangíveis) acessados pela família no desenvolvimento das suas estratégias de modos de vida.

O acesso aos capitais e às atividades é permitido ou impedido por políticas, instituições e processos, incluindo relações sociais, mercados e organizações. Esses estão no centro da gestão das pescarias. A sustentabilidade dos modos de vida também é afetada pelo contexto de vulnerabilidade, que compreende os ciclos ou sazonalidades, as tendências (ex.: diminuição das taxas de captura, aumento dos preços do pescado, e outros não relacionados à pesca, como aumento dos preços dos alimentos) e os choques (danos provocados por tempestades, aumento de preços de combustível, morte de membros da família ou perda e danos a artes de pesca) que estão além do controle da unidade familiar.

Os capitais permitem que as pessoas possam construir estratégias adaptativas, diante do contexto de vulnerabilidade e das políticas, processos e instituições (ALLISSON; HOREMANS, 2006; ALLISSON; ELLIS, 2001). E finalmente, a estrutura analítica aponta para os resultados: um modo de vida pode ser sustentável se as pessoas são capazes de manter ou aumentar o seu padrão de vida de bem-estar, renda ou outro objetivo de desenvolvimento humano, reduzir sua vulnerabilidade a choques e tendências, e garantir que suas atividades são compatíveis com a manutenção da base dos recursos (ALLISSON; HOREMANS, 2006).

A abordagem dá uma visão integrada sobre quais os capitais necessários para a manutenção dos modos de vida, a variedade de fatores que intervém no acesso ou não desses recursos/ativos e possibilita a construção de uma estrutura analítica (*framework*) (ALLISSON; ELLIS, 2001), que abarque de forma mais real essa complexidade, para entender os efeitos diretos e indiretos que influem nos meios de vida e na capacidade

adaptativa diante do ambiente, podendo ser mais vulnerável ou não a mudanças (KRANTZ, 2001).

O modo de vida une os fatores críticos que afetam a vulnerabilidade ou a força das estratégias de sobrevivência familiares ou individuais. Essa abordagem pode ajudar a entender melhor a natureza dos processos de produção das pescarias artesanais, as estratégias adaptativas, individuais e familiares, dos pescadores e pescadoras, diante da situação de crise na pesca e ajudar a identificar formas apropriadas de desenvolvimento de intervenções e políticas que deem suporte para reduzir a pobreza em comunidades pesqueiras, através da assistência e melhora das suas atuais estratégias adaptativas (ALLISSON; ELLIS, 2001).

A pesca é uma atividade influenciada tanto por dinâmicas “naturais” quanto sociais. É caracterizada por altos riscos e incertezas diante da alta imprevisibilidade, dos fenômenos naturais e da mobilidade dos recursos. Isso acarreta que os pescadores desenvolvam também uma grande capacidade adaptativa de resistir aos choques, estresses e tendências.

[...] os pescadores percebem as mudanças ambientais, econômicas, políticas, etc., e as interpretam reagindo através de mudanças nos seus sistemas de produção na pesca, promovendo uma constante evolução destes, ou também mediante mudanças em suas estratégias familiares no sentido de assegurarem sua reprodução social enquanto pescadores, o que acaba por assegurar a reprodução desta forma de produção (PASQUOTTO, 2005, p. 26).

Este autor, ao desenvolver seu estudo, faz uma analogia aos estudos feitos por Ellis, 1998a *apud* Pasquotto, 2005, no que tange à adaptação e diversificação das famílias rurais, trazendo isso para o âmbito da pesca:

- as famílias de pescadores, objetivando sua reprodução social, não consideram apenas as oportunidades relacionadas aos sistemas produtivos, mas também aos outros setores, o que vem sendo chamado de pluriatividade;
- no que se refere à atividade da pesca, ao contrário do que o mercado usualmente demanda – especialização e escala, as famílias optam muitas vezes por diversificação de atividades;
- a diversificação ocorre em situações diferentes, tanto para reduzir as perdas com fenômenos naturais, ajudando a manter o padrão de vida, como em momentos de estabilidade, para melhorar o padrão de vida;
- a unidade de decisão da diversificação é a família, e a maneira como as oportunidades externas se apresentam pode alterar as relações dentro desta. Por exemplo: o poder de decisão das mulheres pode ser ampliado quando a possibilidade de pluriatividade se caracteriza por trabalhos realizados por elas;
- a diversificação não significa o “abandono” dos sistemas de produção na pesca, podendo, inclusive, servir como fonte de financiamento para trazer melhorias ou maior segurança para estes (PASQUOTTO, 2005, p. 37).

Esse referencial teórico pode contribuir para a compreensão sobre como as comunidades pesqueiras e as unidades familiares desenvolvem estratégias adaptativas frente aos choques, tendências e sazonalidades, distribuindo papéis entre os membros da família. Ou seja, pode fornecer uma visão dinâmica sobre os papéis das mulheres em diferentes escalas (unidades familiares e comunidades pesqueiras), na manutenção da capacidade adaptativa das famílias em manter suas tradições enquanto pescadores artesanais.

2.3. As mulheres “por trás” dos pescadores: a emergência da questão de gênero na pesca

Quando o assunto é “pesca”, logo nos vem à mente a imagem do pescador, com o seu barco e sua tarrafa, rumo ao mar, para mais um dia de trabalho. Esse imaginário é povoado pelos discursos em torno da pesca, que hegemonizam uma pesca enquanto atividade principal de captura, fortemente masculina. A pesca é pensada como um domínio masculino, ligada ao espaço marítimo e ao trabalho embarcado (WOORTMANN, 1991; MOTTA-MAUÉS, 1999). Afinal, o mar é um lugar repleto de mitos, estórias, crenças e perigos, repletos de práticas como as de evitar mulheres a bordo (DIEGUES, 2004). As mulheres, até a constituição de 1988, também não eram permitidas legalmente de

trabalhar na pesca, considerada uma atividade masculina. Nesse ano, um ato presidencial aboliu essa proibição, mas, apesar disso, as mulheres ainda raramente participam de atividades embarcadas (VASCONCELLOS et al. 2011 apud KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012).

Historicamente, esse setor tem sido frequentemente categorizado como predominantemente masculino e adulto, negligenciando o trabalho desenvolvido por mulheres, jovens e idosos, o que contribui para manter as comunidades pesqueiras artesanais. As mulheres desempenham papéis importantes na pesca e aquicultura, especialmente em atividades de pós-captura (FAO, 2010; GARCEZ; SÀNCHEZ-BOTERO 2005). De acordo com a FAO (2010), das 44,9 milhões de pessoas estimadas em 2008, que estavam diretamente engajadas, em tempo integral ou, mais frequentemente, parcialmente envolvidas em atividades de captura na pesca e na aquicultura, ao menos 12% são mulheres. Elas são metade da força de trabalho em pescarias de pequena escala nos setores primários e secundários, atingindo mais de 50% se considerarmos águas interiores (FAO, 2010).

Garcez e Sanchez-Botero (2005) estimaram a participação feminina na atividade pesqueira para o Estado do Rio Grande do Sul, em torno de 8 a 10% do número total de pescadores. Dados estatísticos nacionais de seguro-desemprego pago aos pescadores artesanais (seguro-defeso) nos anos de 2007 e 2008, divulgados pelo DIEESE e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 31,9% e 35,8%, respectivamente, foram correspondentes a pedidos de seguro-defeso concedidos a mulheres (DIEESE, 2009, 2008). Assim, segundo esses dados, pode-se observar que a pesca, pelo menos a nível formal, não tem um domínio tão masculino assim.

Com um olhar mais atento e apurado, nas comunidades pesqueiras pode-se observar que há uma grande diversidade de papéis desempenhados pelas mulheres. Elas são mulheres de pescadores, mas também podem ser marisqueiras, catadeiras, tecedeiras de redes, “pescadoras”, atuando no beneficiamento do pescado: produzindo subprodutos como a farinha de pescado, o peixe salgado, a “carne” de siri, descascando o camarão.

Podem ser também diaristas nas indústrias e “salgas”, as pescadoras aposentadas, presidentes ou membros de colônia ou associações. São múltiplas as possibilidades de identidades e ligações com a pesca.

Apesar dessa importância, elas ainda permanecem invisíveis ou marginais para pesquisadores e tomadores de decisão; frequentemente são pouco ou não remuneradas pelo seu trabalho e com acessos limitados às riquezas das pescarias (BENNETT, 2005; MANESCHY, 2000; DI CIOMMO, 2007). Bennett (2005) expõe alguns motivos dessa invisibilidade: agendas políticas nacionais focam nos objetivos de produção e em resolver problemas de “sobre-exploração”, direcionando as pesquisas para as atividades de captura, que são dominadas pelos homens, ao invés do processamento e da comercialização, que é dominado pelas mulheres; essas pesquisas, que se propõem a serem neutras com relação ao gênero, também são “cegas” para isso, porque não estão aptas a ver o modo de vida como um todo, que envolve as pescarias de pequena escala. Os pesquisadores também não incluem mulheres nas entrevistas e discussões, assumindo que os homens falam por elas. E por último, os dados pesqueiros apresentam problemas, porque são normalmente agregados com a agricultura e não se geram dados desagregados por gênero (BENNETT, 2005).

O trabalho feminino majoritariamente está atrelado ao marido pescador e ao âmbito familiar, sendo frequentemente “não remunerado” em um sentido propriamente dito, confundido com as atividades do lar. É pouco valorizado e reconhecido, por não estar diretamente vinculado à captura e ao mercado; todas as atividades exemplificadas não são vistas como “trabalho”. Assim, a participação das mulheres, por dar-se, em muitos casos, restrita ao âmbito familiar, acarreta uma invisibilidade das mulheres enquanto atores sociais importantes para a manutenção dessa atividade (BENNETT, 2005; MANESCHY, 2000; WOORTMANN, 1991).

Isso se reflete nas relações de poder dentro das comunidades e nas políticas públicas voltadas à pesca, no que tange às especificidades do papel das mulheres (DI CIOMMO, 2007). As mulheres ainda enfrentam dificuldades; de acesso a créditos e a programas de

formação e capacitação; aos direitos previdenciários e trabalhistas, como o “seguro-defeso” (GALVÃO; KALIKOSKI, 2011); e a precárias condições de trabalho (MELO, 2008; MANESCHY, 2000).

Há um recente movimento no desenvolvimento de pesquisas de gênero na pesca (BENNETT, 2005). As relações de gênero são fatores sociais importantes que podem mediar as relações que existem em sistemas sócio-ecológicos. Gênero refere-se à organização social das relações entre os gêneros (SCOTT, 1986), a como as sociedades definem os papéis sociais a partir das diferenças biológicas entre o que é considerado “feminino” e “masculino”. Os estudos de gênero visam entender como as sociedades classificam, dividem e reproduzem modelos e padrões entre o que é ser homem, mulher, jovem, velho. Este trabalho foca na análise das relações de gênero na pesca, direcionando o olhar para questões como a divisão de trabalho por gênero e idade (MANESCHY, 2000), e como os espaços naturais, sociais e domínios são classificados e divididos na sociedade, entre o que é papel do homem e da mulher.

As pesquisas mostram que há uma forte divisão sexual do trabalho em comunidades pesqueiras (WOORTMANN, 1991; MANESCHY, 2000; GARCEZ; SÀNCHEZ-BOTERO, 2005). Pesquisas como as de Fassarella (2007), que trabalhou com a temática de gênero na Vila São Miguel, em Rio Grande (RS); e Porto (2010), que pesquisou as estratégias de reprodução social dos pescadores, também no município de Rio Grande. De acordo com Fassarella (2007), as atividades de captura e comercialização são realizadas, em sua maioria, pelos homens e às mulheres cabem as atividades de suporte ou “ajuda” aos maridos. E em sentido inverso, as atividades domésticas são realizadas pelas mulheres, assim como o beneficiamento do pescado, e qualquer atividade dos homens nessa área é uma “ajuda” às mulheres. Alencar (1991) *apud* Maneschy (2000) aponta que as atividades femininas geralmente são multidirecionadas, enquanto as masculinas são centradas em atividades principais, por exemplo, pesca e lavoura.

Maneschy (2000, p. 88) aponta algumas características do trabalho feminino: “a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização

com as tarefas domésticas e, por consequência, a dificuldade em se contabilizar o tempo de trabalho”. Além disso, o trabalho produzido não necessariamente produz dinheiro e nem é voltado para o mercado (produtos para o consumo doméstico, conserto de apetrechos), por isso não é valorizado e considerado como produção. Isso tem contribuído para ocultar o seu trabalho e resulta em invisibilidade das mulheres, dificultando sua identificação como trabalhadoras (MANESCHY, 2000).

Essa invisibilidade também se reflete nas políticas públicas que aparentam não ser adequadas às especificidades das mulheres, e não conseguem estabelecer as relações entre as atividades produtivas e reprodutivas, tão importantes para a reprodução social da pesca (MELO, 2008). Para a autora, a invisibilidade como sujeito produtivo e a exploração do seu trabalho, ignorando o trabalho reprodutivo não remunerado, é frequente no modo de produção capitalista dominante e isso contribui para aumentar as desigualdades entre homens e mulheres, expressando uma forma de violência simbólica.

Além disso, as pesquisas mostraram que a concentração das mulheres no âmbito doméstico tem restringido sua participação em espaços de decisão e de representação, como colônias, associações e outros espaços. Fassarella (2007) mostrou que há uma valorização no âmbito doméstico, pelos companheiros, devido ao multidirecionamento das atividades; já no âmbito externo à casa, há uma desvalorização e invisibilidade do seu papel na pesca (FASSARELLA, 2007), que se reflete inclusive na sua identidade: afinal, são pescadoras, mulheres de pescadores ou trabalhadoras da pesca?

A identidade das mulheres está diretamente ligada às noções de gênero que são histórica e socialmente construídas (SCOTT, 1986). Frequentemente escutam-se discursos de vários sujeitos que reproduzem um estereótipo feminino frágil e ligado aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos, enquanto uma “atribuição natural” característica do sexo feminino, onde a mulher não teria força física para fazer as atividades desenvolvidas pelo homem.

De acordo com Louro (2007), o conceito de gênero não nega as diferenças biológicas, mas visa entender como a construção social e histórica é produzida diante das diferenças biológicas. Recoloca o debate no âmbito do social, pois é aí que se constroem as relações desiguais entre sujeitos. O conceito ganha um aspecto relacional (SCOTT, 1986), enfocando as relações entre homens e mulheres, contextualizadas de acordo com cada sociedade, entre seus diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais e de classe) e seu movimento histórico. Busca-se afastar as concepções essencialistas e generalizadas a respeito do “homem” e da “mulher”. Desloca as explicações sobre as condições diferenciadas entre homens e mulheres do reino da natureza para o reino da cultura, ou seja, a discriminação não está enraizada biologicamente mas é socialmente construída (HERNÁNDEZ, 2010).

Segundo Siliprandi (2009), os mecanismos de coerção social e desigualdades entre homens e mulheres são inscritos dentro de um sistema “sexo-gênero” denominado patriarcado, presente na maioria das sociedades, com raízes materiais, ideológicas e simbólicas. Enquanto aos homens se atribuem as obrigações pelo sustento da casa e da família através do trabalho “fora” de casa; à mulher, cabe a função de dona de casa, e no máximo, a “ajuda” o marido (MANESCHY, 2000). Essa divisão sexual do trabalho na pesca é sustentada através das relações de gênero na sociedade brasileira, ainda de forma bastante patriarcal. A sociedade e a cultura atribuem ao homem o papel da produção e, à mulher, o da reprodução social nos papéis de dona de casa e de mãe, reforçando os vínculos biológicos e sendo reforçado por eles, em um processo de naturalização das relações de gênero e criando o simbolismo essencialista de proximidade com a natureza (DI CIOMMO, 2007). Assim, as mulheres acabam assumindo tarefas de reprodução social, as quais são naturalizadas; e também as de produção social, que são invisíveis e necessárias para a complementação de renda e manutenção das atividades masculinas (MANESCHY, 2000).

Woortmann (1991) aponta que essa divisão sexual do trabalho “moderna”, dá-se entre categorias de gênero, que só existem uma pensada com relação à outra. Só que ambas são pensadas a partir do todo (comunidade pesqueira), de forma desigual, porque são

pensadas a partir de um dos polos da oposição, o masculino. Essa parte é convertida no todo, que fundamenta o discurso público. A autora também refere-se a uma divisão de espaços em domínios de acordo com o gênero, sendo geralmente a casa e o doméstico construídos como espaços feminino; e o mar e o trabalho, como espaços masculinos. A autora cita ainda espaços mistos (ex.: mar de dentro), onde os espaços masculinos e femininos se misturam. Essa oposição mar-terra e homem-mulher é uma oposição hierárquica e central para a identificação de comunidades pesqueiras como um todo. A “pesca”, ou a atividade de captura, é vista como superior às outras atividades.

No entanto, essa oposição homem-mulher, mar-terra, produtivo-reprodutivo é muito perigosa. Woortmann (1991) alerta ainda que esses conceitos, baseados em oposições, são relacionais, pois essa classificação melhor convém ao discurso masculino e geral, visto que o discurso se constrói sobre a “pesca”, que é uma atividade concebida como masculina. Contudo, quando se busca a ênfase no ponto de vista feminino, na variedade de atividades desenvolvidas pela família na reprodução do seu modo de vida, essas bipolaridades se relativizam. Maneschy (2000) encontrou relatos sobre a diferença entre esse modelo de divisão sexual do trabalho e a prática, no qual os ganhos dos pescadores estão cada vez mais reduzidos e incertos, e as mulheres assumem estratégias para ajudar a manter a família, principalmente em trabalhos informais e exploratórios. Essas atividades informais e variáveis podem contribuir para manter a família.

A reprodução social das comunidades está associada a diversas estratégias que a princípio são invisíveis. Nieuwenhuis (1989) *apud* Maneschy (2000) afirma que o ato de pescar do homem está apoiado em relações sociais, das quais a divisão de tarefas e responsabilidades familiares são cruciais. No entanto, conforme já apontado por Woortmann (1991), essas atividades não são simetricamente complementares, mas de forma hierárquica, visto a predominância da “pesca” dentro do grupo.

O conceito de pesca é muito importante no âmbito dessa discussão. O discurso social normalmente considera como “pesca” a atividade de captura e portanto denomina de “pescador” aquele que exerce a atividade de captura. A lei nº 11.959, de 29 de junho de

2009, conhecida como Lei da Pesca, amplia o que se considera como atividade pesqueira artesanal, indo além da captura dos recursos e incluindo o trabalho desenvolvido nas etapas de pré e pós-captura, como confecção e reparo das artes, petrechos da pesca e as embarcações de pequeno porte; além do beneficiamento do pescado. Essa mesma lei considera a pesca artesanal como sendo realizada tanto pelo pescador profissional autônomo como em regime de economia familiar. Ou seja, inclui os outros membros da família que podem vir a trabalhar também dentro da atividade pesqueira, em regime de economia familiar, como as mulheres. Essa lei traz dois conceitos importantes que são o de “atividade pesqueira artesanal” e “regime de economia familiar”. A legitimação desses conceitos através da legislação pesqueira é de extrema importância para ampliar o conceito de “pesca”.

Seria muito fragmentado pensar a atividade pesqueira, considerando apenas a atividade de captura, como única atividade produtiva necessária para o desenvolvimento e a reprodução da pesca. A pesca, enquanto atividade pesqueira, não envolve apenas as etapas de captura do pescado, envolve também atividades de pré e pós-captura. Sendo uma atividade complexa, é influenciada tanto por dinâmicas ambientais quanto sociais, é produto da interação entre variáveis ambientais, culturais e sócio-econômicas (PASQUOTTO, 2005).

A abordagem de gênero na pesca é recente e vem ganhando cada vez mais destaque nas políticas públicas e nos órgãos que lidam com a pesca no mundo todo. Podemos observar que também houve um processo de ambientalização dos conflitos de gênero, em torno do debate sobre a mulher na pesca. Lopes (2006) conceitua o processo de ambientalização dos conflitos sociais, como relacionado a um processo histórico de construção de novos fenômenos, como a construção de uma nova questão social ou pública, que está associada a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais das diferentes facetas da questão do “meio ambiente”. Esse processo implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas.

Esse processo de “ambientalização” pode ser observado na trajetória de reconhecimento dos povos/populações “tradicionais” e na sua associação com a conservação de ecossistemas e a promoção da biodiversidade. O surgimento desse conceito nasce vinculado aos diversos conflitos associados à defesa dos seus territórios por grupos sociais frente ao Estado e a outros grupos; aos conflitos com relação às populações residentes em unidades de conservação e também uma forma de aproximação entre socioambientalistas e diversos grupos que mostraram historicamente formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais através da co-gestão do território (LITTLE, 2002).

Assim podemos dizer que há condições diferenciadas desses grupos sociais que permitiram esse processo de “ambientalização” da pesca artesanal como um todo. Há um destaque dado ao “pescador artesanal”, que é aquele que realiza as atividades de captura. Esse processo denominado de “corporação de ofício” é entendido como o “domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador” (DIEGUES, 2004, p. 168). Esse destaque da “profissão pescador” e do seu saber-fazer, característicos da pesca artesanal já se mostram diferenciados com relação aos outros povos tradicionais, que têm como enfoque e caracterização uma noção mais ampla de povos ou comunidades.

No entanto, para as abordagens preocupadas com as questões de gênero na pesca e o processo de invisibilidade das mulheres nessa atividade, as definições de pesca e principalmente seu processo de “ambientalização” precisam ser ampliados para além do enfoque na categoria do “pescador” e abranger a noção das famílias e comunidades que são construídas em torno da atividade pesqueira.

Para Diegues (2004, p. 197), as comunidades de pescadores artesanais caracterizam-se:

(a) pelas relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, o mar e seus ciclos, construídas nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos; (b) pela ligação com o território onde o grupo social se reproduz socialmente; (c) pela importância das atividades de subsistência, ainda que as relações com o mercado desempenham um papel importante na reprodução do modo de vida; (d) pela acumulação limitada de capital; (e) pelo papel crucial desempenhado pela unidade familiar ou doméstica e as relações sociais baseadas principalmente no parentesco; (f) pelo uso de tecnologias patrimoniais relativamente simples, com impacto limitado sobre o meio ambiente; (g) pelo fraco poder político e dependência política e econômica dos centros urbanos; (h) pela tradição oral responsável pela produção e transmissão de saberes, símbolos e mitos associados com a pesca artesanal, e em algumas vezes, com a pequena agricultura; (i) por um certo nível de identidade social e cultural que distingue essas comunidades das demais pelo modo de vida dos pescadores; e (j) por uma visão de mundo e linguagem próprias, distinta daquelas do mundo urbano-industrial (DIEGUES, 2004, p. 197).

Pasquotto (2005) traz uma definição acerca da pesca artesanal, que traz a importância da unidade familiar para a atividade.

A pesca artesanal caracteriza-se pelo uso de pequenas embarcações, com menor esforço unitário de pesca. O regime de trabalho é familiar ou através de grupos de vizinhança ou parentesco. Ou seja, nem sempre a unidade familiar corresponde ao grupo de pescadores que efetivam o trabalho de captura do pescado, entretanto os indivíduos da família executam, em intensidade variável, outras tarefas importantes no processo de produção, como o beneficiamento do pescado e a manutenção de equipamentos de pesca. A unidade familiar frequentemente combina outras atividades como, por exemplo, a agricultura, nas comunidades rurais que também possuem terra, e construção civil, nas comunidades pesqueiras situadas em meio urbano (PASQUOTTO, 2005, p. 23).

Ambas as definições mostram a importância da unidade familiar na manutenção dessa atividade e como também fazem parte das “sociedades” que são construídas em torno da pesca, marcadas pelas relações dessas sociedades humanas com o mar (tanto nos ambientes marinhos e costeiros), fundamentadas por práticas não só econômicas, mas sociais e simbólicas (DIEGUES, 2004). As mulheres, sejam pescadoras ou mulheres de pescadores, filhas e outras relações de parentesco, são não só fonte de trabalho, mas parte importante do capital social encontrado nessas famílias.

Assim, as mulheres e as relações de gênero também ganham destaque nesse processo de “ambientalização” dos povos tradicionais, mas há um processo de

“ambientalização” não só na pesca, mas nas relações de gênero no geral, marcado pelas discussões em torno das relações entre gênero, meio ambiente e desenvolvimento. Os novos movimentos de lutas empreendidos pelas mulheres na pesca (MANESCHY, 1997) são inscritos em um novo contexto, de mudanças de paradigmas que recebem influência das lutas dos movimentos feministas e dos movimentos ambientais, que acabam se mesclando. Hoje se reconhece que vários problemas ambientais não se apresentam de forma igualitária para homens e mulheres, visto que ambos não se encontram na sociedade com as mesmas relações de poder. O processo de desenvolvimento, que é extremamente excludente, o é mais ainda, de acordo com as diferenças existentes na sociedade (de classe, gênero, etnia, etc). Diante da crise ambiental e das relações estabelecidas entre as questões de gênero e a degradação ambiental, as discussões com foco na relação entre as mulheres e o meio ambiente podem ser divididas em três grandes tendências principais: (i) Mulher e Meio Ambiente (MAD)/Mulheres em Desenvolvimento (MED); (ii) Ecofeminismo; e (iii) Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento (GMAD).

A primeira tendência de associação entre Mulher e Meio Ambiente (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2001; HERNÁNDEZ, 2010) focou no potencial da mulher como gestora do meio ambiente, com grande vulnerabilidade à mudança e dependência dos recursos ambientais. Essa tendência propunha que as iniciativas voltadas para o desenvolvimento e o meio ambiente deveriam dar suporte às contribuições das mulheres ao meio ambiente. Essa tendência gerou o enfoque teórico das Mulheres em Desenvolvimento (MED), o qual, a partir da década de 70, começa a incorporar as preocupações com as necessidades básicas, a produtividade rural e as atividades informais, destacando o papel econômico da mulher no desenvolvimento. Ou seja, as propostas de intervenção visavam educar e capacitar as mulheres para serem inseridas nos modelos de desenvolvimento (HERNÁNDEZ, 2010). A crítica a esse enfoque é a de que ele considera a situação feminina sem incorporar as discussões de gênero; e também a de que esse enfoque considera as contribuições das mulheres para o desenvolvimento, mas não questiona o modelo de desenvolvimento e nem como deveria contribuir para mudar as desigualdades das situações femininas (RAZAVI; MILLER, 1995 *apud* AGUILAR; CASTAÑEDA, 2001; HERNÁNDEZ, 2010).

Surge também a segunda tendência, a do Ecofeminismo (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2001). O ecofeminismo traduz-se na associação da opressão da natureza pelo ser humano e a sofrida pelas mulheres com relação ao homem. A postura dos seres humanos com relação ao ambiente era antropocêntrica, androcêntrica e etnocêntrica, na forma como se tratava a natureza, as mulheres e outras categorias sociais diferentes do homem, adulto, branco e ocidental (SILIPRANDI, 2009). Essa autora aponta que, atualmente, nessa corrente há várias tendências, desde essencialistas a materialistas. Mas a característica que marca essa corrente é a de que homens e mulheres possuem características opostas e imutáveis e a da ideia de que se deve recuperar o “princípio feminino”, da coesão, sustentabilidade e diversidade (SHIVA, 1989 *apud* AGUILAR; CASTAÑEDA, 2001). Essa visão essencialista é uma das principais críticas atribuídas a esse movimento.

Segundo Hernández (2010), em um contexto histórico, essas duas primeiras tendências apresentavam uma visão muito essencialista da mulher, onde ela passa de vítima a protetora do meio ambiente. O foco se dá na importância das mulheres para o manejo de recursos naturais, na sua vulnerabilidade diante dos quadros de escassez e degradação dos recursos, no seu papel importante na subsistência das famílias e na identificação de que elas têm conhecimentos e habilidades para um desenvolvimento sustentável. No entanto, considera as mulheres como uma categoria homogênea. Segundo a autora, não estão erradas por completo, mas estão incompletas.

Na década de 90, surge a terceira tendência, de “Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento (MAD)”. Diferentemente da primeira tendência, incorpora o conceito de gênero como um fator-chave na relação dos homens e mulheres com o meio ambiente. Parte da premissa de que a mulher tem sido excluída do desenvolvimento e, portanto, as políticas públicas devem buscar combater as desigualdades entre gêneros. Essa tendência tem norteado projetos e pesquisas em vários órgãos internacionais como a União Internacional para a Conservação da Natureza (*IUCN*), a *FAO*, o Coletivo Internacional em Apoios aos Pescadores (*ICSF*); e também encontros internacionais. A grande diferença desse enfoque é a utilização do gênero como categoria analítica, na necessidade de se considerar os efeitos desiguais de gênero resultantes de políticas e estratégias de

desenvolvimento; e em vista da desigualdade de papéis de homens e mulheres, eles têm diferentes problemas, interesses, necessidades e prioridades. Permite identificar as diferenças de gênero como características sócio-históricas e culturais de processos de negociação e subordinação, nos quais as mulheres estão envolvidas (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2001). Essa terceira corrente e sua utilização por diversos órgãos também está vinculada ao conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), vinculado ao Relatório Brundtland – “Nosso Futuro Comum”, que salienta o papel das mulheres nos temas de população e segurança alimentar.

Além disso, as mulheres também têm tido destaque em outros documentos como a Convenção da Diversidade Biológica e a Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992; além da Agenda 21 para mulheres, com forte vínculo ao DS (HERNÁNDEZ, 2010). Esses exemplos mostram, na prática, como se reflete essa noção de ambientalização das questões de gênero, tanto relacionadas à pesca, quanto inscritas nos próprios processos de desenvolvimento como um todo.

Essa parte propôs-se a apresentar a problemática das mulheres “por trás” dos pescadores, mostrando as desigualdades existentes nas relações de gênero na pesca, que se materializam principalmente na divisão sexual do trabalho e na hierarquia da atividade de captura, considerada como “pesca”. Dessa forma, buscamos também dialogar com autores que vêm estudando essa temática para mostrar as contradições da “ausência” das mulheres na pesca e as consequências dessa invisibilidade tanto na ciência, na gestão e nas próprias políticas de desenvolvimento da pesca. Como vimos, há um processo de ambientalização das discussões em torno das temáticas de gênero, meio ambiente e desenvolvimento, que são fundamentais para pensar novas relações de gênero na pesca. Torna-se cada vez mais urgente desvelar as mulheres “por trás” dos pescadores, incorporando referenciais teóricos e metodológicos para a realização de diagnósticos da pesca desagregados por gênero, que vão além da atividade de captura, com o objetivo de buscar soluções transformadoras, equitativas e participativas para a situação de crise na pesca.

3. PARA ENTENDER A PROBLEMÁTICA É PRECISO NAVEGAR NAS ÁGUAS DO “MAR DE DENTRO”: O SISTEMA SÓCIO-ECOLÓGICO DA PESCA ARTESANAL NO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS



Foto e Arte: Melina Chiba Galvão

Para compreender a problemática que este estudo se dedica a entender, vamos apresentar, neste capítulo, as características do sistema sócio-ecológico das pescarias artesanais do estuário da Lagoa dos Patos. A Lagoa dos Patos localiza-se na região sul da zona costeira brasileira, no Estado do Rio Grande do Sul. É a maior lagoa do tipo “estrangulado” no mundo, com uma área de 10.227 km². Estende-se na direção NE-SW, entre as latitudes de 30°30’S e 32°12’S, próximas à cidade do Rio Grande, local onde a Lagoa se conecta com o Oceano Atlântico. A Lagoa recebe ainda uma alta carga de drenagem de água doce, principalmente da área de drenagem da Lagoa Mirim, através do Canal São Gonçalo e do Rio Guaíba, que é o maior tributário de água doce do sistema (ASMUS, 1998). Esse sistema pode ser dividido em cinco unidades biológicas: o Rio Guaíba, a enseada de Tapes, a Lagoa do Casamento, o corpo central lagunar e o estuário (ASMUS, op. cit.).

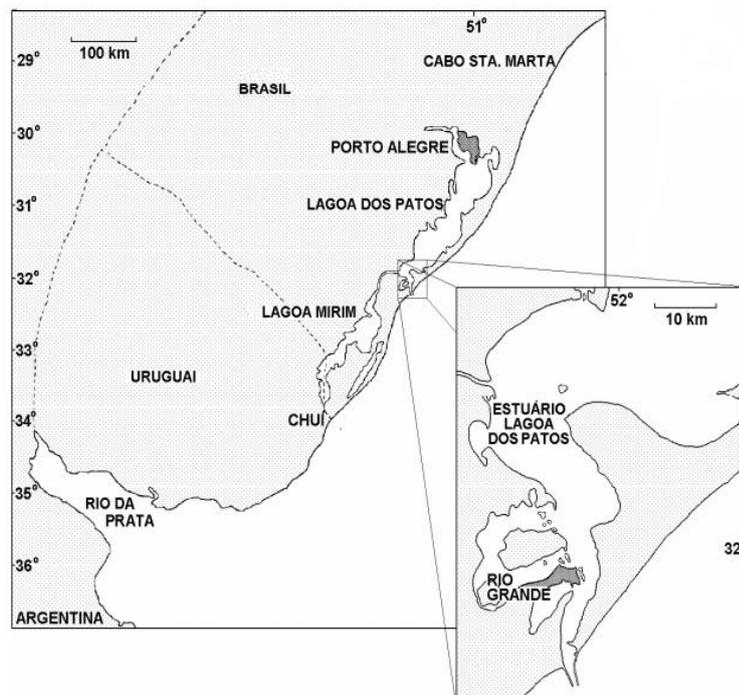


Figura 2. Mapa com a localização da Lagoa dos Patos e da sua região estuarina. Fonte: Seeliger et al., 1998

A área de estudo é a região estuarina da Lagoa dos Patos. Um estuário é uma região de encontro e mistura da água doce com a água salgada, possui águas rasas e protegidas que servem de abrigo, reprodução e alimentação de várias espécies de animais como peixes, crustáceos e moluscos. Segundo Garcia (1998), a principal força da hidrodinâmica desse

estuário não é a maré, mas as características meteorológicas do clima regional e os ciclos hidrológicos, como o padrão de chuvas e de vento. Esses fatores controlam a circulação, a distribuição de salinidade e os níveis de água. A amplitude de maré é mínima e a influência dos ventos dá-se principalmente por ventos predominantes de NE-SW. Em períodos de baixa descarga fluvial (verão e outono), ventos de SE e SW, forçam a entrada de água salgada para dentro do estuário. Por outro lado, ventos de quadrante NE e alta descarga fluvial, diminuem a salinidade no estuário, com um fluxo de água vazante (GARCIA, 1998).

Essas relações entre a água doce e água salgada determinam as características ecológicas da região. A água doce fornece nutrientes para o desenvolvimento de plantas e animais, e sua vazão para fora do estuário incrementa a produção nas zonas costeiras. A água salgada, por sua vez, propicia entrada de diversas larvas, que encontram no estuário, uma área apropriada de alimentação, crescimento e reprodução (SEELIGER et al., 2004). Essas características do estuário determinam a sua alta produtividade e a existência de uma atividade tradicional da região, a pesca. Essa é uma das principais áreas de pesca do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo quatro municípios principais: São José do Norte, Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul.

A pesca é considerada uma importante atividade econômica e social na região, que gera emprego, renda e reproduz uma cultura. Há uma relação estreita dos pescadores com o ambiente estuarino, visto que seu modo de vida depende muito dos animais que passam pelo estuário, como o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), o bagre (*Netuma barba* e *N. planifrons*), a corvina (*Micropogonias furnieri*), a tainha (*Mugil platanus*), o peixe-rei (*Odontesthes* spp.), o siri-azul (*Callinectes sapidus*) e o linguado (*Paralichthys orbignyana* e *Paralichthys patagonicus*).

Há um alto número de pessoas envolvidas na atividade pesqueira no estuário da Lagoa dos Patos. Garcez e Sanchez-Botero (2005) estimaram um número em torno de 7.500 pescadores e pescadoras artesanais nesta macrorregião. Outros dados estimam um número reduzido, em torno de 3.000 pescadores artesanais atuantes na região para o ano

de 2004; através do número de pedidos de Seguro-Desemprego, Haimovici et al. (2006) e Reis e D'Incao (2000) estimam em torno de 3.500. Esses dados quantificam a importância desta atividade na região.

A pesca na região é praticada tanto pelos pescadores artesanais quanto por pescadores industriais. A pesca artesanal ocorre há mais de um século na região (ILHERING, 1897 *apud* D'INCAO; REIS, 2002) e é herança de populações indígenas e de portugueses (NIEDERLE; GRISA, 2006; PASQUOTTO, 2005; SOUZA, 2001), combinados através de processos complexos de difusão cultural entre pescadores poveiros (imigrantes portugueses principalmente da Póvoa do Varzim), nativos da região (açorianos e afrodescendentes) e pescadores catarinenses (açorianos) (ADOMILLI, 2009).

Os pescadores “nativos” da Lagoa dos Patos, desde os indígenas, caracterizavam-se pela posse dos meios de produção e controle de todas as etapas da produção, além de uma pesca voltada principalmente para a subsistência. Com a colonização e as charqueadas, há novas mudanças, incorporando os nativos nas atividades de produção do charque e na pesca (NIEDERLE; GRISA, 2006). A pesca, enquanto atividade econômica principal, deu-se principalmente a partir dos poveiros, visto que os pescadores “nativos” alternavam as atividades de pesca e agricultura. Os imigrantes portugueses possuíam capital e uma herança pesqueira que permitiu consolidar as parselhas de pesca e as indústrias de salga (NIEDERLE; GRISA, 2006; SOUZA, 2001). Assim, o pescado foi se convertendo de uma atividade de subsistência para sua destinação como “mercadoria” e, assim, vai surgindo a categoria profissional de pescador artesanal, que não é mais apenas voltado para a subsistência (DIEGUES, 1983).

Vão mudando também as relações sociais produtivas na pesca, onde a integração entre imigrantes e “nativos” dá origem aos “proeiros”, que não mais detêm os meios de produção, embarcam nas parselhas e recebem não um salário, mas uma divisão por “partes”, dedicando-se quase de forma exclusiva à captura (NIEDERLE; GRISA, 2006). Além disso, o surgimento das parselhas faz com que a atividade de captura deixe de ser planejada e

executada pela família e passe a ser pela “parelha”, com predomínio da decisão do patrão (PASQUOTTO, 2005).

A organização institucional da pesca inicia-se com a intervenção estatal, através da Marinha do Brasil, organizando essa categoria do pescador artesanal, com a criação das colônias de pesca. Essa ação visava aglutinar um grupo de extrema importância para a defesa do país devido a seus conhecimentos sobre navegação e os ambientes marinhos; além de que, institucionalizadas, as colônias seriam uma forma de dominação política e controle dos recursos pesqueiros (VASCONCELLOS et al., 2007).

Também é importante entender como vai se dando a trajetória de desenvolvimento da pesca artesanal na região. A pesca vai se intensificando nas primeiras décadas do século XX, com a incorporação de salgas na região, com características mais industriais (NIEDERLE; GRISA, 2006). A pesca artesanal, comparada com a industrial, era a principal atividade de pesca até a década de 50. Com a imigração portuguesa, havia também indústrias pesqueiras que empregavam mão de obra familiar e produziam principalmente o pescado sob a forma de salga para ser exportado, tanto no Brasil quanto no exterior. Depois, as empresas passaram a produzir também conserva. Na primeira metade do século XX, já existiam mais de 20 indústrias desse tipo, localizadas principalmente no município de Rio Grande, o qual, nos anos 60, foi se constituindo um dos maiores parques industriais pesqueiros do Estado. As condições geográficas, a mão de obra disponível e a localização do porto foram fundamentais para esse processo (SOUZA, 2001). Essa evolução foi lenta e gradual até a década de 60, com políticas públicas esparsas. É nesse período que começam a surgir iniciativas estatais mais ordenadas, de modernização da atividade pesqueira, quando o capital empresarial também é estabelecido (NIEDERLE; GRISA, 2006). O desenvolvimento de um parque industrial pesqueiro foi fundamental para promover a concentração do pescador artesanal na captura, fornecendo a matéria-prima para as indústrias (NIEDERLE; GRISA, 2006).

Houve uma abertura do mercado para cidades distantes e conseqüentemente uma maior demanda por pescado. Além disso, seguiram-se mudanças tecnológicas nos

apetrechos de pesca, também sob influência dos pescadores catarinenses, como aumento das embarcações e das redes, a passagem das velas para o motor a gasolina e depois a diesel; e sociais, como aumento de capital e de mão de obra, e mudanças nas relações de trabalho (PASQUOTTO, 2005).

As indústrias iniciam a diversificar os produtos e deixam de ser exclusivamente familiares, onde o gelo reestrutura completamente o sistema produtivo (NIEDERLE; GRISA, 2006). As mudanças nas relações sociais entre pescadores provoca uma maior diferenciação social entre eles, com destaque para o intermediário ou atravessador, que fica com a maior parte dos lucros, geralmente tendo relação indireta com a pesca e garantindo a dependência dos pescadores através do fornecimento de insumos e gelo a eles (NIEDERLE; GRISA, 2006). A generalização da utilização do gelo proporcionou ganhos em produtividade significativos, uma vez que ampliou o período de trabalho na captura. Isso conjugado com as demais transformações já referidas, foram fatores importantes para a inserção da lógica crescente de aprofundamento do controle do mercado no universo social das comunidades de pescadores. Os pescadores perderam gradualmente sua existência autônoma e ingressaram na dependência do conjunto de instituições reguladoras das atividades mercantis, não só do próprio mercado, mas também do governo e outras instituições (NIEDERLE; GRISA, 2006).

Devido às características de imprevisibilidade dos recursos pesqueiros e, então, de matéria-prima insuficiente para suprir o parque industrial, começa a surgir a necessidade de uma frota industrial. Em um primeiro momento, não há conflito entre a pesca artesanal e industrial, por esta última atuar nos litorais do Uruguai e da Argentina. No entanto, em 1966, os dois países assumem a soberania dessa área, proibindo a entrada de barcos estrangeiros. A frota industrial passa então a atuar mais fortemente no litoral do Estado e sobre espécies de interesse da pesca artesanal, com fortes investimentos do Estado e com um esforço de pesca maior. No início da década de 60, é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e, em 1967, o Decreto-lei 221 define uma política clara de fomento e desenvolvimento do setor pesqueiro industrial, principalmente através

de isenções e subsídios fiscais e crédito para investimento em novos equipamentos (DIEGUES, 1983; PASQUOTTO, 2005; ABDALLAH; BACHA, 1999).

A produção vem apresentando sinais claros de colapso dos recursos pesqueiros, com a diminuição da quantidade de pescado (HAIMOVICI et al., 2006). A pesca atingiu o seu auge de produção no início da década de 70 e começou a decrescer de forma oscilatória a partir de 86, tendo atualmente estagnado (ABDALLAH; BACHA, 1999). Com o decréscimo da produção pesqueira e a diminuição dos subsídios públicos, houve uma quebra nas indústrias pesqueiras, na década de 80, gerando um processo de crise que atualmente resulta em um processo de erosão e marginalização das comunidades pesqueiras tradicionais, o que gera um grave problema socioambiental (KALIKOSKI et al, 2006).

Pasquotto (2005, p. 60) faz um resumo sobre os principais períodos da pesca no estado.

- 1945 – 1961: Predominância da pesca artesanal no abastecimento dos mercados locais e das indústrias de salga e conserva de pescado.
- 1962 – 1967: Evolução gradual do parque industrial de processamento de pescado, incorporação de novas formas de processamento como pescado resfriado e congelado, ampliação da demanda estimula desenvolvimento da pesca industrial, cujos desembarques passam a se equiparar aos da pesca artesanal.
- 1968 – 1973: Impacto das políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro e da lei de incentivos fiscais de 1967, ampliação superdimensionada do parque industrial de processamento e direcionamento de recursos para pesca industrial, cujos desembarques passam a superar os artesanais.
- 1973 – 2003: Impactos ambientais do modelo começam a serem percebidos, desembarques artesanais e industriais atingem o maior valor no ano de 1973 e passam a decair, como resultado da sobrepesca. Na década de 1980, a redução dos incentivos fiscais provoca a quebra de grande parte das indústrias de beneficiamento, os canais de comercialização são concentrados e os sistemas de produção na pesca ampliam ainda mais o esforço de pesca, caracterizando a crise econômica e socioambiental do setor.

O modelo de desenvolvimento da pesca fomentado pelas políticas públicas reverteu-se em ampliação do esforço de pesca, diferenciação social e de relações estabelecidas entre os pescadores, como a relação entre pescadores e atravessadores, patrões e proeiros, pescadores e colônias (NIEDERLE; GRISA, 2006). Podemos observar que o contexto histórico de desenvolvimento da atividade pesqueira é fruto de processos de mudanças importantes nas relações sociais e produtivas da pesca, além do processo de modernização promovido pelo Estado na década de 60 e 70 (NIEDERLE; GRISA, 2006, PASQUOTTO, 2005).

Diante da queda na produção, o modelo de desenvolvimento passa a intensificar os sistemas de produção:

Aumentando a jornada de trabalho, diminuindo a malha das redes, adotando novas formas de localização de cardumes (sonda), implementando sistemas de partilha ainda mais desiguais, as parelhas artesanais e os barcos industriais asseguram uma produção maior por viagem, mas, no conjunto, consolidam um círculo vicioso entre aumento do esforço de pesca e degradação dos estoques de pescado, o qual ainda é potencializado pela poluição, de origem agrícola e industrial, dos cursos de água (PASQUOTTO, 2005, p. 61).

Diante desses impactos sociais e ambientais na pesca, a partir da década de 90, começam a surgir políticas públicas mais voltadas para a pesca artesanal. Uma delas é o estabelecimento de períodos de defeso pelas legislações ambientais e o estabelecimento do seguro-desemprego ou “seguro-defeso”, como medida compensatória. Além disso, passam a receber linhas de financiamento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e do RS Rural, esse a nível estadual.

Essa trajetória de desenvolvimento e mudanças nas relações tecnológicas, de trabalho e de produção, vão influenciar de forma direta não só os “pescadores” mas todo o agregado familiar que depende dessa atividade. Podemos ver que também vão mudando as atividades e os papéis de gênero. Pasquotto (2005), ao estudar os sistemas pesqueiros no município de São Lourenço, identificou um processo de evolução e diferenciação de cinco sistemas pesqueiros: o indígena, o de subsistência nas sesmarias, o de abastecimento do povoado, o de parelhas não motorizadas e o “moderno”.

Tabela 1. Diferenciação e mudanças ao longo da evolução dos sistemas pesqueiros.

	Sistema Pesqueiro Indígena	Sistema pesqueiro de subsistência nas Sesmarias	Sistema pesqueiro de abastecimento do povoado	Sistema pesqueiro de “parelhas” não motorizadas	Sistema pesqueiro “moderno”
Período	Anterior a 1780	1780 até o final do século XIX	Final do século XIX até por volta de 1927	Aproximadamente entre 1915 a 1950.	1950 até os dias atuais
Categorias sociais	Indígenas Arachanes, Tapes, Guaranis.	Escravos, alforriados, peões, agregados.	Famílias de pescadores de origem açoriana.	Famílias de pescadores de origem açoriana.	Famílias de pescadores de origem açoriana.
Relações de trabalho	Trabalho coletivo e divisão de tarefas entre homens e mulheres.	(?)	Trabalho familiar. Homens, na captura. Homens, mulheres e crianças na confecção dos petrechos, processamento e comercialização.	Trabalho familiar no preparo (evisceração e salga) do pescado e subprodutos e na confecção dos petrechos. Divisão dos rendimentos pelo sistema de partes.	Menor envolvimento familiar. Divisão dos rendimentos pelo sistema de partes entre o patrão e os demais tripulantes.
Fatores de crise do sistema	“Fuga” dos Bandeirantes, instalação das Sesmarias e Charqueadas.	Fim da escravidão e do sistema de charqueadas, imigração alemã e estabelecimento de um mercado local.	Surgem novas formas de processamento e o pescado passa a ser exportado. O aumento da demanda provoca alterações nos sistemas de produção.	Redução dos estoques, novas formas de processamento, novas tecnologias como fios de <i>nylon</i> , barcos maiores e motores mais potentes. Acesso diferenciado a estas tecnologias.	Degradação dos estoques de pescado. Maior diferenciação social entre pescadores. Construção de estratégias diversas de reprodução social.

Fonte: Adaptada de Pasquotto (2005)

Pode-se observar que há um gradual afastamento e uma diminuição da participação da família, principalmente nas relações de trabalho nas atividades de captura (PASQUOTTO, 2005). Além disso, o autor encontrou diferenças atuais da participação da família de acordo com as formas de produção, por exemplo, ele encontrou resultados em que “parelhas pequenas” e com a “pesca no gongo”, geralmente representam sistemas de produção nos quais a unidade doméstica coincide com a unidade de trabalho e produção na pesca. Há então um processo de diferenciação de acordo com as formas de produção atuais, mas também decorrente das mudanças históricas à medida que os sistemas

pesqueiros foram sendo alterados. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, já apresentados no contexto da pesca, que são: o aumento da participação da pesca industrial, caracterizada por longos períodos de embarque, no qual as mulheres historicamente não costumam atuar; o surgimento de mudanças tecnológicas nos modos de produção como aumento das embarcações e mudanças nas relações de trabalho; a inserção do fio de nylon, onde as redes não são mais tecidas no formato artesanal, que empregava mão de obra principalmente feminina; e o uso do gelo ao invés da salga, que também era desenvolvido nas pequenas indústrias e caracterizava-se principalmente pela participação das mulheres (GIANPAOLO, 2009).

Maneschy (1994) realizou um estudo em comunidades pesqueiras no norte do país, em Ajuruteua (PA) e analisou como mudanças tecnológicas da pesca como a introdução do fio de nylon, o gelo e as facilidades no transporte mudaram a participação da mulher da pesca. A sua participação em atividade como tecer redes, salgar o peixe, beneficiar e comercializar o produto, principalmente em nível familiar, vai mudando à medida que se adapta às alterações tecnológicas, podendo inclusive haver uma migração da pesca para outras atividades.

Woortmann (1991) também realizou uma análise etnográfica em comunidades pesqueiras no nordeste do país e observou que a mulher vem sofrendo grandes alterações nessas comunidades, passando de uma relação de complementaridade hierárquica para uma relação de dependência. Há também um aumento das relações de mercado, onde o que é produzido vai quase todo para o mercado e para a venda, há uma reorientação do valor de uso para o valor de troca (WOORTMANN, 1991).

Os pescadores artesanais relatam diversos problemas, sumarizados por Haimovici *et al.* (2006), como conflitos existentes na região: 1) conflitos sobre o uso e apropriação dos recursos ao redor da boca da Barra e no estuário da Lagoa dos Patos, entre pesca artesanal e pesca industrial; 2) conflitos gerados pelos instrumentos legais de ordenamento e sua implementação, como falta de congruência e equidade na legislação dos recursos da pesca artesanal e industrial; 3) conflitos entre a pesca e outras atividades na zona costeira, como

priorização do uso de áreas tradicionalmente de pesca para navegação portuária, impactos da atividade portuária e industrial: dragagens e contaminação, e modificação dos molhes da Barra e do canal de acesso; 4) conflitos entre a pesca e a conservação da biodiversidade e da fauna carismática, como mamíferos, aves e tartarugas marinhas; 5) conflitos ao longo da cadeia produtiva: pela presença dos atravessadores e dos baixos preços pagos pelo pescado; e 6) conflitos institucionais entre órgãos reguladores, de atribuição e de visões, principalmente entre atualmente MPA e IBAMA.

Atualmente, a gestão da pesca no Brasil, que sempre foi executada pelo Estado de forma centralizada e vinda de “cima para baixo”, vem acompanhando as tendências de democratização e aumento da participação citadas por CUNHA e COELHO (2003). A literatura que abrange os estudos sobre recursos de propriedade comum mostra que a crise na pesca normalmente está associada a falhas institucionais no estabelecimento de medidas de controle do acesso ao recurso e na implementação de decisões coletivas para o uso sustentável dos recursos (OSTROM, 1990). No Brasil, há iniciativas de gestão compartilhada que vêm sendo implementadas, como as reservas extrativistas (Resex), as reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), os fóruns de pesca, etc. Na região, há uma iniciativa local importante de gestão compartilhada da pesca, que já foi citada em alguns pontos deste texto. Em 1996, foi criado o Fórum da Lagoa dos Patos (FLP), com a iniciativa primordial de revisar as regras pesqueiras existentes. Constitui-se enquanto um órgão colegiado consultivo, com a participação de representantes de pescadores, órgãos governamentais e não governamentais (privados e da sociedade civil), que têm interesse na pesca no estuário da Lagoa dos Patos. Nesse fórum, que se reúne mensalmente de forma rotativa nos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço, discutem-se temas relacionados com a atividade e foi um instrumento que possibilitou a criação da Instrução Normativa MMA/SEAP nº 3, de 2004 (KALIKOSKI et al., 2006; D'INCAO; REIS, 2002; REIS; D'INCAO, 2000). O Fórum foi criado a partir dos próprios atores do sistema pesqueiros artesanal, estabelecendo um novo arranjo institucional.

Apesar das condições de êxito, apresentadas na literatura de recursos comuns, a co-gestão, há críticas em torno dessas teorias e há vários desafios atribuídos principalmente na

implementação e manutenção das iniciativas de gestão. Kalikoski e Silva (2007) encontraram, como resultados, diversos problemas associados a dificuldades nos sistemas de fiscalização e de monitoramento, problemas de representatividade, de devolução de poder e de incongruências entre os limites da jurisdição dos sistemas de co-gestão e as instituições e as características dos recursos geridos como, por exemplo a sua área de distribuição. Kalikoski et al. (2002) também encontraram desajustes entre as instituições e gestão de recursos comuns, tendo como fatores principais: arranjos institucionais fracos historicamente para lidar com a diversidade de interesses e tipos de atividades na área em questão; marginalização histórica dos pescadores artesanais dos espaços de tomada de decisão; estrutura de governança que centraliza as decisões finais nas escalas federais do governo.

Assim, no contexto atual, a análise da pesca revela um padrão insustentável de desenvolvimento da atividade: a pesca encontra-se sustentada por um número reduzido de espécies, influenciando de forma negativa a resiliência e a vulnerabilidade das famílias (REIS; DINCAO, 2000; VASCONCELLOS et al., 2007). Além disso, temos que levar em conta as poucas e insuficientes ações de gestão integrada e compartilhada da pesca, nos diversos níveis e escalas, visto que muitos dos recursos capturados pelos pescadores artesanais na região são compartilhados não só com outros estados e outras pescarias, como o caso do camarão-rosa e da tainha, mas também com outros países, como Uruguai e Argentina (HAIMOVICI et al. 2006).

Como vimos, esse é o contexto em que está inserido o sistema sócioecológico do estuário da Lagoa dos Patos e a descrição da trajetória de desenvolvimento da pesca artesanal na região. É preciso analisar a atividade pesqueira, buscando abarcar sua complexidade nas inter-relações dos seus aspectos tecnológicos, sociais, culturais, econômicos, físicos e biológicos, que fazem parte do todo.

4. CAMINHOS E PERCURSOS: ROTEIRO METODOLÓGICO



Foto: Máfra Almeida e Arte: Melina Chiba Galvão

Este capítulo irá tratar sobre os caminhos e percursos transcorridos durante o desenvolvimento da pesquisa, fornecendo o roteiro teórico-metodológico utilizado. A pesquisa quanti-qualitativa envolveu pesquisas exploratórias, análises de gênero a partir de dados secundários e também de entrevistas dos modos de vida de famílias de pescadores artesanais em quatro localidades de pesca no município de Rio Grande - RS. Os dados quantitativos foram submetidos à análise simples de estatística descritiva e os dados qualitativos, analisados pela metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD). Ambos os resultados foram analisados com base em indicadores de equidade de gênero e também relacionados à capacidade adaptativa.

A análise de gênero foi iniciada a partir de uma pesquisa exploratória que envolveu revisão de literatura sobre as mulheres na pesca na região e observação participante durante reuniões do Projeto de Extensão “Empoderar para transformar: gestão compartilhada e territorial da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos”, que consistiu na participação da pesquisadora em oficinas em localidades pesqueiras da região, com o objetivo de promover discussões sobre as regras de ordenamento pesqueiro, principalmente a partir da revisão da IN nº 3/2004, principal instrumento de regulação da pesca no estuário. A participação nas oficinas e nas discussões, junto com os pescadores e as pescadoras, foi utilizada como uma pesquisa exploratória de aproximação e inserção nas comunidades e no tema de pesquisa, para construir um desenho analítico, visando o estudo da perspectiva de gênero no âmbito da gestão compartilhada e da abordagem dos modos de vida sustentáveis. Foram realizadas ainda observações participantes em reuniões do FLP e em visitas às localidades, entrevistas informais com pescadores e pescadoras, e lideranças. A observação participante incorporou alguns aspectos de uma perspectiva etnográfica, e foi usada como uma metodologia auxiliar na observação, participação e registro das experiências, com base em diário de campo, fotografias e filmagens.

Para atender ao primeiro objetivo da pesquisa, que foi o de “realizar um diagnóstico de gênero situação atual das mulheres em diferentes comunidades de pesca artesanal”, foi conduzida uma análise de gênero a partir de dados secundários do “Censo da Pesca”,

pesquisa coordenada pelos professores Marcelo Vasconcellos e Daniela Kalikoski, financiada pela FAO, que teve como objetivo analisar as condições técnicas, sócio-econômicas e ambientais da pesca estuarina na região. Esta pesquisa utilizou a metodologia de Censo para fazer um estudo de caso na região (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Foram analisados os dados do “Censo da Pesca”, tanto a partir do banco de dados, quanto dos resultados publicados no Relatório do Censo (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012).

Os dados do “Censo da Pesca” foram obtidos a partir de dois questionários, um básico e um anônimo, sendo que este último era respondido apenas por pessoas envolvidas na atividade de captura. Devido ao grande volume de dados e pelo fato de em torno de apenas 10% das mulheres ter respondido ao questionário anônimo, optamos por focar a análise dos dados brutos a partir do questionário anônimo (que envolvia todos os trabalhadores da pesca) e correlacionar esta análise com os resultados da análise dos questionários anônimos já publicados (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012).

É importante destacar que os entrevistados, segundo a metodologia utilizada pelos autores (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012), respondiam ao questionário e foram categorizados como: “pescadores”, considerada a pessoa da família que exercia a atividade de captura; e “dependentes da pesca”, que incluíam os “pescadores” e também as pessoas que desenvolviam outras atividades diretamente relacionadas à pesca artesanal (processamento do pescado, comercialização, e manutenção e limpeza dos equipamentos). Para que não haja uma confusão entre o uso dos termos, nesta pesquisa, os dados relacionados aos “dependentes da pesca” serão por nós denominados “trabalhadores da pesca”, pois acreditamos ser uma denominação mais apropriada para compreender as pessoas que exercem qualquer atividade relacionada à cadeia produtiva da pesca artesanal.

A análise dos dados brutos focou na geração de dados desagregados por sexo: das atividades que mulheres e homens desenvolvem na pesca, dos níveis educacionais a que têm acesso, do acesso a documentos (RGP, licença Ambiental, matrícula e talão do produtor) e benefícios recebidos (“Seguro-defeso”, aposentadoria, contribuição ao INSS e

outros), além dos acessos a outros ativos como barcos e financiamentos. Buscamos também analisar a participação feminina nas atividades da pesca em diversas localidades ao longo do estuário e também inferir correlações a partir das similaridades e diferenças de participação entre as localidades.

Os dados do “Censo da Pesca” envolveram⁹ municípios: Arambaré, Camaquã, Mostardas, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço, Tapes, Tavares, em um total de 135 localidades, conforme o mapa abaixo.

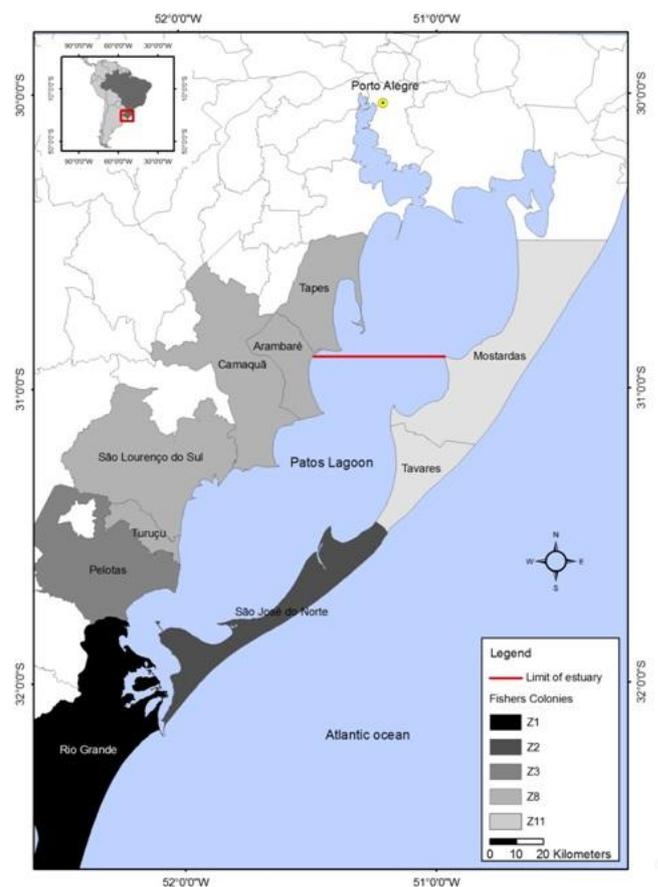


Figura 3. Mapa com localização dos municípios abrangidos no “Censo da Pesca”. Fonte: Kalikoski e Vasconcellos (2012)⁷.

⁷ Na figura, a tradução para a língua portuguesa é a seguinte: “Patos Lagoon” significa “Lagoa dos Patos”; “Atlantic Ocean” significa “Oceano Atlântico”; e no quadro branco, “Legend” significa “Legenda”, a linha vermelha representa o limite do estuário (“Limit of estuary”), sendo a escala do mapa expressa em quilômetros (“Kilometers”).

Devido ao alto número de localidades, concentramos a análise por localidades apenas nos municípios com maior importância em termos numéricos: São José do Norte (1.183 pescadores), Rio Grande (1.080), Pelotas (608), São Lourenço do Sul (150). Das 135 localidades pesquisadas, o número de pescadores foi concentrado em 34 (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012), das quais foram escolhidas as seguintes localidades para a categorização dos dados nos principais municípios, conforme tabela abaixo:

Tabela 2. Localidades analisadas nos principais municípios

MUNICÍPIO	LOCALIDADE
Rio Grande	Barra (4ª Secção da Barra)
	Bernadeth
	Bosque
	Lagoa
	Ilha dos Marinheiros
	São Miguel
	Torotama
	Vila Eulina
São José do Norte	Vila Mangueira
	5ª Secção da Barra
	Barranco
	Capivaras
	Centro
	Comendador Carlos Santos
	Passinho
	Pontal da Barra
Pelotas	São Caetano
	Várzea
	Balsa
São Lourenço do Sul	Pontal da Barra
	Z3
	Barrinha
	Navegantes

Os dados do Censo da Pesca foram analisados no *Microsoft Excel*, utilizando ferramentas simples de estatística descritiva para serem categorizados de forma quantitativa. Os resultados estão apresentados sob a forma de gráficos, tabelas e porcentagens, e foram analisados a partir de indicadores para avaliar desigualdades de gênero, com base em Aguilar e Castañeda (2001).

Além disto, por praticamente não termos usados dados referentes ao questionário anônimo, buscamos inferir uma correlação qualitativa entre os dados que obtivemos na

análise e os dados analisados e apresentados por Kalikoski e Vasconcellos (2012), buscando relacionar a variabilidade da participação feminina nas atividades na pesca, com dados referentes aos sistemas de produção pesqueira, como: tipos de pescaria e recursos, características dos locais de pesca, e contexto da cadeia produtiva formal e informal. Esta análise foi inspirada pelos resultados encontrados por Pasquotto (2005).

Entrevistas dos modos de vida

Para abordar a complexidade dos sistemas, optamos por realizar a análise em diferentes escalas e níveis, como propõe Cash et al. (2006). Os dados do “Censo da Pesca” serviram para fornecer um retrato sobre a situação atual no estuário, analisando as diferenças a nível espacial, em escala do estuário como um todo, e também a nível inferior, nas localidades. A segunda parte da análise envolveu as entrevistas dos modos de vida nas localidades em um município, com o objetivo de aprofundar a análise.

Em uma escala mais local, a nível das unidades familiares, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas, com famílias de pescadores artesanais, em quatro localidades pesqueiras do município de Rio Grande, cujo modelo está apresentado no Apêndice B, com base na estrutura analítica da “Abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis” (ALLISSON; ELLIS, 2001). Segundo Triviños (1987), as entrevistas semiestruturadas caracterizam-se por partir de certos questionamentos básicos com base em teorias e hipóteses, mas que não são engessados, ou seja, estão abertos a novos questionamentos à medida que novas hipóteses vão surgindo enquanto a pesquisa está em andamento (TRIVIÑOS, 1987).

Foi escolhido o município de Rio Grande, por este, dentre os analisados pelo “Censo da Pesca”, apresentar uma diversidade de comunidades, com modos de vida diferentes e que assim poderiam ser comparadas. Foram escolhidas duas localidades rurais, Ilha dos Marinheiros e Ilha da Torotama, a primeira por apresentar famílias com modos de vida mais diversos (pescadores-agricultores), e a segunda por apresentar características mais pesqueiras enquanto principal modo de vida. E também foram escolhidas duas localidades urbanas: a 4ª Secção da Barra, em que se apresentam modos de vida ligados não só à pesca

artesanal, mas as atividades ocasionais derivadas da pesca industrial e semi-industrial; e a região do Prado, com características mais urbanas e envolvendo famílias da Vila São Miguel e do Bosque.

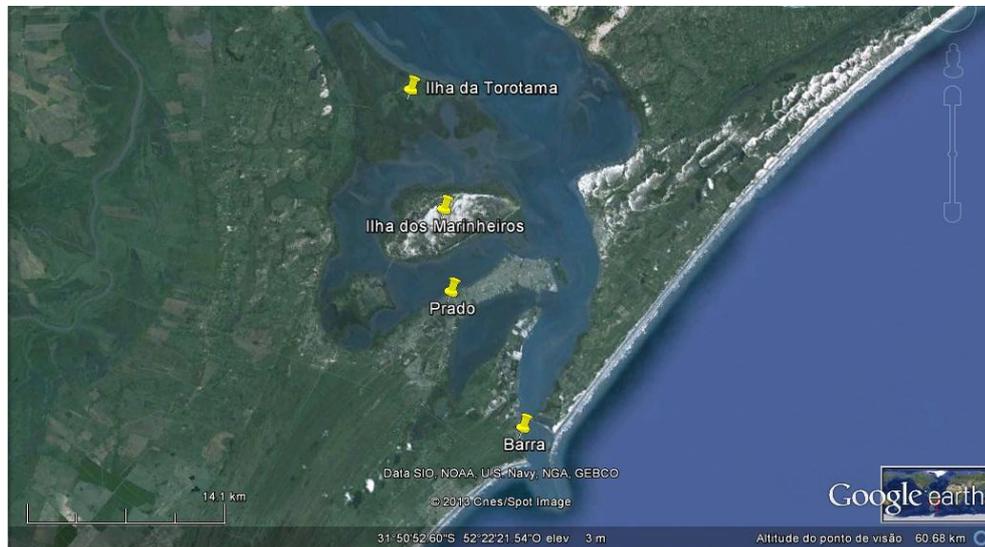


Figura 4. Localidades das entrevistas dos modos de vida no município de Rio Grande. Fonte: Google earth.

Buscamos escolher famílias indicadas por lideranças das comunidades e também por outras famílias entrevistadas, segundo critérios que buscassem abranger a maior diversidade possível: pescarias, tempo na pesca e idade, participação feminina diversa em atividades na pesca (desde a captura ao beneficiamento), mas também famílias em que a mulher declarava não desenvolver nenhuma atividade na pesca.

As entrevistas utilizaram, como Modelo de Análise, a Estrutura Analítica dos Modos de Vida Sustentáveis, conforme a Figura 6. As entrevistas focaram em 3 partes da estrutura analítica: o contexto de vulnerabilidade, os capitais e as estratégias desenvolvidas pela unidade familiar. A análise de políticas, instituições e processos foi subsidiada pela revisão bibliográfica da área de estudo, realizada no Capítulo 3. O objetivo foi ter um entendimento dinâmico de como os modos de vida vão respondendo às mudanças no contexto de vulnerabilidade, através do desenvolvimento de estratégias reativas ou adaptativas e sua relação com os capitais (natural, físico, financeiro, social e humano) possuídos pela família, como educação, renda, acesso a documentos e benefícios, tempo de pesca.

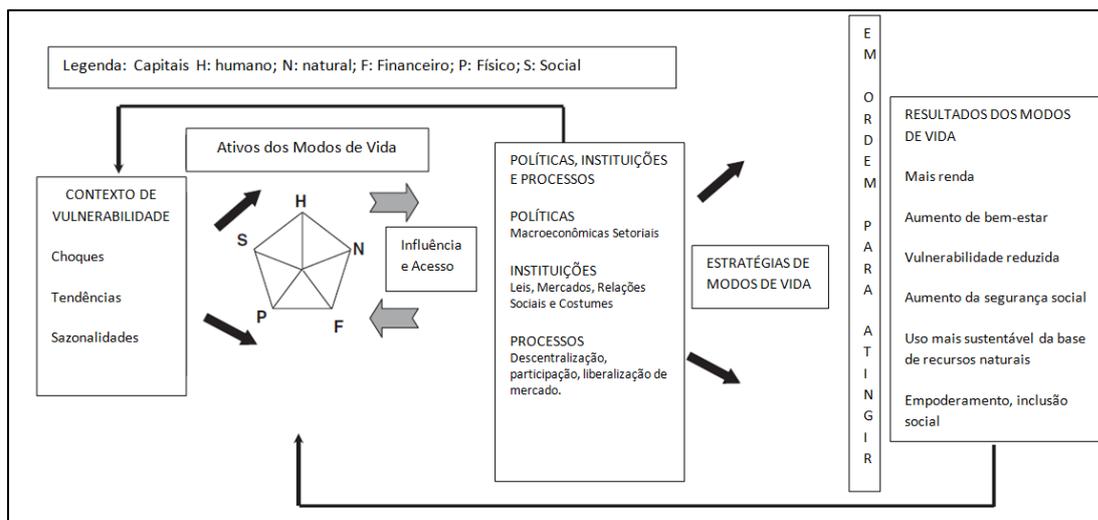


Figura 5. Estrutura Analítica da Abordagem dos Modos de Vida. Fonte: Allisson e Ellis (2001).

As entrevistas também utilizaram ferramentas do Diagnóstico Participativo com Enfoque de Gênero, como o "relógio de 24 horas" e o "calendário anual de atividades desagregado por gênero" (AGUILAR et al., 1999), para entender como as atividades diárias são divididas entre homens e mulheres nas famílias, e como elas variam sazonalmente ao longo dos calendários de pesca.

Para a análise dos resultados, o material foi preparado e as entrevistas foram transcritas, para serem submetidas ao método de "Análise Textual Discursiva (ATD)" de Moraes e Galiazzi (2007). Essa metodologia tem como objetivo não testar hipóteses, mas compreender e reconstruir conhecimentos sobre os temas de pesquisa. Essa análise trabalha com significados construídos a partir de um conjunto de textos, ou seja, os textos constituem significantes a que os pesquisadores precisam atribuir sentidos e significados, a partir de seus conhecimentos, intenções e teorias. Além disto, está de acordo com o referencial teórico, pois, segundo os autores:

A Análise Textual Discursiva pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do "corpus", a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 12).

Assim, o material textual preparado é denominado de “corpus”, e passou por três etapas (MORAES; GALIAZZI, 2007), descritas abaixo:

Etapa 1. O *movimento para o caos*: é a etapa de desmontagem do “corpus”, chamado de processo de unitarização, que consiste na desconstrução do texto, fragmentando-o para obter as *unidades de análise*, que são unidades de significado ou de sentido, com relação aos fenômenos estudados. “A unitarização é um processo que busca produzir desordem a partir de um conjunto de textos ordenados” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 21).

Etapa 2. A *emergência do novo*: é a etapa de estabelecimento de relações, chamado de categorização, constrói relações entre as unidades constituintes, combinando elementos e classificando-os em sistemas de categorias. Esta etapa já busca construir uma nova ordem para produzir as novas compreensões.

Etapa 3. *Comunicando as compreensões emergentes*: capta o novo emergente, onde a intensa análise, a partir dos focos anteriores, possibilita o surgimento de uma compreensão renovada do todo, através do metatexto.

Assim, as entrevistas foram unitarizadas, sendo desconstruídas, identificando as unidades de significado e atribuindo-se a elas um código que se refere à localidade de entrevista (T para Ilha da Torotama, M para Ilha dos Marinheiros, P para região do Prado e Bosque, e B para 4ª Secção da Barra), e ao número da entrevista nessa localidade (1, 2, 3, 4 ou 5), seguida do código de gênero, por exemplo, letra H, para homens, ou M, para mulheres, e ao número da unidade de análise, construída em cada texto, para indicar a sequência dentro da entrevista. Por exemplo, a unidade de análise abaixo pertence à entrevista número 3, da Ilha dos Marinheiros; foi dita por uma Mulher e é a 2ª unidade de análise deste texto.

Eu, assim, limpar peixe-rei, essas coisa assim, no caso, eu faço, né? M3M-2

A cor cinza representa a identificação feita a partir do sentido com relação aos objetivos da pesquisa. Esta definição foi feita a partir de categorias “a priori” e também

emergentes. Foram definidas como categorias “a priori”: a) os papéis das mulheres, enquadram-se às unidades de análise, cujo sentido se relaciona às atividades que as mulheres desempenham nas famílias e qual a importância desses papéis para os entrevistados; b) o contexto de vulnerabilidade, referente aos choques, tendências, sazonalidades e dificuldades descritas; c) Estratégias das famílias, que foram as adaptações das famílias frente a esse contexto; d) os capitais possuídos pelas famílias. E como categorias emergentes apareceram: e) unidades de análise que remetiam a mudanças sofridas na pesca; f) sentidos relacionados às características de “tradicionalidade”, principalmente foco na intergeracionalidade da atividade da pesca; e g) sentidos que se atribuíam ao que a família compreende como uma safra boa ou uma safra ruim.

Portanto, havia uma pré-definição de categorias, as categorias “a priori”, que estavam diretamente relacionadas à pesquisa, e outras que emergiram no decorrer da análise. O que já foi um início do processo de categorização durante a unitarização. Mas o estabelecimento de relações continuou, dando-se durante a análise, comparando as unidades de análise e agrupando-as em subcategorias, para a reconstrução dos sentidos.

O primeiro momento é um movimento de desorganização e desmontagem, uma análise propriamente dita; já o segundo é de produção de uma nova ordem, uma nova compreensão, uma síntese. A pretensão não é o retorno aos originais, mas a construção de um novo texto, um metatexto que tem sua origem nos textos originais, expressando a compreensão do pesquisador sobre os significados e sentidos construídos a partir deles (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 31).

No entanto, acabamos adaptando esta metodologia, pois parte das entrevistas possuíam mais dados quantitativos do que qualitativos; assim, a parte que se refere aos capitais, algumas falas foram unitarizadas e categorizadas, mas grande parte foi agrupada em tabelas para se poder estabelecer uma comparação entre as famílias das diversas localidades. Assim, como os dados referentes ao “relógio de 24 horas” e o “calendário anual de atividades desagregado por gênero”, que foram agrupados por comunidade para fornecer uma compreensão das atividades dos homens e das mulheres por localidades.

Esta análise quantitativa e qualitativa constituiu o metatexto apresentado no Capítulo 6, que é um misto de descrição e interpretação, entendidas enquanto formas de validação da análise (MORAES; GALIAZZI, 2007). O ato de descrever buscou apresentar as categorias e subcategorias, fundamentando-as com citações selecionadas dos textos analisados, para que os leitores possam captar imagens fiéis dos fenômenos. E também, buscamos interpretar, construindo novos sentidos e compreensões, ancorados em nossas teorias e visões de mundo, indo além da descrição e teorizando acerca dos fenômenos estudados. Há que se destacar o fato de que esta metodologia caracteriza-se como um processo de aprendizagem, resultando em um conhecimento novo (MORAES; GALIAZZI, 2007).

E, por último, para atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa, que é relacionar os papéis com a capacidade adaptativa das famílias, utilizamos os critérios adaptados de Marschke e Berkes (2006), e Kalikoski et al. (2010), que são: (1) Diversificação e Especialização; (2) Comércio e Subsistência; (3) Inovação e Conservação; (4) Políticas e Integração da Pesca; (5) Localização e Externalização; (6) Mudanças nas Práticas Pesqueiras; (7) Incertezas; (8) Escala e Coesão Social; (9) Auto-organização Comunitária; (10) Adaptação e Mecanismos de Aprendizagem. Estes critérios foram baseados nos três componentes da capacidade adaptativa de Folke et al. (2003) *apud* Marschke e Berkes (2006): aprender a viver com a mudança e a incerteza; nutrir aprendizagem e adaptação; e criar oportunidades para auto-organização.

Dificuldades no desenvolvimento da Pesquisa

Consideramos importante destacar não só os pontos de êxito, mas também as dificuldades encontradas durante a pesquisa, para mostrar que o percurso não foi linear e controlado, mas que o caminho foi repleto de surpresas e mudanças que, de alguma forma, interferiram também na própria metodologia de pesquisa.

Uma primeira dificuldade foram os atrasos decorrentes de vários fatores como a mudança de orientação da pesquisa após a qualificação do projeto, os atrasos nas saídas de campo, por erros no planejamento e depois por problemas burocráticos diante da greve das

universidades federais. Havíamos planejado uma pesquisa com abordagens voltadas para a pesquisa etnográfica, o que exigiria um tempo maior em campo; no entanto, pelo número de localidades e a quantidade de dados a serem analisados, optamos por não nos aprofundar tanto nas comunidades e nos modos de vida das famílias, a partir de uma pesquisa etnográfica, mas buscar enfatizar a diversidade existente. As saídas de campo estavam planejadas para se iniciarem no mês de janeiro e isso mostrou-se inviável devido aos atrasos na preparação das saídas e na impossibilidade de realizar as entrevistas que duravam de 2 a 3 horas, no período mais intenso de pesca, que é durante a safra do camarão. Por isto optamos por fazê-las no defeso, o que atrasou o período de coleta de dados. Além disso, foi subestimado o tempo necessário para a transcrição das entrevistas, que foram muito longas e consumiram muito tempo, o que também atrasou o cronograma planejado.

Outro problema encontrado foi com relação às entrevistas separadas por gênero, a ideia inicial era entrevistar de forma separada, homens e mulheres, no entanto, isso não foi possível em algumas entrevistas.

Para as ferramentas do Diagnóstico Participativo com Enfoque de Gênero, o "relógio de 24 horas" e o "calendário anual de atividades desagregado por gênero" (AGUILAR et al., 1999), que foram obtidas através das entrevistas, encontramos que esta não foi a melhor metodologia para obtenção destes resultados. Acreditamos, pela nossa experiência, que este tipo de ferramenta obteria melhores resultados (mais homogêneos e comparáveis entre si) se obtido a partir de grupos focais. Como a maior parte das mulheres trabalha na pesca, com maior intensidade no período do camarão e do siri, apenas os resultados para essas pescarias mostraram-se satisfatórios. Utilizar a metodologia dos grupos focais estava planejado no projeto, mas não pôde ser feito devido aos atrasos no desenvolvimento da pesquisa.

5. AS MULHERES E OS HOMENS DO “MAR DE DENTRO”: UM DIAGNÓSTICO DE GÊNERO



Fotografia e Arte: Melina Chiba Galvão

Assim, apresentamos, neste capítulo, os resultados da análise dos dados do Censo da Pesca.

Número de pescadores e de trabalhadores da pesca

Segundo os dados do “Censo da Pesca”, o número de “trabalhadores da pesca”, que incluem pescadores e outros membros da família que não estão necessariamente envolvidos nas atividades de captura, mas desempenham outras atividades diretamente relacionadas, foi de 4.089 pessoas (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). A relação entre trabalhadores da pesca e pescadores é de cerca de 1,25 para 1. Considerando a divisão por gênero de trabalhadores da pesca, 2.902 são homens (71%) e 1.184 (29%) são mulheres, com uma relação de 2,45 homens para cada mulher (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Atrelando o número de mulheres ao de homens envolvidos, em média, apenas 40% dos pescadores teriam cônjuges, filhas ou mulheres de outro parentesco, envolvidas na atividade pesqueira, seja em atividades de captura ou pré e pós-captura. Esses dados revelam que o número de mulheres que declaram exercer algum tipo de atividade na pesca do estuário da Lagoa dos Patos é relativamente reduzido. Considerando o número de pescadores, apenas (3.259), 2.787 (86%) são homens e 472 (14%), mulheres.



Figura 6. Divisão por gênero do número de trabalhadores da pesca e pescadores.

Para estabelecer uma comparação, Garcez e Sanchez-Botero (2005) estimaram a participação feminina na atividade pesqueira, para o Estado do Rio Grande do Sul, em torno de 8 a 10% do número total de pescadores, um pouco abaixo dos 14% encontrados pelos dados. E para trabalhadores da pesca, encontrou em torno de 40%, um pouco

superior também ao número de dados estatísticos nacionais de seguro-desemprego pago aos pescadores artesanais (seguro-defeso), nos anos de 2007 e 2008, divulgados pelo DIEESE e MTE, de 31,9% e 35,8% em 2008, correspondentes a pedidos de seguro-defeso concedidos a mulheres (DIEESE, 2009, 2008).

Atividades relacionadas à pesca

Outro dado importante para compreender os papéis das mulheres na atividade pesqueira artesanal, é analisar como as atividades na pesca são desagregadas de acordo com o gênero. Para Kalikoski e Vasconcellos (2012), de um modo geral, todas as atividades na pesca são dominadas pelos homens, com a predominância, para eles, das atividades de captura e comercialização. Para as mulheres, as atividades mais importantes são as atividades de processamento, que representam quase metade da força de trabalho na pesca, seguidas por outras atividades relacionadas à pesca e manutenção de apetrechos de pesca.

Tabela 3. Atividades na pesca desagregadas por gênero

Descrição	Homens (%)	Mulheres (%)
Captura	85.5	14.5
Comercialização	87.4	12.6
Processamento	51.8	48.2
Manutenção de Apetrechos	76.9	23.1
Outros	70.5	29.5

Fonte: (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012)

Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2012), a maioria dos pescadores na região não processa a captura antes da comercialização, alguns processam uma parte da captura para adicionar valor ao pescado e aumentar a renda da casa. O camarão e o siri-azul são as espécies mais processadas no baixo estuário (Rio Grande, São José do Norte e Tavares), descascando o camarão e “tirando a carne” do siri, que podem ser vendidos embalados em pacotes, trabalho comumente feito pelas esposas dos pescadores e outros membros da família, ou por mulheres da comunidade, com outras relações de parentesco. Algumas espécies de peixe (linguado, peixe-rei, traíra e bagre) também são limpas e fileteadas antes

da comercialização, ocorrendo com maior frequência em Arambaré, Mostardas, Tapes e Tavares (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012).

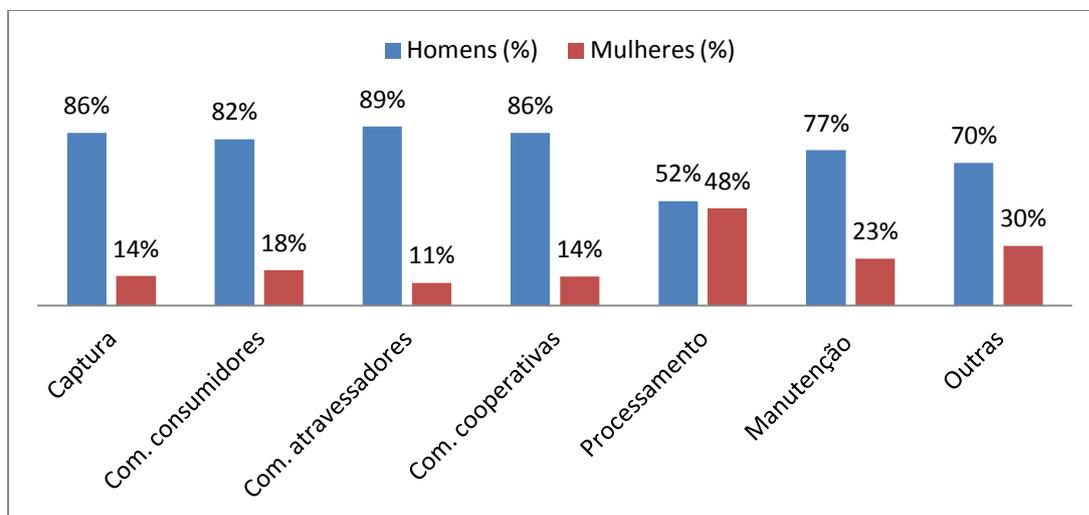


Figura 7. Atividades realizadas na pesca de acordo com a participação por gênero⁸

Distribuição por município e por localidades

Já abordamos a proporção de homens e mulheres nas atividades produtivas principais da pesca, e buscamos também analisar se há uma diferença espacial, ao longo dos municípios, com relação à proporção de homens e mulheres, se há diferenças na participação de cada gênero nas atividades ao longo do estuário. Obtivemos, como resultado, que a maior concentração de mulheres foi encontrada para o município de Tavares, com 36,1% e a menor participação foi em Camaquã, apenas 1 mulher (7,1%). Quando considerado apenas o número de pescadores, esses municípios também foram encontrados como obtendo a maior porcentagem feminina em Tavares, com 25% das pescadoras e a mais baixa novamente para Camaquã, com apenas 1 pescadora.

⁸ Com. significa comercialização.

Tabela 4. Participação por gênero, dos trabalhadores da pesca e pescadores por município

Município	Trabalhadores da pesca			Pescadores		
	H (%)	M (%)	T	H (%)	M (%)	T
Tavares	63,9%	36,1%	133	75,00%	25%	112
Mostardas	66,7%	33,3%	18	70,59%	29,41%	17
Pelotas	68,6%	31,2%	776	84,05%	15,95%	608
Rio Grande (RG)	69,9%	30,1%	1434	87,69%	12,31%	1080
Tapes	71,7%	28,3%	92	84,81%	15,19%	79
São José do Norte (SJN)	72,1%	27,9%	1425	84,87%	15,13%	1183
Arambaré	80,0%	20,0%	20	88,89%	11,11%	18
São Lourenço do Sul (SLS)	86,1%	13,9%	165	90,00%	10%	150
Camaquã	92,9%	7,1%	15	91,67%	8,33%	12
Média	74,64%	25,32%	4089	84,17%	15,83%	3259

Nota: H= Homens, M= Mulheres, T=Total

Pudemos observar que há um padrão espacial com relação à porcentagem de participação das atividades femininas na pesca, desde a porção leste do alto estuário (Mostardas e Tavares) à região do médio e baixo estuário (Pelotas, RG e SJN), e excepcionalmente Tapes no lado oeste do alto estuário. A maioria dos municípios apresenta participação feminina de trabalhadores da pesca acima da média. Já a minoria, sendo a maior parte, encontra-se na porção oeste do alto estuário, com participação feminina abaixo da média para os dados de trabalhadores da pesca. Já com relação aos dados de pescadores, a maioria dos municípios apresenta participação feminina próxima ou abaixo da média, exceto para os municípios de Mostardas e Tavares.

De forma complementar aos dados de variação espacial na participação feminina nos números de trabalhadores da pesca e pescadores, buscamos analisar esse fenômeno a partir de dados complementares, para compreender o que faz esses municípios, com características tão diferentes entre si, apresentarem esses dados de participação feminina. O relatório do “Censo da Pesca” já havia apresentado os dados gerais para o estuário com relação às atividades na pesca desagregadas por gênero, assim aprofundamos a análise para verificar se há diferença nas atividades desempenhadas nos diferentes municípios pelos homens e pelas mulheres na pesca. Os resultados mostraram que esse padrão de gênero

não muda muito, com relação aos dados gerais. A participação masculina foi concentrada nas atividades de captura, manutenção de apetrechos e comercialização, nessa ordem. As exceções foram o município de Camaquã, onde a captura foi seguida da comercialização e SLS, onde a captura foi seguida por outras atividades. Para as mulheres, as principais atividades foram processamento e manutenção de apetrechos em RG e Pelotas; manutenção de apetrechos e processamento, para Tapes, Arambaré, Mostardas, Tavares e SJN. Foram exceções novamente Camaquã, com captura e comercialização, as mesmas atividades masculinas; e SLS, onde a captura foi seguida pela comercialização para cooperativas.

Vimos que os dados por município seguem a tendência dos dados gerais, com exceção de Camaquã e SLS, locais de menor participação feminina. Nesses locais, tanto para os homens quanto para as mulheres, comparado aos dados de outros municípios, há um baixo número de pessoas envolvidas em atividades de processamento, e SLS, diferentemente dos demais, apresenta uma porcentagem considerável de comercialização para cooperativas.

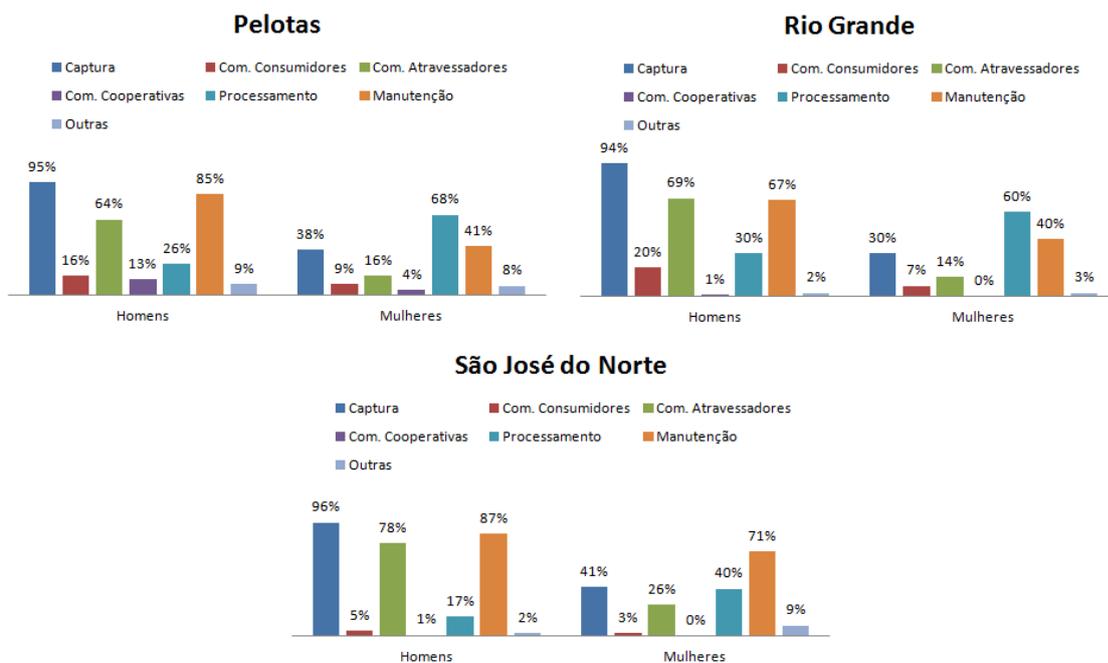


Figura 8. Atividades na pesca desagregadas por gênero (Pelotas, RG e SJN)

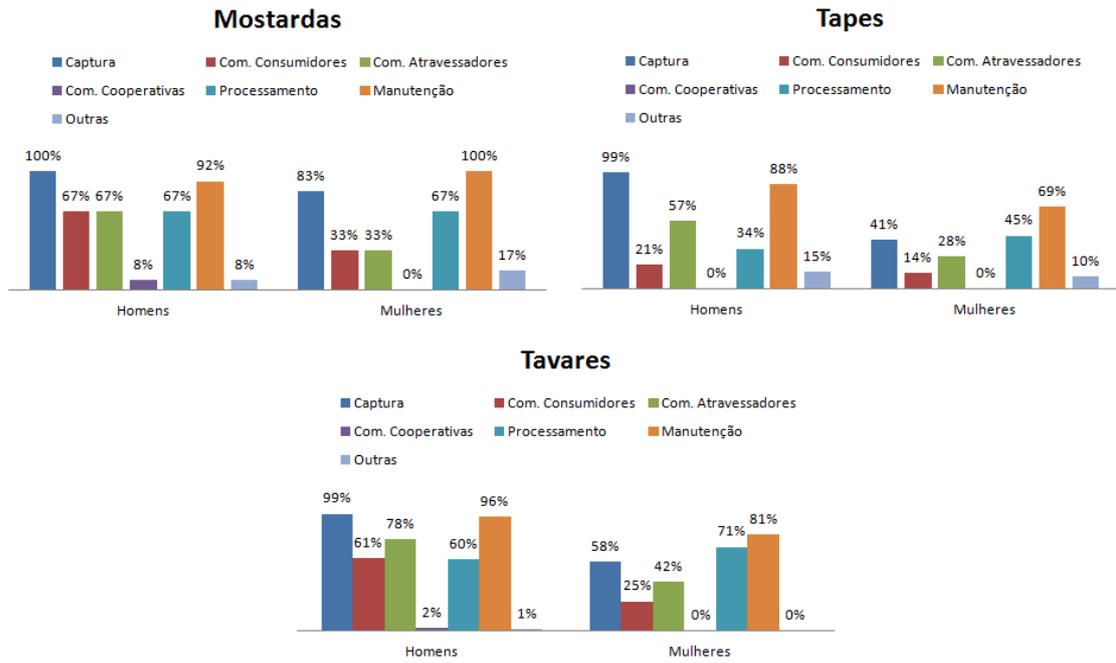


Figura 9. Atividades na pesca desagregadas por gênero (Mostardas, Tapes e Tavares)

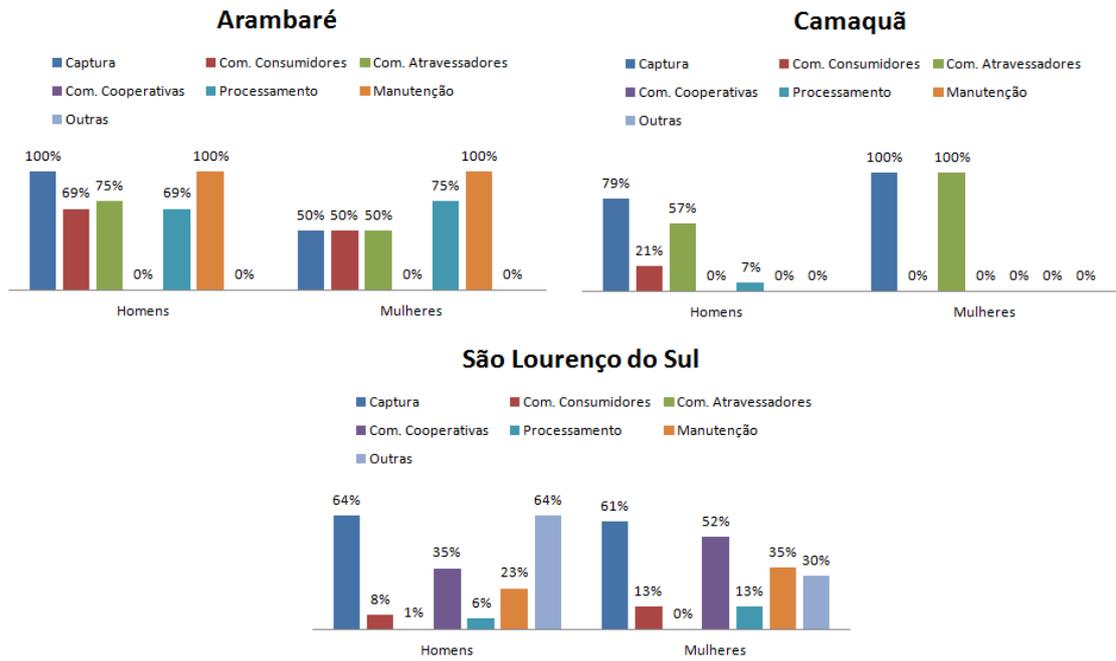


Figura 10. Atividades na pesca desagregadas por gênero (Arambaré, Camaquã e SLS)

Além das atividades desagregadas por gênero para cada município, analisamos também a participação nas localidades, para os 4 municípios principais. Em RG, a Ilha dos Marinheiros (36%), Bosque (35%) e Ilha da Torotama (34%) foram as localidades com maior porcentagem de trabalhadoras da pesca; por outro lado, Lagoa (18%), Barra (20%) e Mangueira (21%) apresentaram as menores porcentagens. Com relação aos dados de pescadoras, novamente Ilha dos Marinheiros (22%) e Bosque (16%) apresentam uma maior porcentagem de pescadoras; e em contraste, Barra (12%); Vila Eulina (0%), Bernadeth (6%) e São Miguel (8%) apresentaram as menores porcentagens.

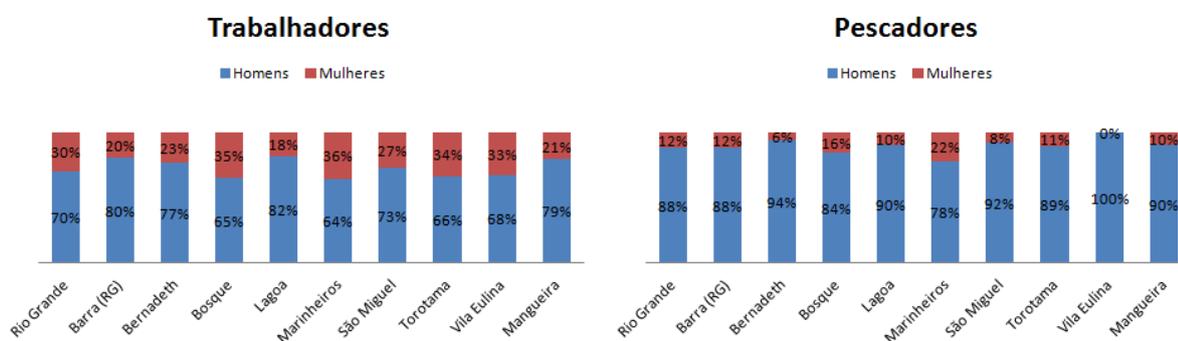


Figura 11. Participação por gênero de pescadores e trabalhadores da pesca por localidade (RG)

Em SJN, as diferenças de participação nas localidades foram menores do que as encontradas para Rio Grande. Considerando a porcentagem de trabalhadores da pesca, Várzea (35%), Barranco (32%), Pontal (31%) e Passinho (31%) foram as localidades com maior participação de mulheres; e Barra (23%), Comendador Carlos Santos (24%) e Centro (26%) apresentaram os menores números. Nos dados de pescadoras, Várzea (25%), Passinho (25%) e Pontal da Barra (17%) novamente tiveram as maiores porcentagens de participação feminina; e São Caetano (8%), Centro (11%) e Capivaras (13%), as mais baixas.

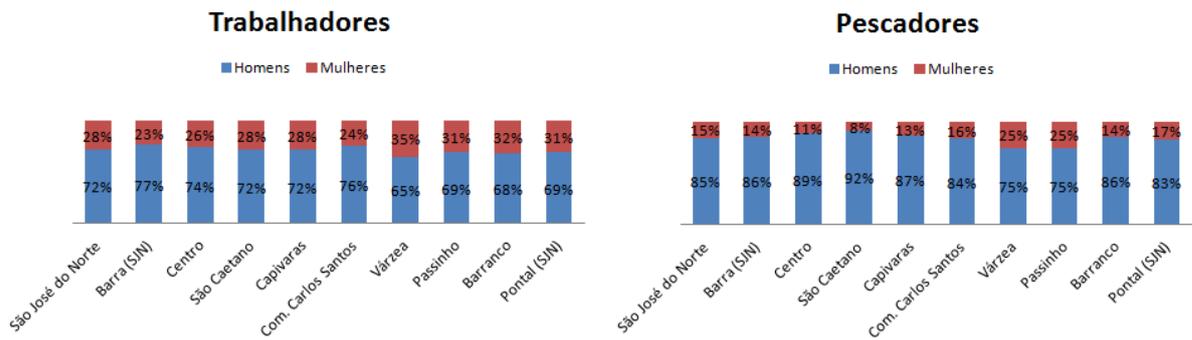


Figura 12. Participação por gênero de pescadores e trabalhadores da pesca por localidade (SJN)

Para Pelotas, os dados foram analisados em apenas 3 localidades: Z3 (32%), Balsa (26%) e Pontal da Barra (22%) apresentaram os seguintes dados de participação de trabalhadoras da pesca; e a mesma ordem foi observada para o número de pescadoras, Z3 (17%), Balsa (15%) e Pontal da Barra (8%). SLS incluiu apenas 2 localidades, Barrinha (18%) e Navegantes (11%), com dados de participação das trabalhadoras da pesca; e mesma ordem para o número de pescadoras, Barrinha (17%) e Navegantes (7%).

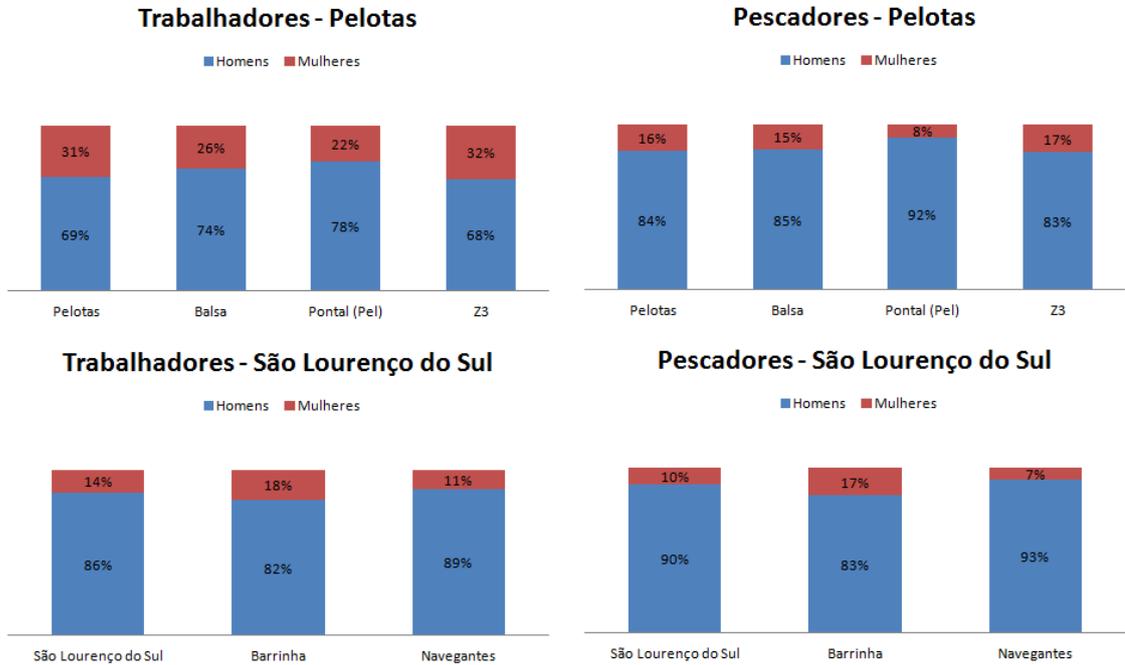


Figura 13. Participação por gênero de pescadores e trabalhadores da pesca por localidade (Pelotas e SLS)

Agrupando agora os resultados das localidades, encontramos que, para os dados de pescadoras, os maiores valores de participação feminina estão nas áreas rurais: Várzea (25%), Passinho (25%), Ilha dos Marinheiros (22%), Pontal da Barra – SJN (17%), Z3 (17%) e Balsa (15%), mas também algumas áreas urbanas como o Bosque (16%). Exceção é a região da Barrinha - SLS (17%), com participação feminina no número de pescadores, maiores que a média. Os menores valores são a região da Barra - RG (12%), algumas áreas rurais como Capivaras (13%), Pontal da Barra - Pelotas (8%) e São Caetano (8%), além de áreas urbanas: Centro - SJN (11%), São Miguel (8%), Navegantes (7%), Bernadeth (6%) e Vila Eulina (0%).

Com base nos dados obtidos, classificamos os municípios e as localidades em grupos, de acordo com a maior ou menor participação feminina, sendo separados em 3 grupos, de acordo com a participação de trabalhadoras da pesca:

- O primeiro grupo inclui as localidades com menos de 25% de participação das trabalhadoras da pesca: Navegantes e Barrinha (SLS); 4ª Secção da Barra, Mangueira, Bernadeth e Lagoa (RG); 5ª Secção da Barra e Comendador Carlos Santos (SJN); Balsa, em Pelotas; e os municípios de Arambaré e Camaquã.
- O segundo grupo é um grupo intermediário, com valores próximos à média: São Miguel (RG); Centro, São Caetano e Capivaras, em (SJN); e o município de Tapes.
- O terceiro grupo, com mais de 30% de participação feminina, inclui: Bosque, Ilha dos Marinheiros, Ilha da Torotama e Vila Eulina (RG); Várzea, Passinho, Barranco e Pontal da Barra (SJN); Z3 em Pelotas; e os municípios de Tavares e Mostardas.

Assim, para relacionar a participação feminina com as características mais comuns dos sistemas de produção pesqueiros nos municípios e localidades, buscando relacionar o que têm em comum e no que diferem, utilizamos dados do Relatório do “Censo da Pesca” (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Arriscamos dizer que parece haver uma relação entre a participação feminina e algumas características dos sistemas de produção, como: o tipo de pescaria e espécies-alvo, tecnologias empregadas e formas de trabalho na pesca,

além de características da cadeia produtiva, nas atividades de processamento e comercialização.

No primeiro grupo, com participação feminina abaixo da média, conforme vimos, temos municípios localizados na porção oeste do alto estuário, como SLS, Arambaré e Camaquã. Mas há também localidades do baixo e médio estuário, como a 4ª Secção da Barra, Mangueira, Bernadeth e Lagoa (RG); 5ª Secção da Barra e Comendador Carlos Santos (SJM), e Balsa em Pelotas. Algumas dessas localidades têm em comum o uso de barcos maiores e com maior tecnologia. Kalikoski e Vasconcellos (2012) encontraram que os barcos maiores estão localizados no alto e médio estuário, Pelotas, SLS, Arambaré e Tapes. Os autores também encontraram embarcações mais equipadas (*gearbox* e sondas) nas localidades que circundam a boca do estuário (Barra e Mangueira - RG; 5ª Secção da Barra e Povoação da Barra - SJM), localidades urbanas (SJM), e em algumas localidades do alto estuário, como Tapes, Santa Rita (Arambaré) e Navegantes (SLS) (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Algumas dessas localidades, como Tapes, Navegantes, Lagoa e algumas outras localidades urbanas e rurais em SJM, possuem mais de 50% dos pescadores como “proeiros”, que são trabalhadores que não possuem barcos e que trabalham em barcos de “patrões” (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Os dados sobre as espécies beneficiadas por município, vemos que à medida em que se migra do baixo para o alto estuário, diminui a importância do camarão e do siri-azul, espécies com maior valor se processadas antes de serem vendidas e que empregam grande parte da força de trabalho feminina (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Nas localidades do alto estuário, cresce a importância dos peixes e das espécies mais beneficiadas em SLS, Camaquã e Arambaré como a corvina e a tainha. Tapes e Arambaré, sendo esta última, uma exceção com relação aos dados de beneficiamento, com altas frequências de atividades de processamento, principalmente de peixes, corvina, e tainha mas também de camarão, conforme a Figura 14 (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012).

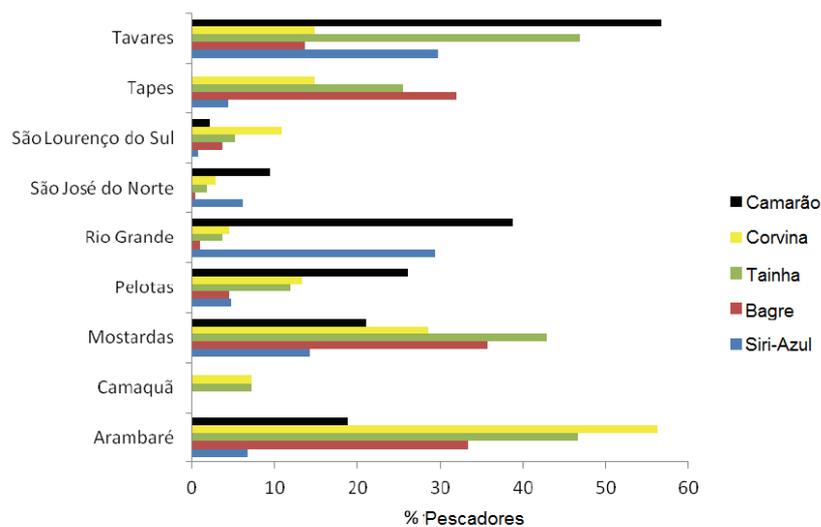


Figura 14. Beneficiamento por espécie para cada município. Fonte: Kalikoski e Vasconcellos (2012)

Outro dado interessante foi a porcentagem de comercialização para cooperativas em SLS. Esse tipo de comercialização em conjunto com os tipos de pescaria mais importantes, podem fazer com que a família não opte por investir em atividades de beneficiamento domésticas. Também encontramos localidades, nesse grupo, que podem oferecer facilidades e possibilidades de outras atividades econômicas, fora da pesca artesanal, como os trabalhos urbanos e trabalhos em atividades da pesca industrial, como as “tarefeiras”, que atuam no beneficiamento em empresas de pesca. Parece haver uma relação entre participação e sistemas de produção, com uma tendência que explicita que um investimento em barcos maiores e mais poderosos, normalmente com maior esforço de pesca, focam no aumento da captura e na venda direta ao atravessador, agregando valor na quantidade pescada e vendida, ao invés do beneficiar como forma de obter um preço melhor. E assim, a força de trabalho nessas pescarias está mais concentrada nas atividades de captura, com a participação de “proeiros”.

No outro extremo está o terceiro grupo, que apresenta os maiores valores de participação feminina nos dados de trabalhadores da pesca. Há uma tendência de maior número de localidades rurais (Ilha dos Marinheiros, Ilha da Torotama, Z3, Várzea, Passinho, Barranco). Além disso, como características dos sistemas de produção, os barcos menores foram encontrados nas áreas rurais de RG e SJJ: Ilha da Torotama, Ilha dos

Marinheiros, Barranco e São Caetano (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012), mas também há exceções, como Pontal da Barra – SJN (31%), localidade com modos de vida de trabalhadores de atividades relacionadas à pesca industrial; Bosque e Vila Eulina (35%), localidades urbana. Os municípios de Tavares e Mostardas também apresentaram uma maior porcentagem de participação das mulheres. Esses valores podem ser associados também a locais em que há maior presença de pescadores exclusivos e suas famílias, e a dificuldades em terem outras atividades econômicas no local, além da pesca (exceção da agricultura para a região do Barranco, São Caetano e Ilha dos Marinheiros). Aqui encontramos muitas localidades do baixo e médio estuário, RG, Pelotas e SJN, que possuem uma dependência maior da pesca do camarão e do siri, espécies com alto valor para serem beneficiadas e maior participação das mulheres nessa atividade. Tavares e Mostardas também apresentam altos valores de beneficiamento, porém Mostardas foca o beneficiamento na tainha e no bagre, e não no siri e camarão, conforme Figura 14.

O padrão que emerge, conforme a Figura 14, mostra a importância do camarão para o baixo estuário, seguido pela tainha e corvina. Essa importância diminui em direção ao estuário superior, enquanto a da tainha tende a aumentar (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Esse contraste é marcante entre localidades urbanas e rurais de SJN, que focam em poucas espécies e as localidades de RG e do alto estuário (Tapes e Camaquã), que possuem menor número de espécies-alvo. As vantagens de um portfólio mais diversificado de recursos podem ser relacionadas a uma maior capacidade adaptativa dos pescadores a choques e mudanças ambientais, como flutuações dos recursos e econômicas (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Foi exatamente em resposta a rendimentos decrescentes dos recursos estuarinos tradicionais (camarão, corvina e tainha) que o siri-azul foi desenvolvido em localidades de Rio Grande durante os anos 80. Hoje representa uma fonte alternativa de renda importante, particularmente em anos de safras ruins de camarão (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012).

Bom, acreditamos que por ser a pesca uma atividade altamente complexa, assim podem estar relacionadas às formas de trabalho na pesca, a participação de membros da família, como as mulheres e o tipo de pescaria e espécies-alvo, as tecnologias e outras

características da cadeia produtiva. Isso pode definir as estratégias da família, em investir ou não sua força de trabalho em atividades de processamento e comercialização, ou focar em outras atividades, como a captura. No entanto, os dados permitiram-nos chegar até aqui e análises futuras podem contribuir para a confirmação dessa relação entre participação feminina e sistemas de produção pesqueiros.

Relações de Parentesco

Foram analisadas também as relações sociais de parentesco que se dão entre os gêneros. Considerando os homens entrevistados na pesquisa, 84% responderam aos questionários como sendo eles os próprios pescadores; 2% como maridos de pescadoras, 8% como filhos, 5% como outro parentesco e quase 0% sem qualquer tipo de parentesco (6). Das mulheres entrevistadas, apenas 9% responderam aos questionários como sendo elas as pescadoras, 81% como esposas de pescadores, 4% como filhas, também 4% como tendo outro parentesco e 0% (2) sem parentesco com o pescador da família. Acreditamos que, provavelmente, esse número de 9% de pescadoras seja mais próximo ao número de mulheres que desenvolvem atividades de captura do que os 14% referente à Figura 07; esse último valor pode estar superestimado com a participação de mulheres que vão ocasionalmente acompanhar os maridos na captura. Também vale destacar a importância para os trabalhos femininos da participação de outros parentescos com frequência igual ao de filhas de pescadores; e para os parentescos masculinos, o destaque para os filhos, em número superior ao de outros parentescos.

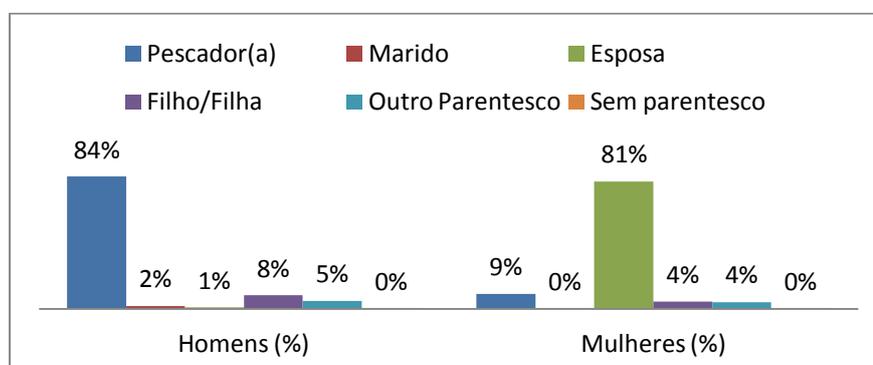


Figura 15. Relações de parentesco dos trabalhadores da pesca por gênero

Escolaridade

Kalikoski e Vasconcellos (2012) encontraram que o nível de analfabetismo é de 6,6% para mulheres e 12,6% para homens; 73,1% das mulheres e 76,2% dos homens não completaram o Ensino Fundamental. Juntos, mais de 85% dos trabalhadores da pesca são analfabetos ou têm ensino fundamental incompleto. As mulheres possuem o nível de escolaridade formal um pouco maior comparado ao dos homens, e também é maior o nível de escolaridade das áreas rurais comparadas às urbanas.

Tabela 5. Nível de Escolaridade

Urbana/rural	Total			Rural			Urbana			
	Descrição	H	M	T	H	M	T	H	M	T
	Analfabeto(a)	12,6	6,6	10,9	11,8	5,8	10,0	13,4	10,3	12,7
	Ens. Fund. Incompleto	76,2	73,1	75,3	76,5	69,6	74,3	77,8	74,1	77,0
	Ens. Fund. Completo	5,7	10,2	6,9	6,3	13,9	8,7	4,6	6,6	5,1
	Ens. Médio Incompleto	1,9	3,6	2,4	1,9	3,5	2,4	1,4	2,9	1,8
	Ens. Médio Completo	3,2	5,9	3,9	3,3	6,9	4,4	2,3	5,8	3,1
	Ens. Superior Incompleto	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,0	0,2
	Ens. Superior Completo	–	0,2	0,1	–	–	–	0,1	0,4	0,2

Fonte: Kalikoski e Vasconcellos (2012), Nota: H= Homens, M= Mulheres, T=Total

Acesso a Direitos de Propriedade

Também é de extrema importância entender como as instituições e a gestão da pesca têm lidado com as questões de gênero no que concerne ao acesso e uso dos recursos. Homens e mulheres estão tendo os mesmos direitos de acesso ao uso de recursos e a seus benefícios?

Sendo a pesca uma atividade que incide sobre recursos comuns, uma das formas de analisar isso é através do conceito de direitos de propriedade. Berkes e Folke (1998) definiram os direitos de propriedade como os direitos, deveres e responsabilidades no uso dos recursos, assim como as reivindicações de benefícios ou renda. No caso brasileiro, onde a gestão da pesca é praticada basicamente pelo Estado, alguns dos direitos de propriedade analisados aqui foram os documentos que os órgãos do Estado exigem, além de dados

referentes ao acesso a benefícios como aposentadoria, direitos trabalhistas e “seguro-defeso”, e a posse de embarcações.

Os pescadores(as) artesanais são requeridos por lei a terem alguns dos 4 principais documentos (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012):

- Carteira Profissional de Pescador Artesanal (Registro Geral da Pesca – RGP): Documento emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) é o documento básico requerido para a atividade profissional de pesca.
- Licença Ambiental de Pesca: documento emitido pelo IBAMA, é um documento especificamente exigido para os pescadores(as) artesanais do estuário poderem obter anualmente permissão para pescar nessa região. Foi adotado como instrumento para limitar o acesso aos recursos aos pescadores da região e impedir o acesso de pescadores de outras áreas, limitando a capacidade de pesca do estuário.
- Matrícula na Capitania dos Portos: Documento emitido pela Marinha, exigido para qualquer pescador profissional que trabalhe embarcado em águas nacionais. Proprietários de embarcações também precisam de um registro adicional emitido para a embarcação.
- Talão do Produtor: Documento emitido pelo Estado do Rio Grande do Sul, necessário para pagamento de impostos, que deve ser usado em qualquer transação comercial e que também serve como comprovante de renda

Esses documentos são requeridos para o acesso ao recurso, através da atividade de captura e também para acessar benefícios e direitos como “seguro-defeso”, pensões, aposentadorias e outros direitos. A maioria dos homens possuem os quatro documentos principais e as mulheres, em sua maioria, possuem apenas o RGP e o Talão do Produtor, em conjunto com o marido, enquanto esposa deste, conforme Figura 16. Os outros dois documentos: Licença Ambiental e Matrícula, que são documentos exigidos para a atividade de captura e para o trabalho embarcado, normalmente as mulheres não os possuem porque, conforme vimos, a maioria delas não atua nessas atividades. Normalmente os benefícios, para os outros membros da família que desempenham outras atividades, os

trabalhadores da pesca, no âmbito do regime de economia familiar, costumam ser acessados através da apresentação dos documentos do(a) pescador(a), com apresentação apenas do RGP em nome próprio, visto que o talão geralmente é conjunto.

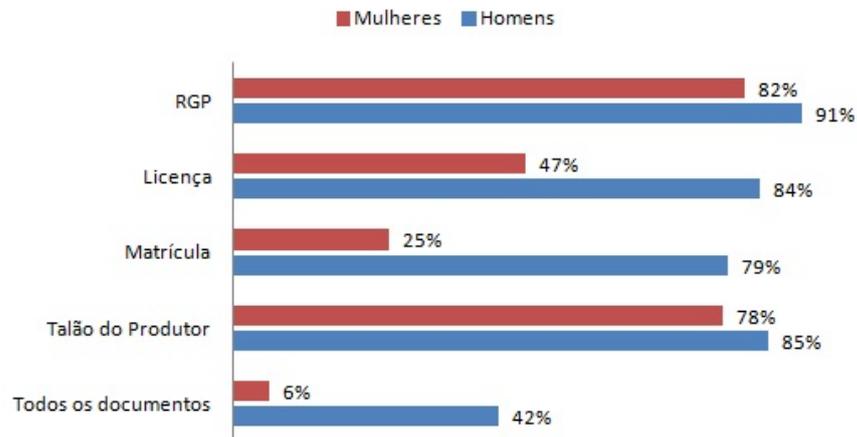


Figura 16. Acesso a documentação de acordo com o gênero

No entanto, algumas fraudes relacionadas a “falsos pescadores” fizeram com que o governo passasse a exigir mais documentos, como relatado na introdução, no caso do conflito em torno da perda do recebimento do “seguro-defeso” por mulheres, no estuário da Lagoa dos Patos, em 2011. Esse exemplo mostra a vulnerabilidade, em especial, das mulheres que desempenham outras atividades na pesca que não sejam a atividade de captura. Por exemplo, no caso relatado, a exigência de apenas mais um documento, a Licença Ambiental, causou a perda de recebimento a várias mulheres. Conforme a Figura 16, se os quatro documentos fossem exigidos individualmente para garantir os direitos de propriedade na pesca artesanal, mais de 50% dos trabalhadores da pesca homens e 94% das mulheres não teriam nenhum acesso a eles.

Outro dado obtido foi com relação à seguridade social: 80% dos homens, e uma menor porcentagem das mulheres, 77%, contribuem para a seguridade social, ou seja a maioria dos trabalhadores da pesca. A maioria deles tem um tempo de contribuição que varia da faixa de mais de 20 anos até a faixa de 1 a 20 anos; e existem mais pescadores que contribuem por mais de 20 anos do que aqueles que contribuem por menos de 1 ano, conforme a Figura 17.

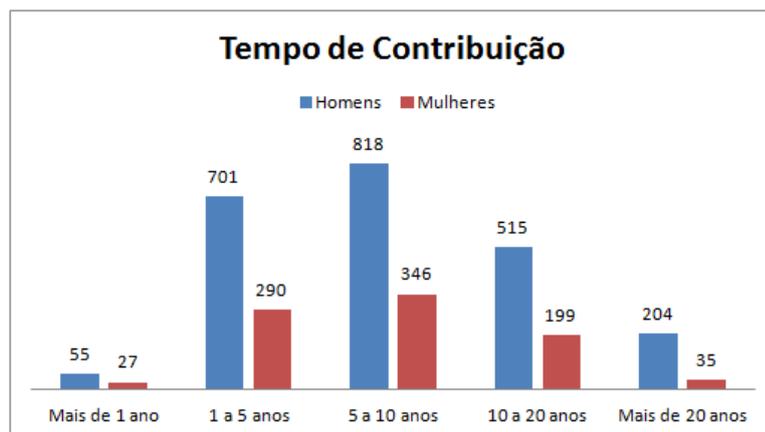


Figura 17. Tempo de contribuição à seguridade social de acordo com os gêneros

Esse dado pode ser relacionado à baixa renovação de pescadores apontada por Kalikoski e Vasconcellos (2012), na qual, segundo a faixa etária, 12,8% dos pescadores têm menos de 30 anos de idade e 32,4% mais de 50 anos. Isso foi encontrado tanto em comunidades rurais quanto urbanas, mostrando que os jovens não estão continuando as atividades de pesca como os seus pais, o que representa uma ameaça à continuidade das atividades pesqueiras artesanais no estuário. Esses resultados podem ser complementados pelos dados de parentesco por gênero (Figura 15), mostrando a pequena porcentagem de filhos e filhas que trabalham na unidade familiar, o que aumenta a importância do trabalho desenvolvido pelas esposas de pescadores.

Outro dado relacionado ao acesso a recursos importantes para a pesca foi a posse de embarcações. Em concordância aos dados anteriores, apenas 9% das mulheres possuem a propriedade dos barcos, e 61% dos homens possuem embarcações. Adicionalmente a isso, 30% dos pescadores trabalham como “proeiros”, ou seja, trabalham em embarcações de outros pescadores e 20% das “pescadoras”, que declararam atuar nas atividades de captura, trabalham como “proeiras” dos maridos. Apenas 2% dos pescadores são apenas “patrões”, ou seja, possuem a posse da embarcação, mas não trabalham na atividade e um pouco mais de 0% (4) desse número para as mulheres.

Considerando os empréstimos fornecidos pelo governo e por bancos, os dados mostraram que as mulheres têm menos acesso a esses recursos do que os homens, apesar de já existir inclusive um empréstimo específico para esse grupo, o “PRONAF mulher”.

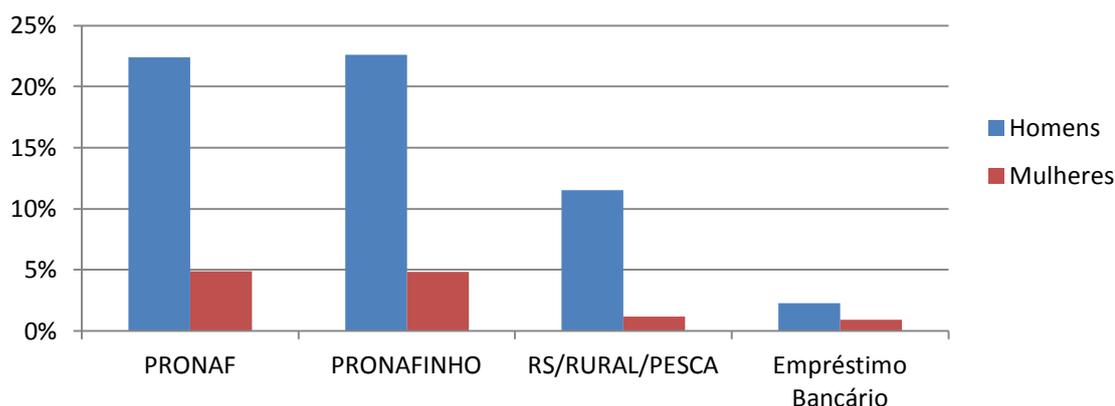


Figura 18. Acesso por gênero a empréstimos ou financiamentos

Considerando outros benefícios que são considerados em muitos casos, fontes de renda para as famílias, o gráfico abaixo deixa clara a importância e o alcance do benefício do “seguro-defeso” para as famílias, tanto para as mulheres quanto para os homens. Depois seguem o recebimento de benefícios como o “bolsa-família” e o “bolsa-escola”, recebidos em maioria pelas mulheres, enquanto normalmente as responsáveis legais pelos filhos.

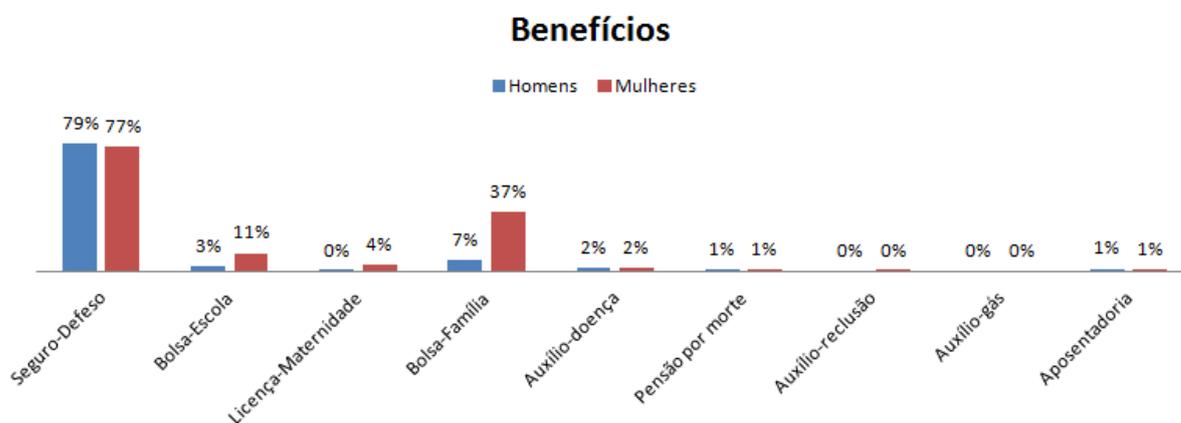


Figura 19. Recebimento de benefícios de acordo com o gênero

Esses problemas relativos aos direitos de propriedade são uma preocupação dos pescadores, porque não tem-se mostrado efetivo em limitar o acesso ao recurso e nem garantir os seus direitos (KALIKOSKI e VASCONCELLOS, 2012). As mulheres, nesse caso, conforme os números demonstraram, estão em situação de maior vulnerabilidade, porque a gestão sempre foi focada em controlar os recursos e limitar o acesso a eles, através do estabelecimento de limites às atividades de captura. E como vemos as mulheres, uma

menor parte delas está envolvida em atividades de captura, mas o seu papel principal se dá nas atividades de pré e pós-captura, como o processamento e a manutenção de apetrechos, e outras atividades complementares aos papéis masculinos e às atividades de captura. Como podemos observar, há documentos específicos para as atividades de captura e nenhum para monitorar e identificar esses trabalhadores da pesca, que não necessariamente atuam em atividades de capturam, mas que também têm o seu modo de vida principal baseado na atividade pesqueira artesanal. As mulheres também estão mais vulneráveis que os homens pelo fato de sua documentação estar principalmente atrelada à documentação do pescador, e conseqüentemente seus direitos atrelados aos direitos dos pescadores na maioria dos casos. E, sendo assim, em casos que forcem a separação desses documentos, manter a continuação das suas atividades pode se tornar muito problemático, como em casos de aposentadoria ou divórcio, por exemplo.

Os resultados mostram que há uma importante divisão sexual de trabalho e os papéis das mulheres focam em atividades de pré e pós-captura; especialmente processamento informal principalmente do camarão e siri para a região do baixo e médio estuário, e peixes: corvina, tainha e bagre para o alto estuário. Essas atividades representam uma importante estratégia para os modos de vida das famílias. Há também variações na participação feminina ao longo dos municípios no estuário e isso parece estar relacionado com as características dos sistemas de produção, com os tipos de pescaria e espécies-alvo, tecnologias empregadas e formas de trabalho na pesca, além de outras características da cadeia produtiva, como beneficiamento e comercialização. Mas esses dados precisam ser complementados por pesquisas futuras.

Com relação aos parentescos, a força de trabalho masculina é principalmente dos “pescadores”, aqueles que atuam na atividade de captura, seguidos dos filhos. Para as mulheres, a maioria são esposas de pescadores, que desenvolvem outras atividades que não envolvem a captura, seguidas das pescadoras; mas há que se destacar também a presença menor mas importante de filhas e de outros parentescos. O nível de escolaridade para as mulheres é levemente maior que o dos homens, e nas áreas rurais, maior do que nas áreas

urbanas, com a grande maioria dos trabalhadores com níveis de escolaridade concentrados na faixa de analfabetismo a Ensino Fundamental incompleto, mostrando baixos níveis de escolaridade.

Com relação a direitos de propriedade, vemos que existem assimetrias com relação ao acesso a recursos e benefícios, sendo as mulheres, principalmente no tocante ao acesso à documentação, mais vulneráveis que os homens. A gestão e as políticas pesqueiras têm-se mostrado ainda incongruentes com as características e especificidade das relações de gênero nessas comunidades. Assim, pesquisas com foco nas relações de gênero têm uma importante contribuição para promover processos de co-gestão rumo a uma gestão de recursos naturais que seja sustentável, equitativa e justa, com menos disparidades entre homens e mulheres, de forma a conseguir “enxergar” e lidar com as complexidades da atividade pesqueira.

6. AS MULHERES “POR TRÁS” DOS PESCADORES: OS PAPÉIS DAS MULHERES NOS MODOS DE VIDA PESQUEIROS ARTESANAIS



Fotografia: pescadora e Arte: Melina Chiba Galvão

Para atender ao segundo e terceiro objetivos da pesquisa, neste capítulo apresentaremos os resultados da análise dos modos de vida das famílias, nas quatro localidades pesquisadas. Este capítulo é dividido em 4 partes: a primeira parte traz a análise do contexto de vulnerabilidade enfrentado pelas famílias e dos capitais (humano, social, natural, físico e financeiro) acessados por elas; na segunda parte apresentamos os papéis das mulheres nas famílias de pescadores, a partir das atividades produtivas e reprodutivas desempenhadas por elas; na terceira parte analisamos os papéis e as estratégias desenvolvidas pela família a partir de indicadores de capacidade adaptativa; e, por último, na quarta parte, apresentamos as considerações finais da pesquisa e as suas implicações para as políticas, a gestão e a EA.

6.1. Capitais e Contexto de Vulnerabilidade

A análise da estrutura analítica iniciou pelos cinco capitais possuídos, controlados, reivindicados ou de alguma forma acessados pela unidade familiar (ALLISSON; HOREMANS, 2006).

Capitais Humanos

Segundo a Abordagem dos Modos de Vida, o capital humano refere-se às capacidades da pessoa em termos de habilidades, conhecimentos, instrução, boa saúde e capacidade de trabalho, que permitem às pessoas buscar diferentes estratégias ou objetivos de modos de vida (ALLISSON; HOREMANS, 2006; ALLISSON; ELLIS, 2001, DFID, 1999). Para esta pesquisa, os indicadores de capital humano analisados foram: média do número de trabalhadores da pesca por família, indicando a força de trabalho disponível; idade dos trabalhadores e o nível de escolaridade mais frequente por gênero; e as outras habilidades além da pesca, que os trabalhadores possuem.

A faixa etária dos trabalhadores da pesca está expressa na Figura 20, onde quase 70% deles se concentram na faixa dos 35 a mais de 50 anos e, por outro lado, menos de 6% dos trabalhadores entrevistados possuem idade abaixo de 25 anos, confirmando os dados do “Censo da Pesca” relativos ao baixo recrutamento de jovens na pesca. Esses dados de

baixa participação dos jovens mostra essa mudança de faixa etária na pesca, ao longo das gerações, visto que essa é tradicionalmente a faixa na qual ocorria o período de ingresso nas atividades pesqueiras relatadas pelos pescadores, seja no início, auxiliando os pais, ou já trabalhando na sua própria família.

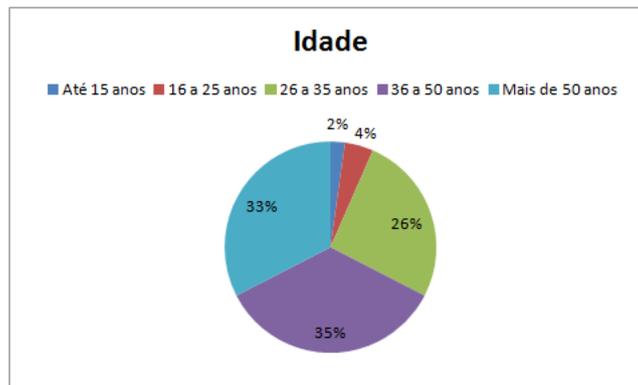


Figura 20. Faixa etária dos trabalhadores da pesca

Há também uma pequena variação espacial na quantidade de trabalhadores da pesca ao longo das comunidades pesquisadas. Assim como nos dados do “Censo da Pesca”, o número de trabalhadores foi maior na Ilha dos Marinheiros (que também possui em média maior número de pessoas por família) e menor na Barra, com uma variação baixa, em média de 2 a 2,4 trabalhadores da pesca por família, conforme a Tabela 6. Foi observado que, nas famílias dos pescadores artesanais entrevistadas, os principais trabalhadores da pesca são os pescadores e as esposas dos pescadores, seguidos pelos filhos e filhas, e pessoas idosas (sogra, mães, pais). Essa força de trabalho é importante, porque vai além dos trabalhadores que desenvolvem atividades regulares na pesca, mas são uma força de trabalho que a família pode ter durante períodos irregulares ou em momentos de necessidade, devido à maior produção. Um exemplo são alguns jovens que auxiliam nas atividades na pesca apenas no período de férias escolares.

Tabela 6. Indicadores de capital humano por gênero em cada localidade⁹

Indicador	Torotama		Marinheiros		Prado		Barra	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Média de pessoas/família	3,2		4,8		3,8		3,2	
Média de trabalhadores /família	2,2		2,4		2,2		2	
Escolaridade (Moda)	Fund. Incomp. (4)	Médio Incomp. (3)	Fund. Compl. (4)	Fund. Incomp. (3) Médio Incomp. (3)	Fund. Incomp. (4)	Médio Incom p. (3)	Fund. Incomp. (5)	Fund. Incom p. (4)
Outras habilidades (fora da pesca)	Agricultura /criação de animais (2) Serviços Gerais/ Construção civil (2) Nenhuma (2)	Faz bolos (1) Construção Civil/ Serviços Gerais (1) Nenhuma (4)	Construção civil (3) Trabalhos ocasionais (1) Nenhuma (4)	Construção Civil/ Serviços Gerais (1) Faxina (1) Trabalha em outra atividade (1) Nenhuma (3)	Agricultura (2) Serviços Gerais Construção Civil (1) Nenhuma (2)	Construção Civil/ Serviços Gerais (2) Faxina (1) Nenhuma (2)	Serviços Gerais Construção Civil (3) Nenhuma (2)	Construção Civil (1) Bordado, Costura (1) Outros trabalhos (1) Nenhuma (2)

Outro dado importante de capital humano foi o investimento em educação observado a partir dos resultados da análise do nível de educação formal dos trabalhadores da pesca, conforme a Tabela 6. Na análise dos modos de vida, os níveis de escolaridade também estão concentrados na faixa do Ensino Fundamental completo e incompleto. Apesar da maioria dos trabalhadores possuírem baixos níveis de escolaridade, observamos também uma porcentagem considerável de trabalhadores na faixa do Ensino Médio incompleto ou completo, principalmente mulheres, e acreditamos que essa mudança se deve à presença de projetos de educação de jovens e adultos (EJA), presentes em 3 das localidades pesquisadas. Na zona rural, abrangendo a Ilha dos Marinheiros e a Ilha da Torotama, funciona o Projeto de Educação para Pescadores, um projeto de extensão da FURG, em parceria com a Prefeitura do Rio Grande, com aulas que só ocorrem durante o período de defeso. E na região do Prado, especialmente na Vila São Miguel, vários entrevistados participam de um curso de EJA, integrado com o curso técnico em pesca, na modalidade à distância, promovido pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR, em parceria

⁹ Entre parênteses está o n° de pessoas encontradas por localidade.

com o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, através de um telecentro MARÉ, na cidade de Rio Grande- RS. Abaixo transcrevemos falas de participantes desses cursos:

Eu mesma terminei os estudo. Eu pretendo assim ajudar de outra forma. Quero até fazer faculdade. Quero ver se eu consigo. Não sei. Ou até arrumar outro serviço, um curso, alguma coisa. É porque agora tem várias oportunidades, né? T1M-54

O que a gente tá fazendo? Esse projeto, dos pescadores, pode ajudar de repente, né? A gente vai ter mais um estudo. Quem sabe, amanhã ou depois, se aparecer alguma coisa aqui na Ilha, alguma, não sei, algum serviço, de repente, que a gente possa se inscrever, com mais estudo e que de repente a gente possa fazer alguma outra coisa, né? M1M-27

As falas descrevem também não só as possibilidades de outros trabalhos, fora da pesca, que uma ampliação do estudo formal possibilitaria, mas também destacam a importância dos novos conhecimentos obtidos, inclusive de forma relacionada a questões que envolvem a gestão dos recursos pesqueiros, como a gestão compartilhada, conforme a fala abaixo. Isso mostra que a facilidade de acesso a cursos de EJA, nesses casos mais adaptados à realidade dos pescadores, tem-se mostrado eficaz para provocar mudanças na realidade educacional na pesca, caracterizada por baixos níveis de escolaridade.

Aí eu gostei muito do técnico. Eu acho que fala muito. Claro que algumas coisas, como é todo o Brasil, não se enquadra pra nós, mas são coisa que, com certeza, tão acontecendo no Brasil. Eu gostei. Falam na gestão, falam na gestão compartilhada, falam na questão social, então... P2H-61 (...) Esse curso técnico, pra mim, tá sendo uma visão... Tá sendo uma aula pra mim! Não só sendo pra completar o 2º grau. Isso pra mim é o de menos, completar o 2º grau! Uma visão assim de mundo, assim, de questão social. Ele dá uma visão muito boa! Dá uma visão muito boa, que a gente vê a carência das comunidades, a gente vê, que as coisa tem que vir assim mesmo, de baixo, apresentar pra eles a proposta: “Isso aqui dá certo, isso aqui dá certo!” P2H-91.

Estes dados mostram investimento das famílias em capital humano, através da educação. Esse investimento foi observado nas entrevistas, não só com relação à escolaridade dos trabalhadores da pesca, mas principalmente em investimento na escolaridade dos filhos. Em todas as famílias, as crianças em idade escolar estão frequentando a escola e os pais incentivam que elas permaneçam estudando.

Essa fala registra isso: “*Antigamente mesmo, as guria, os meus irmão tinha que sair da escola pra ajudar mesmo em casa. Então isso, eles já não querem pros filhos deles*” T1M-23. Em algumas famílias, encontramos filhos e filhas de pescadores que estão cursando ou já terminaram o Ensino Superior. Esse investimento em educação, principalmente dos filhos, deve-se ao fato de que a maioria dos pais não quer que os filhos continuem na atividade pesqueira, devido às dificuldades da atividade; e, portanto, investem em educação, tanto para eles próprios, quanto para os filhos e filhas.

Eu nunca deixei, sabe? Esse aqui é o mais velho. Então eu não pensei, incentivei, desde pequeno eu nunca incentivei: “Ah, vai pro mar pescar com o pai. Vai ver o que o pai vai fazer...” Eu nunca incentivei. Não, nada. Vai brincar com os carrinho, vai jogar bola, vai fazer qualquer coisa, vai estudar! Agora, pescaria, não! Não é fazendo pouco da profissão, entendeu? Tu sabe disso! É pelo trabalho! É passar trabalho! É coisa que não vai render, tu tá vendo que não vai melhorar, então eu nunca incentivei não... P4M-33

O que a gente puder fazer pra ele, pra ele não ir pra pesca, a gente vai fazer. Aperta daqui, aperta dali, mas pra pesca ele não vai. Se Deus nosso senhor quiser, ele não vai pra pesca! O meu marido não deixa nem ele ir no trapiche. B3M-30

O investimento em capital humano através da escolaridade formal dos filhos e também o fato de não quererem que esses continuem a atividade na pesca, atividade normalmente tradicional na família, é outro indicador do baixo recrutamento de jovens na pesca, em especial nas áreas urbanas.

Então, até tá diminuindo o número. Não tem crescido muito a população de pescadores, devido à facilidade de estudos hoje, né? Mais fácil de entrar numa faculdade, coisas assim. Então o pessoal, a juventude mesmo tá saindo fora. E a gente mesmo incentiva a sair, porque sabe que é uma vida sofrida, sem muito futuro. Então a gente mesmo incentiva. M2H-27

Além dos indicadores citados, analisamos também a vulnerabilidade da família a partir de indicadores para avaliar o nível de dependência dos membros da família da atividade pesqueira, baseados em duas perguntas:

- Se possuíam alguma outra habilidade, além da pesca (os resultados foram descritos na Tabela 6);

- E se caso ficassem impedidos de pescar, o que poderia ser feito para manter a família?

As principais habilidades relatadas foram, para as mulheres, atividades ligadas a saberes que envolvem trabalhos domésticos, como reparos e pequenos serviços de construção civil (ex.: pinturas de parede) e faxinas; e para os homens, atividades ligadas à construção civil e a serviços gerais. Há um destaque para as habilidades e os conhecimentos em torno dessas atividades, possuídos pelos pescadores, visto que, na maioria, suas próprias casas, assim como reformas e outras obras são realizadas por eles mesmos, com auxílio de outros membros da família. Foram essas as principais habilidades declaradas nas entrevistas.

No que se refere à segunda pergunta, obtivemos, como resultado, uma alta dependência dos entrevistados com relação à pesca. Alguns pescadores declararam só possuir habilidades e conhecimentos na atividade pesqueira, como trabalhos relacionados à pesca industrial, remendar e fazer redes para outros pescadores.

Eu hoje, se eu fosse impedido de pescar, eu ia arrumar rede pra eles... É o que eu ia fazer. Por que quem é que ia dar serviço pra mim, sem ter estudo, sem nada? Não iam. Eu ia fazer o que eu sei... B3H-175

La tê que vendê tudo e trabalhar pro outros, tentá trabalhar pros outros, fazê alguma coisa, né? Se me impedissem, eu ia ter que vendê, vendê as minhas coisas todas e tentar faze alguma coisa. Eu não sei fazê, vou tê que aprendê. B2H-56

Os entrevistados, em sua maioria, não conseguiam imaginar-se em outra atividade além da pesca. Ficaram inclusive preocupados só de pensar nessa possibilidade, pois não conseguiam visualizar outra atividade, pela idade e pelo fato de só ter trabalhado nisso durante toda a vida.

É, por exemplo, porque é complicado, eu não consigo. Essa coisa eu coloco muito. Eu não consigo me imaginar fazendo outra coisa fora da pesca! A gente ia com certeza tentar buscar outra atividade fora, mas não, sabe. Não consigo te dizer assim, ó, me ver, ter que sair da pesca, ou coisa assim... M3H-126

Capital Social:

Conforme já destacamos, há várias definições e debates acerca dos conceitos sobre capital social (PORTES, 2000). No contexto dos modos de vida: referem-se aos recursos sociais sob os quais as pessoas constroem os seus modos de vida, podem ser relações de confiança, reciprocidade e trocas que facilitam a cooperação, reduzem custos e podem ser a base para redes sociais de segurança; redes ou conexões que aumentam a confiança das pessoas e a capacidade de trabalharem coletivamente, expandindo o acesso a instituições mais amplas; e a participação em grupos formais que normalmente implicam a adesão a regras, normas e sanções comumente aceitas. Ex.: redes de parentesco, associações, redes de grupos de pares (ALLISSON; HOREMANS, 2006; ALLISSON; ELLIS, 2001; DFID, 1999).

Optamos por focar a análise mais em indicadores objetivos ou estruturais (PLUMMER; FITZGIBBON, 2007), como a participação em grupos formais e/ou informais de representação da pesca (Colônias, Associações/cooperativas, Fórum da Lagoa dos Patos), participação em outros grupos comunitários e a presença de redes sociais intrafamiliares ou intracomunitárias. Sabemos que há problemas associados às dificuldades organizacionais e à representatividade de grande parte das entidades de classe dos pescadores; e não necessariamente a vinculação a esses grupos indica fonte de capital social em seu sentido mais amplo, mas consideramos que o envolvimento e a participação em grupos agregam diversos benefícios para as famílias envolvidas. Também, nesta pesquisa, assumimos que optamos pela análise de capital social em escalas mais locais e acabamos negligenciando a participação em grupos em maiores escalas, estaduais ou nacionais, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPPB).

Tabela 7. Resultados dos indicadores de capital social

Indicador	Torotama		Marinheiros		Prado		Barra	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Vínculo com a Colônia	Sim (5)		Sim (4) Não (1)		Sim (5)		Sim (5)	
Participação em Associações/Grupos de Pesca	Não (5)		Não (4) Sim (1)		Não (3) Sim (2)		Não (5)	
Participação de Grupos Comunitários	-	Sim (1)	-	Sim (1)	Sim (2)	Sim (2)	-	Sim (1)
Participação no FLP	Nunca (5)	Sim (2) Nunca (6)	Sim (2) Nunca (2)	Nunca (6)	Sim (4) Nunca (2)	Sim (4) Nunca (2)	Sim (2) Nunca (3)	Nunca (6)

Das 20 famílias entrevistadas, apenas uma não está vinculada à Colônia, o que mostra ainda o forte vínculo mantido entre os pescadores e as colônias, enquanto principal entidade de classe representativa dos pescadores. Acreditamos que isso se deve ao fato de seu papel histórico enquanto entidade representativa, apesar dos problemas de representatividade, normalmente associados a elas.

Apenas 3 famílias participam de associações de pesca, 1 na Ilha dos Marinheiros, em uma associação que está sendo fundada e 2 na região do Prado, na Associação dos Pescadores da Vila São Miguel.

Então, o pescador em si não conseguiu enxergar o que é organização. A maioria, poucos conseguem ter essa visão aí. Só vão ter a gente querendo ou não, na hora que tu cair na questão da comercialização. Mesmo tu mostrar que vale a pena tu te organizar pra ti pescar, pra tu comercializar e agregar valor. Mas isso aí tu vai mostrar no capital, que é o que a gente tá aí hoje, mas é o que o pessoal enxerga. Mas é a única saída que nós temos: organização, associações, cooperativas, estruturas, que hoje é poucas concluídas que têm. As políticas tem, mas é difícil de concluir, porque as exigências são muitas. O que exige pra uma grande indústria, exige pra uma pequena. E pra gente conseguir continuar se mantendo. P2H-76

Um outro desafio é o pescador ter consciência de que trabalho coletivo... de que se o pescador trabalhar unido ele vai conseguir valorizar mais o seu pescado, e sair da mão desses atravessadores que só querem saber de realmente explorar o atravessador. M3H-91

Uma análise, a partir da nossa experiência com os pescadores, é que a participação nessas associações de pesca representa fonte importante de capital social, conforme

destacado ao longo das falas desses entrevistados. Essas iniciativas são importantes, principalmente na escala local, pois os entrevistados representam lideranças importantes nas suas localidades e na região, têm acesso a projetos de extensão de forma continuada a partir de parcerias com a FURG, participam ativamente das reuniões do FLP, obtendo diversas vantagens a partir do envolvimento e da participação nos grupos, que possivelmente não seriam obtidas a nível apenas individual. Os grupos também, apesar dos pontos positivos, ainda enfrentam diversas dificuldades, pois são grupos pequenos, abrangem poucos pescadores (cada associação possui normalmente menos de 10 membros) e com diversas dificuldades para efetivamente atuar formalmente no beneficiamento e na comercialização dos produtos.

Quanto a outros grupos comunitários, não vinculados à pesca, membros de 6 famílias participam de grupos normalmente associados a igrejas, escolas e grupos vinculados à questão da saúde em nível municipal (Conferência da Saúde, Conselho Gestor da Saúde), com maior participação nesses grupos, por parte das mulheres. Já com relação à participação no FLP, enquanto iniciativa importante de gestão compartilhada na região, os resultados mostraram que 10 famílias declararam nunca ter participado de alguma reunião do Fórum e a outra metade tem algum membro que já participou alguma vez ou participa das reuniões.

A questão de gênero na participação ao longo dos diversos grupos é um ponto que merece destaque. Observamos uma predominância das mulheres na participação de grupos comunitários, normalmente vinculados a interesses locais; e praticamente a ausência delas nas reuniões e em grupos que envolvem assuntos relacionados à pesca, como a participação no FLP: a grande maioria das mulheres nunca participou dessas reuniões, conforme a Tabela 7. Durante a observação participante nas reuniões do FLP, pudemos perceber que a maioria das pessoas presentes são homens, com a participação de poucas mulheres.

Entendemos que a fonte de capital social, que pode ser considerada mais efetiva para os modos de vida das famílias observados nas localidades, foram as redes sociais intrafamiliares e intracomunitárias, com maior frequência entre os membros das famílias,

mas não necessariamente entre eles. As redes sociais intrafamiliares ou intracomunitárias, estão presentes nas falas de praticamente todos os entrevistados, em que recebem ou auxiliam outras pessoas de diversas formas:

E isso aqui na Ilha. Chega ali na hora, tu vais ali, chegas ali no vizinho, vai ali no Adão. Ó, Adão! Me dá uma verdura, me dá um alface. Volta e meia ele te dá. T3H-148

É mais assim, ó, pra comer, tá? Pra dar pro vizinho, casal de aposentados, que não pesca mais e adora peixe, que eu tenho um tio e uma tia ali, coitadinhos, que agora até faleceu, que eles adoram peixe, então são idosos, né? E não podem pescar. Então a gente pesca e dá pra eles. Pra dar pra uns amigos que moram ali adiante e não têm rede. M1M-36

Podemos observar, nas falas, que há diversas formas em que se pode observar fontes importantes de capital social: seja no trabalho conjunto na pesca, através das parcerias ou estabelecendo redes de trocas diversas: algumas mulheres declararam receber “doações” de siri capturado por familiares (considerado como captura incidental para muitos pescadores e sem valor de uso por eles), para que possam fazer o beneficiamento; além de empréstimos informais de dinheiro, entre outros.

Quando meu irmão vem pra cá, trabalhar aqui, que ele mora na São Miguel, mas quando tá dando pescaria aqui, ele vem pra cá. Aí eu ajudo ele também. Ajudo o meu marido e aí saio do caíco do meu marido e vou pro do meu irmão e aí o siri que ele pega, captura, já arrecado pra mim também. Aí aqui não quer dizer que tenha somente do meu marido, mas tem também do meu irmão, entendeu? Porque como ele vem pra cá e ele é sozinho, aí eu ajudo ele... Ele me dá o siri. Ele passa pra mim. T4M-24

Minha mãe descasca. A gente dá pra ela. O pai adoeceu, já perdeu esse osso aqui, gastou. Daí não consegue trabalhar mais, dói. O pai faiz anos que não pesca. Mas a mãe descasca camarão e faz siri. T3 H-55

Ah, aí o pai dele é que abastecia a gente. A gente botava assim, muita conta é com o pai dele, né? A gente conta muito com o pai dele... Que ele trabalha, no caso. A canoa era do pai dele, agora tá no nome dele. Então quer dizer que o pai dele beneficiou muito ele, que ele é o único que trabalha nisso agora. B3M-82

Dessa forma, podemos ver que, em muitos casos, o mais importante no cotidiano dessas famílias e principalmente durante situações emergenciais e rotineiras são as redes sociais intrafamiliares e intracomunitárias de extrema importância. São baseadas nas redes

de parentesco ou comunitárias, nas relações de confiança e reciprocidade estabelecidas. Essa fonte de capital social representa, de forma majoritária, redes de segurança para o enfrentamento das incertezas e das dificuldades enfrentadas pelas famílias.

Capital Físico

São indicadores de capital físico: tanto a infraestrutura comunitária, municipal ou regional (postos de saúde, escolas, portos, etc), quanto os bens físicos (ferramentas e equipamentos) necessários para dar suporte aos modos de vida (barcos, artes de pesca, casas, meios de transporte) (ALLISSON; HOREMANS, 2006; ALLISSON; ELLIS, 2001; DFID, 1999). Focamos a análise em apenas alguns indicadores de capital físico referente à pesca, como: número e tamanho médio das embarcações, diversidade de apetrechos e posse de documentos, e posse de freezer, para estoque de produtos beneficiados.

Tabela 8. Resultados dos indicadores de capital físico

Indicador	Torotama		Marinheiros		Prado		Barra			
	H	M	H	M	H	M	H	M		
Nº de Embarcações	Uma (2) Duas (3)		Uma(1) Duas (4)		Duas (5)		Uma (4) Duas (1)			
Tamanho médio das Embarcações	7 m e 5,5 m		8,41m e 5,06m		7,4m e 4,9m		8,44m e 2,3 m			
Apetrechos (diversidade de pescarias)	Camarão (1) Camarão e corvina (2) Camarão, corvina elinguado (1) Camarão, corvina e tainha (1)		Camarão (2) Camarão e siri (1) Camarão, tainha, corvina, peixe-rei e linguado (1) Camarão, tainha, corvina, bagre, peixe- rei e linguado (1)		Camarão (1) Camarão, corvina, siri, peixe-rei (1) Camarão, tainha, siri, peixe-rei, linguado (1) Camarão, tainha, corvina, linguado, peixe-rei (1) Camarão, tainha, corvina, siri, peixe-rei, linguado (1)		Camarão, tainha e corvina (2) Camarão, tainha, corvina, bagre (1) Camarão, tainha, corvina, bagre, viola (1) Camarão, tainha, corvina, bagre, pescadinha e viola (1)			
Acesso a Documentos	Todos (4) Nenhum (1)		RGP e Talão (1) RGP, matrícula e Talão (4) Nenhum (2)		Todos (5) Nenhum (3) Matrícula e Talão (1) Todos (2) Nenhum (2)		RGP e Talão (3) RGP, Matrícula e Talão (1) Todos (1) Nenhum (1)		Todos (4) Nenhum (1) RGP e Talão (3) RGP, Matrícula e Talão (1) Nenhum (1)	
Posse de freezer	Possui (4) Não possui (1)		Possui (4) Não possui (1)		Não possui (5)		Não possui (3) Possuem (2)			

A maioria das famílias possui 2 embarcações: normalmente um bote motorizado, para as pescarias de maior distância que não são fixas como cerco, por exemplo; e um caíco sem motor, para as pescarias fixas e mais próximas da residência, como a de camarão (saquinho/aviãozinho). A exceção foi a localidade da Barra, em que a maioria das famílias entrevistadas possui apenas uma embarcação, motorizada e também de maior tamanho médio, se comparada às outras localidades, devido também ao tipo de pescaria, com foco nos peixes, tainha e corvina, ao invés do camarão e as pescarias tanto na área do canal, quanto costeiras em áreas próximas, fora da Barra, que exigem barcos maiores e mais equipadas. O tamanho médio das embarcações da Ilha dos Marinheiros está quase próximo ao da Barra, mas acreditamos ser devido a um valor atípico (*outlier*) encontrado; uma das famílias possui uma embarcação bem acima da média (10,5 m) comparada às outras, o que elevou o tamanho médio das embarcações nessa localidade.

Analisamos também a diversidade de apetrechos que as famílias possuem, incluindo os que não necessariamente usam nas pescarias mais regulares, mas que possuem. Esses dados foram incluídos para avaliar a possibilidade de migração para outra pescaria, caso falem as espécies regularmente pescadas. A localidade com menor diversidade foi a Ilha da Torotama, com a maioria das famílias com apetrechos para no máximo 2 pescarias (camarão e corvina) e uma captura incidental (siri), seguida pela Ilha dos Marinheiros também com a maioria das famílias equipada para no máximo 2 pescarias principais, mas podendo ter uma diversidade máxima de até 6 pescarias. A região da Barra apresentou uma diversidade em torno de 3 a 4 pescarias, considerando a pesca da viola uma pescaria proibida. E a região do Prado apresentou a maior diversidade de apetrechos, com a maioria das famílias possuindo apetrechos para 4 a 6 tipos de pescarias. As regiões urbanas, Prado e Barra, foram as que apresentaram também maior quantidade de apetrechos para a pesca do arrasto e apenas uma família das Ilhas apresentou esse apetrecho, ao menos declarado em entrevista.

Com relação à posse de documentos, seguindo a tendência encontrada nos dados do “Censo da Pesca”, dos homens entrevistados, a grande maioria possui todos os documentos

de pesca (RGP, licença, matrícula e talão). Apenas 3 não possuem mais, pois agora são aposentados por invalidez e 3 não possuem nenhum, pescando apenas na pescaria do camarão. Para a posse de documentos pelas mulheres: a minoria (3) possui todos os documentos; a maioria das mulheres possui apenas o RGP e o talão ou, o RGP, o talão e a matrícula, pois não conseguiram a licença. 5 mulheres desenvolvem atividades e não possuem documentação de pesca, sendo 1 delas aposentada, que não possui atualmente mais documentação. E um dado importante encontrado foi que, das 4 mulheres entrevistadas, sendo 1 em cada localidade, que declararam pescar com os maridos, reconhecidas inclusive como pescadoras por outras famílias entrevistadas, apenas 1 possuía a licença para pesca. Esses dados mostram as incongruências com relação à documentação de pesca, e a vulnerabilidade das mulheres caso seja necessária a apresentação dos 4 documentos de pesca.

Porque às vezes eles não acreditam lá que a gente, por ser mulher, não pode ir pro mar. A gente é mulher, mas a gente também tem a capacidade de pescar, de ir pro mar. É perigoso, a gente sabe. Tem risco, mas acontece que a gente pega e se protege, leva colete salva-vidas, essas coisa toda, tá sempre protegido, mas a gente tem que pescar. E por ser mulher, não tira. Porque que a mulher não vai pescar? Então eles não acreditam. E aí a gente fica com falta de documentos por eles não acreditar. T2M-14

É, aí, quando eu fui fazer a minha licença, que eu fui pedir, que já tava proibida. Mesmo assim eu fui tentar fazer! Aí eles pediram 2 testemunha. Não podia ser parente, tinha que ser homem, não podia ser testemunha mulher. Aí até eu falei pro rapaz, que ele disse não ia ser minha testemunha que, no caso, se a minha licença fosse negada, a dele ia ser negada também. Aí, no fim, a minha colega disse que era mentira. Mas fica com medo, ficam com medo. Então, no fim não arrumei testemunha, ninguém queria assinar. B4M-111

Outro indicador de capital físico analisado, importante para o objetivo da pesquisa, foi a presença de freezers para estoque de pescado nas residências das famílias, conforme Tabela 8. Isso foi necessário para entender quantas famílias possuem capacidade e investem na estratégia de beneficiamento do pescado. Na área rural, das 10 famílias entrevistadas, 8 possuem e 2 não possuem, mas todas as famílias declararam fazer algum tipo de beneficiamento, mesmo que não seja tão intenso quanto as outras. Já para a área urbana, das 10 famílias entrevistadas, ocorreu o inverso: apenas 2 possuem e 8 não

possuem, apesar de apenas 4 das famílias declararem não fazer nenhum tipo de beneficiamento. O investimento na compra de um freezer, investimento alto em termos de custos para as famílias, mostra que, para as que possuem freezers, há um investimento na estratégia contínua do beneficiamento doméstico, maioria das famílias rurais. Já para a maioria das famílias urbanas, o beneficiamento doméstico parece ser mais variável, de acordo com encomendas prévias de consumidores.

Capital Natural

O capital natural para os modos de vida agrupam o estoque de recursos naturais, dos quais os fluxos de recursos e serviços úteis para os modos de vida são derivados. Podem ser intangíveis (ex.: atmosfera, biodiversidade) ou tangíveis (ex.: estoques de peixes, posse de territórios no mar, áreas cultivadas) (ALLISSON; HOREMANS, 2006; ALLISSON; ELLIS, 2001; DFID, 1999). Foram analisados enquanto indicadores de capital social: a possibilidade de diversidade de pescarias exercidas pelas famílias através do número de espécies regularmente pescadas e quantas espécies são beneficiadas; e a existência de outras atividades também dependentes de recursos naturais.

Os resultados obtidos para a diversidade de espécies pescadas relacionam-se aos de diversidade de apetrechos, encontrados no capital físico. A menor diversidade de espécies foi encontrada para a Ilha da Torotama: a maioria das famílias declarou pescar como principais espécies apenas duas (camarão e corvina), e o siri como captura incidental; e apenas uma família declarou pescar também a tainha. Na Ilha dos Marinheiros, foi encontrada uma maior diversidade: a maioria das famílias pesca pelo menos 4 espécies principais (camarão, corvina, tainha e peixe-rei) e o siri como captura incidental do camarão; e 2 pescam apenas o camarão e o siri como captura incidental. Uma família declarou pescar o siri fora da época do camarão e 1 família declarou pescar também o bagre e o linguado. No Prado, das 5 famílias entrevistadas, apenas 1 pesca só o camarão e 4 declararam pescar pelo menos 4 espécies, mostrando uma maior diversidade de espécies (camarão, siri, corvina, tainha, linguado e peixe-rei). Apenas uma família declarou que a pesca da corvina e da tainha é mais importante para eles do que a pesca do camarão. Nessa

localidade destacou-se a pesca do siri, não como captura incidental, mas como pescaria principal e também fora do período do camarão, com pesca de arrasto (plancha) e um saquinho adaptado para a pesca do siri. Na região da Barra, devido ao local de pesca, diferentemente das outras localidades com maior importância do camarão, cresce a importância de peixes como a corvina e a tainha, e a pesca de camarão com saquinho não é realizada próxima à região, apenas a de saco e arrasto. A proximidade da boca da barra, permite que as famílias possam pescar fora do canal, o que aumenta a capacidade de diversificação, diferente das outras famílias que só pescam no interior do estuário.

Tabela 9. Resultados dos indicadores de capital natural

Indicador	Torotama	Marinheiros	Prado	Barra
Diversidade de Pescarias	Camarão/ siri (1) Camarão /siri, corvina (3) Camarão/siri, corvina, tainha (1)	Camarão/Siri (2) Camarão/Siri, corvina, linguado, peixe-rei (1) Camarão, tainha, corvina, siri, peixe-rei (1) Camarão/siri, tainha, corvina, bagre, linguado, peixe-rei (1)	Camarão (1) Camarão, siri, peixe-rei (1) Camarão/siri, tainha, corvina, linguado e peixe-rei (1) Camarão, tainha, corvina, siri, linguado e peixe-rei (2)	Camarão e Corvina (1) Camarão, Corvina e Tainha (2) Camarão, Corvina, Tainha e Bagre (1)
Outras atividades dependentes de recurso	Agricultura e criação de animais (1) Criação de animais (1)	Agricultura e criação de animais(1) Cria Animais (1)	-	-
Realizam beneficiamento (Quantas espécies)	Siri (1) Siri e Camarão (3) Camarão e Peixe (1)	Siri e Camarão (1) Siri, Camarão e Peixes (4)	Siri (1) Siri e camarão (1) Siri, camarão e peixes (1) Não fazem (2)	Camarão (1) Camarão e Peixe (2) Não fazem (2)

Essa variação da diversidade de pescarias ao longo do estuário é destacada nos calendários de pesca, conforme as próximas figuras:



Figura 21. Calendário I. Torotama

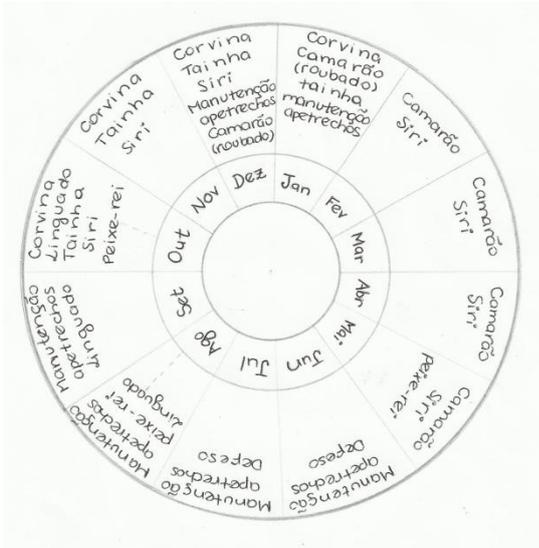


Figura 22. Calendário I. Marinheiros



Figura 23. Calendário Barra



Figura 24. Calendário Prado

Conforme explicamos no Capítulo 4, os resultados obtidos não possibilitaram a desagregação por gênero dos calendários de atividades anuais, mas a concentração majoritária das atividades produtivas na pesca realizada pelas mulheres ocorre durante a safra do camarão, além de atividades de captura para peixes como corvina e tainha. Em outras pescarias também são realizadas atividades produtivas, mas mais ocasionais e em menor intensidade.

Quando analisada a possibilidade de outras atividades dependentes de outros recursos naturais além da pesca, essas foram encontradas apenas nas localidades rurais: Ilha dos Marinheiros e Ilha da Torotama, 2 famílias em cada localidade das entrevistadas plantam (agricultura familiar e em pequena escala) e criam animais, mais para o consumo da casa do que para comércio.

Conforme os dados das famílias de posse de freezers no capital social, a estratégia do beneficiamento foi mais importante para as localidades rurais, onde todas as famílias fazem o beneficiamento do pescado, principalmente do siri e do camarão, para a Torotama; e do siri, camarão e peixes, para a Ilha dos Marinheiros. Para as localidades urbanas, a maioria das famílias também faz algum tipo de beneficiamento, para as mesmas espécies, siri, camarão e alguns peixes, mas também há famílias que não fazem nenhum tipo de beneficiamento. Na região do Prado, esse beneficiamento é mais ocasional, conforme as encomendas e, na Barra, esse beneficiamento doméstico é muito incomum devido à presença das empresas de pesca e salgas que fazem esse trabalho, sendo o trabalho realizado pelas mulheres mais presente nesses locais como diaristas.

Famílias que diversificam, seja com outras espécies ou outras atividades, são suscetíveis a serem menos vulneráveis. Assim, observamos que as localidades urbanas diversificam mais com relação a pescarias e espécies pescadas, sendo a região da Ilha da Torotama considerada a mais vulnerável, pois praticamente está dependente de 2 espécies principais: o camarão e a corvina. Nas localidades em geral, a principal pescaria é a do camarão, sendo altamente dependentes desse recurso; apenas 1 família no Prado e algumas famílias da Barra mostraram depender menos do camarão e focar mais em peixes como a corvina e a tainha.

Acrescentamos ainda como fatores intensificadores da vulnerabilidade com relação ao capital natural: a complexidade dos recursos e da pesca; e a incongruência da gestão pesqueira em lidar com essa complexidade. As características dinâmicas e de mobilidade dos recursos e da região aumentam a complexidade dessa atividade, visto que as espécies pescadas são, em muitos casos, migratórias e compartilhadas por diferentes pescarias e em

várias regiões, como o exemplo do camarão-rosa pescado tanto na Lagoa dos Patos quanto em Santa Catarina, pela pesca artesanal e industrial. Incongruência entre a gestão e complexidade exigida para a atividade: o estabelecimento de períodos rígidos de calendários de pesca inadequados às características dinâmicas da região; e a legislação incongruente com o limite geográficos dos recursos em que as regras são aplicadas, as regras não acompanham essa complexidade (KALIKOSKI; SILVA, 2007).

Capital Financeiro

E como último capital analisado, o capital financeiro, nessa abordagem, refere-se aos recursos financeiros que as pessoas usam para atingir os objetivos dos seus modos de vida, ex.: economias, empréstimos, seguros (ALLISSON; HOREMANS, 2006; ALLISSON; ELLIS, 2001; DFID, 1999). Analisamos como indicadores: a diversidade de rendas na família (fontes de rendas além da pesca), a contribuição para a renda da família de benefícios do governo, e em vista da importância da renda do “seguro-defeso”, o número de trabalhadores que recebem esse benefício.

Tabela 10. Resultados dos indicadores de capital financeiro

Indicador	Torotama	Marinheiros	Prado	Barra
Diversidade de Rendas (benefícios do governo)	Pesca+ benefícios (4) Pesca + benefícios+ trabalhos ocasionais (1)	Pesca + benefícios (2) Pesca + benefícios+salário (1) Pesca +benefícios+trabalhos ocasionais (1) Pesca+ benefícios+salário+ trabalhos ocasionais (1)	Pesca+benefícios (2) Pesca + benefícios+ salário (2) Pesca + benefícios+ trabalhos ocasionais (1)	Pesca+benefícios (4) Pesca +benefícios +salário de membro (1)
Recebem benefícios do governo	Aposentadoria(2) Bolsa-família(3)	Aposentadoria (1) Bolsa-família (4) Auxílio-doença (1)	Pensão (1) Aposentadoria (1)	Pensão (1) Aposentadoria (2)
n° de trabalhadores recebem seguro-defeso	0 pessoas (1) 1 pessoa (1) 2 pessoas (3)	0 pessoas (1) 1 pessoa (2) 2 pessoas (2)	1 pessoa (2) 2 pessoas (3)	1 pessoa (3) 2 pessoas (2)

Para as localidades rurais foi observada uma grande dependência com relação à pesca, pela falta de possibilidades de outras fontes de renda e trabalhos fora da pesca, sendo ainda maior na Ilha da Torotama, visto que esta não apresenta de forma mais frequente a

possibilidade da atividade de agricultura. A renda principal das famílias é a pesca, junto com auxílios do governo que podem ser trabalhistas como aposentadorias e auxílio doença, “seguro-defeso”, onde na maioria das famílias, pelo menos um de seus membros recebe. Destaque também nessas localidades para o recebimento do “bolsa-família”, para a maioria das famílias, visto que possuem filhos em idade escolar e devido aos baixos níveis de renda familiares. Para as localidades urbanas, já encontramos a presença de salários nas famílias, além dos auxílios trabalhistas como aposentadoria, pensões, além do “seguro-defeso”. Em todas as famílias, pelo menos uma delas recebe o seguro-defeso e, nestas localidades, nenhuma das famílias entrevistadas recebe “bolsa-família”. Também foi observado, nas entrevistas, que a maioria das famílias recebe ou já recebeu algum empréstimo do governo, via PRONAF ou RS Pesca, para a compra de motores para as embarcações ou manutenção de outros apetrechos.

Sintetizando os resultados encontrados para os capitais, a análise do capital humano mostrou um investimento em escolaridade pelas famílias, tanto dos trabalhadores da pesca quanto dos seus filhos. Também confirmou o fenômeno de baixo recrutamento de jovens na atividade, presente nos dados de baixos números da força de trabalho dentro da família na atividade pesqueira, quanto no “envelhecimento” da idade dos trabalhadores, concentrados na faixa adulta.

Como fonte de capital social foi analisada a participação em grupos formais enquanto um indicador objetivo de capital social, e obtivemos, como principais resultados, que a vinculação mais presente a um grupo formal dos pescadores é a Colônia, como principal entidade representativa de classe, em termos numéricos. Já para a participação no FLP e em associações de pesca, há uma menor participação em termos numéricos, mas há que se destacar os benefícios associados a partir do envolvimento e da participação nesses grupos. Para os outros grupos comunitários, esses são representados principalmente por grupos ligados à igreja, assuntos relacionados à saúde e escolares, em âmbito municipal. Há também uma diferença de gênero na participação nos grupos: enquanto em grupos comunitários diversos, há maior participação feminina; em grupos relacionados à atividade pesqueira, a participação é predominantemente masculina. Destacamos também as redes

sociais intrafamiliares e intracomunitárias como mais abrangentes e efetivas nos modos de vida das famílias, funcionando como redes de segurança para a manutenção dos modos de vida.

Como fontes de capital físico importante para as famílias, destacamos a posse de 2 embarcações para a maioria das localidades, com exceção da localidade da Barra, com maioria possuindo 1 embarcação e de tamanho maior que as das outras localidades. Com relação à posse de documentos por cada gênero, confirma-se a desigualdade evidenciada nos dados do “Censo da Pesca”: enquanto a maioria dos homens possui todos os documentos, para as mulheres há a falta de documentos relacionados à atividade de captura (matrícula e licença), inclusive com dificuldades de obtenção da licença ambiental para mulheres que atuam na atividade de captura com os maridos.

Como fontes de capital financeiro, encontramos que a renda principal das famílias é a pesca, junto com auxílios do governo que podem ser trabalhistas como aposentadorias e auxílio doença, “seguro-defeso”, onde na maioria das famílias, pelo menos um de seus membros recebe. Destaque também, nessas localidades, para o recebimento do “bolsa-família”, para a maioria das famílias, visto que possuem filhos em idade escolar e devido aos baixos níveis de renda familiares. Para as localidades urbanas, já encontramos a presença de salários nas famílias, além dos auxílios trabalhistas como aposentadoria, pensões, além do “seguro-defeso”. Em todas as famílias, pelo menos uma delas recebe o “seguro-defeso” e nestas localidades nenhuma das famílias entrevistadas recebe “bolsa-família”. Também foi observado, nas entrevistas, que a maioria das famílias recebe ou já recebeu algum empréstimo do governo, via PRONAF ou RS Pesca, para a compra de motores para as embarcações ou manutenção de outros apetrechos.

A análise de diferentes capitais mostrou a vulnerabilidade das famílias a partir da dependência das atividades da pesca e a falta de diversificação a partir de outras possibilidades de atividades econômicas, necessárias diante das incertezas da pesca. Famílias que diversificam, seja com outras espécies ou outras atividades, são suscetíveis a serem menos vulneráveis. Encontramos uma baixa diversidade de conhecimentos e

habilidades, além dos saberes associados à atividade pesqueira (exceto para atividades relacionadas à construção civil, saberes possuídos pela maioria dos pescadores). Quando analisada a possibilidade de outras atividades dependentes de recursos naturais além da pesca, estas foram encontradas apenas nas localidades rurais: Ilha dos Marinheiros e Ilha da Torotama.

Encontramos também uma baixa diversificação nas próprias atividades na pesca. Foi encontrada uma baixa diversidade de apetrechos disponíveis para a diversificação de pescarias, sendo as áreas rurais, com menor diversidade de apetrechos (3 espécies) e as áreas urbanas, com maior diversidade (3 a 6 espécies). Os números de diversidade de apetrechos também estão relacionados à diversidade de espécies pescadas, sendo a região da Ilha da Torotama, considerada a mais vulnerável, pois praticamente está dependente de 2 espécies principais: o camarão e a corvina. Nas localidades, em geral, a principal pescaria é a do camarão, sendo altamente dependentes desse recurso.

Isso se reflete também nas estratégias de comercialização, com maior investimento na estratégia do beneficiamento através do investimento em freezer nas áreas rurais, onde todas as famílias entrevistadas fazem o beneficiamento do pescado. Nas localidades urbanas, a estratégia do beneficiamento já é mais irregular e, portanto, não foi encontrado tanto investimento em freezers. Na localidade da Barra, esse beneficiamento doméstico é muito incomum devido à presença das empresas de pesca e salgas que fazem esse trabalho, sendo o trabalho realizado pelas mulheres mais presente nesses locais como diaristas.

Contexto de Vulnerabilidade

Para analisar o contexto de vulnerabilidade das famílias, perguntou-se aos trabalhadores, quais as dificuldades que eles encontravam para sobreviver na pesca, enquanto famílias de pescadores. Conforme a Abordagem dos Modos de Vida, buscamos nos focar nos choques, tendências e sazonalidades. Não encontramos diferenças de gênero

ou por localidades que fossem significativas nas respostas, com relação ao contexto de vulnerabilidade. Assim agrupamos as respostas, conforme a Tabela 11.

Iniciamos descrevendo as dificuldades relatadas com relação à sazonalidade, sendo os principais problemas encontrados alguns fatores de sazonalidade que se referem a níveis de incerteza e variação entre anos com muita ou pouca captura, sendo nos primeiros acrescida a incerteza de altas capturas mesmo em anos “bons”. Além disso, relataram as dificuldades para a sobrevivência ao longo do ano, visto que há uma grande variação da renda ao longo do ano, com poucas pescarias rentáveis, como a pesca do camarão.

Aí um ano bom, aí dá pra comprar rede. Aí a gente já compra rede, os fio pra remendar, as tralha, que é os cabo, as bóia. Aí já é outra coisa... Num ano ruim, Deus te livre! Fica tudo pendurado... B3M-80

Tabela 11. Descrição dos principais estresses que influenciam no contexto de vulnerabilidade das famílias

Choques	Tendências	Sazonalidades
Anos de muita captura e baixos preços	Diminuição da produção e da diversidade de pescarias	Variações interanuais de produção
Anos de “água doce”	Diminuição do período de pesca	Incertezas decaptura em anos de maiores produções
Perda do Seguro-Defeso	Aumento da pesca predatória e aumento da tecnologia	Variações intra-anuais de captura
Problemas referentes à documentação	Aumento do número de pescadores	
Doenças	Dificuldades de contratação de “proeiros”	
Ampliação dos molhes	Dificuldades de comercialização e desvalorização do pescado Discordância com as legislações	

Assim, em anos de safra com maior quantidade de camarão, segundo os pescadores, não necessariamente vai ser uma safra “boa” de camarão, pois nesses anos, o preço pago é muito baixo. Quando se captura muita quantidade, o preço recebido pelo pescado é baixo, tendo em vista que a principal forma de comercialização é através dos compradores

(atravessadores). Essa variação no preço influenciada pelo mercado é registrada não só para o camarão mas também para as outras espécies.

Primeira coisa quando tu chega no trapiche, eles não te perguntam nada, eles não querem saber de preço, eles te perguntam quanto é que tu tem, entendeu? Aí que tu vai perguntar: Mas quanto é o preço? Ele já sabe quanto tu tem, aí ele vai dar o valor, e tu vai fazer o quê? Tu tá com o bote cheio, aí tu vai perder R\$1 ou R\$2, ou vai perder o bote cheio? A gente até ri, porque o pescador é sofrido como o agricultor, pois planta e não sabe como vai vender; e o pescador também, a gente sai para fora, hoje o preço é tal. Amanhã a gente saiu, não sabe mais se o preço vai ser o mesmo. Nunca aumenta. A tendência sempre é baixar. Se eles botam o camarão a R\$3, pode saber que amanhã é R\$2,50. Vai dando camarão e o preço vai baixando. Na semana que deu uma falhada, aí aumenta um pouquinho... B1H-75

E além da variação do preço pago em função da produção, em uma safra com produção maior de camarão no estuário, não necessariamente garante que todos os pescadores pesquem grandes quantidades de camarão, visto as diferenças de produção em função das áreas de pesca e de características meteorológicas e hidrodinâmicas.

E ainda tem uma coisa: ela pode dar e não sabes se vai pegar! Não é uma coisa assim, vai dar corvina e eu vou pegar corvina, que tem pescador que não se safá também, como no camarão! Pensa que é todos que mata camarão? B3H-153

Assim, os pescadores relatam que passam o ano esperando chegar uma safra boa de pescado, mas se tiver quantidade, não necessariamente vai ser uma safra “boa”, com quantidade e preço justo. Como a variabilidade interanual é incerta, um ano de “água doce”, com pouca produção, não pode ser previsto; ele pode ser considerado um choque importante para as famílias. Nesse ano, a renda obtida pela pesca é muito baixa, se adquirem muitas dívidas e há uma alta dependência do seguro-defeso.

Ah, sim! Água doce é pobreza total, só para sobreviver mesmo... Nem para sobreviver. Aí tem que ter seguro-desemprego, e ainda fazendo algum servicinho por fora: até os industrial levam rede para os artesanal remendá, é a única opção que tem. E assim é. B1H-92

É, ano passado aqui a corvina foi ruim. Ano passado a gente não ganhou nem pra pagar as despesas. B4M-69 (...) Aí o camarão, a gente trabalhou o camarão pra poder pagar o que a gente fez no ano passado, nos 6 meses de inverno que ele gastou de rede, e tudo que não deu. Não dá. Quer dizer que aí fica uma coisa pela outra, entendesse? Quando dá assim uma safra boa de corvina aqui e dá camarão lá, a gente sempre consegue se equilibrar. Mas aí, se nega corvina aqui, a gente sempre tem que trabalhar o camarão lá, pra poder pagar. Até porque ele pega rede, essas coisa, com o comprador, pra quem ele vende, por causa que o cara financia pra ele, né? B4M-71 (...) Ano passado ele começou o camarão devia R\$12 mil. Até trabalhar... R\$ 12 mil reais. 2010 não deu nem uma cola, não deu nem de pescar! Aí já vinha o dos 6 meses, fiquemo devendo. Aí já trabalhou pra corvina também... B4M-93

Outros problemas relatados com relação à sazonalidade é a variação interanual mas também a variação intranual, ou seja a variação de trabalho e pescarias ao longo do ano durante o ano. A dependência de poucas espécies importantes para a pesca, como o camarão que é a principal safra, é observada nos relatos sobre a dificuldade encontrada pelas famílias em viver da pesca, após o término da safra do camarão, pela falta de outras pescarias.

Na verdade, a gente é acostumado com isso aqui: a gente trabalha o verão pra comer no inverno. O pescador é isso, vai ali, vai trabalhar 4 meses, pra ver se consegue encaminhar o dinheiro, pra fazer uma compra pra passar o inverno mais ou menos tranquilo. É essa a realidade. E a maioria não tá conseguindo fazer isso. Tá esperando o seguro do defeso pra continuar, no caso, comendo. É isso aí. T1H-69

O mais difícil é que termina o camarão; praticamente não tem mais o que pescar. Se não fosse o seguro-desemprego, acho que já tinha que ter largado a pesca há muito tempo já. Essas outras pescarias que nem eu falo, peixe-rei, tainha, isso aí, além de estar, por a gente receber o seguro-desemprego, tá proibido, não pode pescar, os 4 meses. Mais embora que a gente não recebesse, se fosse liberado, não dá pra sobreviver que é muito pouco. P1H-79

A baixa diversidade de outras pescarias, além do camarão, acaba tornando as famílias altamente dependentes de rendas externas como o “seguro-defeso”.

Se não fosse esse seguro-desemprego, tu ia ver... o que safá muito o pescador é o seguro. Tem gente aí que não quer! Mas safá... Porque se dizer pra mim hoje: “Tu quer o seguro, ou tu quer pescar ali?” Eu sou capaz de ir pro mar e não safar um salário pra mim, com a pescaria que tem aí! B4H-33

Em várias entrevistas, observaram-se tendências relatadas unânimes a todas as localidades: a tendência de diminuição do pescado, da diversidade de pescarias.

Eu acho que a principal mudança é essa questão de... da destruição que se vê. Porque é tipo assim: eu comecei a pescar, eu pescava com o primo da minha mãe, a gente pescava; a pescaria forte dele era a tainha; fazia as outras pescarias também mas vivia inverno e verão da pescaria da tainha. E aí assim, ó, teve vezes da gente sair com ternos de rede de 1.000 braças de rede e voltar, em um lance matar 800, 900 mil kg de tainha. E hoje? Hoje tu sai com 1.000 braças de rede e volta com uma caixa, 2 caixa. O dia que mata 200, 200 e pouco, 300 kg de peixe, é uma baita vantagem, uma baita vitória! Enquanto naquela época, assim, ó, eu por viver desde pequeno na pesca, meu pai tinha uma andaina, meu finado avô tinha e depois que ele faleceu, passou pro meu pai, no saco do, na beira da cerca ali do saco do Justino, não sei se você sabe onde é? E 9 saquinhos de noite mataram 1.000 e poucos kg de camarão, 800. Hoje tu bota aí quantidades de saquinho, que nem eu pesco com 12 redes e essa safra teve noite de matar 5 kg de camarão! M3H-100

Era mais fartura, entendesse? Hoje em dia, os pescadores mesmo que moram aqui na Torotama, eles pescam mais só o camarão e a corvina, porque essa pesca de tainha e bagre, aqui não tem mais, é difícil. T2M-30

Ruim é mais é que... não sei por que tá tão difícil a pescaria hoje em dia assim. A gente, de primeiro, tinha a safra do camarão, tinha a safra do linguado, tinha a safra do bagre; hoje em dia não, só ficou na safra do camarão. Não tem mais as outras pescarias, ficou sem as outras pescarias. A não ser a época da corvina, que é outra coisa que dava aqui, hoje em dia dá bem menos. Até tá dando de novo, voltou a dar, não sei se por que trancaram mais aí fora a pescaria de barco. Acho que é por isso. E aí deu uma melhorada de novo. Mas deu uns anos muito ruim, que não dava nem corvina aqui, na volta. Hoje já tá dando um pouco aqui pra dentro. P1H-88

Os pescadores relatam também uma tendência de diminuição do período da safra do camarão.

Antes tinha, por exemplo, o camarão ia até mais tarde. Agora não. Cedo, fim de abril, maio, já se terminou o camarão. É raro o ano que se vai até mais longe. Esse ano foi até mais, mas a maioria dos anos, se termina em abril, se termina o camarão. E antes ia até mais tarde. T1H-63

No que tange à comercialização do pescado, as famílias relataram problemas referentes às dificuldades de comercialização do pescado e também a desvalorização do pescado.

Acho que é, acho que não é como agora, eu acho que era menos difícil, né, porque agora, sei lá, tá muito difícil, né? As coisas agora tão, não dá, não tem como. As pescaria nossa aí não tem como. Pra mim tá se terminando. Antes não era bem, era bem, tinha mais pescaria, dava mais pescaria, tinha preço, valia, tinha valor. Agora já não botam mais valor já, não, né. Assim tá se diminuindo, pescaria tá se diminuindo. B2H-28

Para as famílias, o pescado hoje em dia é pouco valorizado, os preços pagos são muito baixos, em especial nos anos de muita quantidade de pescado.

Antes o camarão tinha mais um pouco de valor, valorizavam mais. Hoje em dia eles exploram muito o pescador, entendesse? Porque às vezes o pescador chega no trapiche ali e pára, no barranco ali, a gente olha o camarão, o preço é tanto: 2 real. Hoje em dia, 2 real é muito pouco! Se a gente for na cidade pra comprar 1kg de camarão, principalmente nos mercado, coisa assim, a gente já vê o preço. (...) Não é preço, entendesse? Porque antes tinha mais preço e era melhor, parecia melhor. Hoje é muito explorado o pescador! Muito! T2M-28

Isso também se deve, segundo os pescadores, à dependência dos atravessadores, que determinam o preço a ser pago e também à falta de outras opções de comercialização, visto que há poucas opções formais de comercialização do pescado em Rio Grande, devido ao fechamento de grande parte das fábricas.

Um dos pior problema, hoje, que a gente encontra, é que não tem um lugar pra nós comercializar o nosso pescado, no caso, né? (...) que a gente não tem lugar pra tirar uma nota. O pescado nosso é muito barato, o preço, o valor. No caso, a gente pesca só o camarão, muito barato. Então é um trabalho só pra sobrevivência, só. É muito difícil e mais a lenha, é só pro básico, no caso, né? T1H-58

Para muitos pescadores, antes se tinha lugares para comercialização do camarão e agora, praticamente a única opção para as famílias é a venda para atravessadores.

Mas aqui nosso, o que tinha não tem mais! Tá pra uma caída. Tá o Furtado caído! O Furtado, como é o...aquele que eu falei, vindo do Prado ali, da São Miguel, tá só prédio. Tá ali um terreno que podiam colocar vários morador, já que não tem firma, tá ali! Como é, tem o Amaralzinho, ali o Amaralzinho, olha aquela casa ali, um morrudo dum troço! Que eu andava por dentro daquilo lá tudo. O pai ia levar peixe lá, o eu ia junto... Aquilo ali, não tinha fim, era a coisa mais linda! Aquilo ali, Deus me livre, rapaz, coisa mais linda! Levaram porta, janela, levaram tudo! É um pecado, né? Vai no Furtado, tá ali aquelas porta fechada, aquele carreiro ali, era tudo firma! Aquela carga de mulher trabalhando, tudo terminou... M5H-108

Com relação às tecnologias e relações de trabalho, para quase todas as localidades, eles consideram que há uma tendência de aumento da pesca predatória.

É essa questão dessas pescas predatória, tá avançando cada vez mais; e um pouco do pescador não ter tanta consciência também de ter, de saber que pescar com aquele tipo de rede... Tá, a gente sabe que nessa época a grande maioria na época da safra de camarão, a grande maioria não é pescador realmente, mas só que é um ganho extra que eles têm. Mas tem o pescador que tinha que ter consciência de que a pesca da plancha destrói, que a pesca do berimbau destrói, que a malha miúda destrói, que vai terminar o pescado, se ele não se conscientizar com isso. M3H-90

Na Ilha da Torotama, os relatos foram em torno do arrasto e da trolha, e na região do Prado e da Ilha dos Marinheiros, a principal dificuldade é a competição contra pessoas que não exercem a atividade de forma profissional, utilizando pescas predatórias como o berimbau. Também houve destaque para o aumento das tecnologias que, para algumas famílias, são consideradas predatórias: uso de sondas, barcos grandes pescando na Lagoa, que competem de forma injusta pelo acesso aos recursos. Essas dificuldades só não foram relatadas para a localidade da Barra, que possui barcos maiores e alguns com essas tecnologias.

Então isso aí vai destruindo tudo. Na época do meu pai e da minha mãe, tinha, mas já não é tanto como agora, essa pesca predatória. Teve um ano que chegavam a arrastar na nossa frente, na nossa andaina e como é que a gente vai matar, né? T1M-32

E pra piorar a pesca, pra mim, foi o tal de berimbau que apareceu aí, que o berimbau esse aí tá rapando as beira de praia, tudo aí. Porque de primeiro o camarão era, eu me lembro, sempre pesquei e o camarão a gente pescava até o fim de maio; às vezes até parava de pescar, sempre tinha camarão. E hoje é 3 meses só e deu, não tem mais camarão. Fevereiro, março e abril e o camarão se termina. Por quê? E eu penso assim, outras pessoas podem não pensar. Porque o berimbau é uma pescaria fácil. Qualquer um vai: pessoas que trabalham em terra, vários conhecidos meu que têm outra profissão, que trabalham em terra... “Ah, vou comprar um berimbau pro verão pra pescar o camarão.” E aí eles vão lá rapar o camarão miudinho, de beira de praia, né? E aí é noite e dia, aqueles berimbau rapando, rapando, rapando. Quer dizer que aquilo ali prejudica muito, né? P1H-96

Além disso, com relação à força de trabalho, em todas as localidades, há relatos sobre a contradição na força de trabalho: as famílias falam sobre o aumento do número de pescadores e das dificuldades em encontrar “proeiros”, visto que muitas pessoas têm deixado a pesca.

Não, tá difícil. Não tem. A gurizada só quer droga e mais nada. E os pescador velho se aposentaram, a maioria se aposentaram. E os outros, os novos já têm embarcação dele mesmo, a maioria já tem embarcação e trabalha por si mesmo. Antigamente não. Antigamente tinha. Tu saía aí, procurava, tinha um, dois para ir contigo. Hoje não tem mais ninguém. Hoje cada um tem sua parselhinha para trabalhar, se vira do jeito que pode. B2H-40

Na nossa análise, entendemos o que eles relatam como o aumento de pescadores, é na verdade, um aumento do número de embarcações e também de esforço de pesca, pois a grande maioria dos que são “patrões” entrevistados iniciou trabalhando de “proeiro” e depois adquiriram embarcações. Porque em termos numéricos, os relatos e os dados indicam que há uma tendência de saída de pescadores, motivada pelas dificuldades enfrentadas na atividade e as possibilidades de emprego em outras atividades, em especial nas localidades urbanas.

Eu digo que é uma maneira de escravidão! (risadas) A gente queira ou não, desenvolvimento. Tem serviço, tem mesmo, muito aqui! Mais é uma maneira de escravidão de tirar do que tu gosta de fazer e ti levar, só por causa do dinheiro, numa coisa que tu, de certeza, não vai te adaptar, vai ser muito difícil... Amanhã, mais cedo ou mais tarde, tu tá retornando pra pesca, sem os teu direito, tudo perdido, porque tu assinou a carteira... Então isso é outra coisa muito séria e isso tá acontecendo, principalmente na área urbana como a nossa, que a gente vê assim que a saída de pescadores jovens, até a faixa de 30 ano, 30 e poucos anos, é muito grande! Ninguém tá ficando mais... Mas a gente sabe que mais cedo ou mais tarde, eles vão retornar! Só que um problema maior, que quando retornar, perderam os direitos! Que é gente que já tem 15, 20 anos, pescando, sei lá eu, pescando, tão perdendo os seus direitos! P2H-51 (...) E a preocupação da gente é que as pessoas não vão deixar de pescar e vão pescar na ilegalidade! Vão perder toda a sua vida, toda a sua cultura, toda a sua história, vai perder a identidade dele, né? E quando ele se der por conta, já foi já! P2H-56

Também foram apontadas como dificuldades importantes, para 3 localidades, desacordos dos pescadores com relação às legislações e consequentes problemas com a fiscalização.

Ah, era! Eles diminuíram muito também assim, deixa eu te explicar, o tempo de pescaria. Porque antes tu podias pescar, tu pescavas dezembro... Podias pescar, quando começasse a dar camarão, tu ia lá pegavas o teu saquinho, botavas no mar e pescavas. Agora, depois que eles começaram com aquilo: “Ah, vamo liberar só no dia 2 de fevereiro”. Teve um ano que foi liberado dia 12 de fevereiro. Eles pescavam antes, claro que eles pescavam, como pescam hoje em dia, porque ninguém fica esperando 2 de fevereiro pra ir pescar. Ele, esse ano que passou, ainda ficou esperando, mas não dá pra ficar esperando, porque o camarão tá um tamanho bom e às vezes eles liberam lá no dia 2, o camarão tá desse tamanhinho! P4M-23

Os principais desacordos foram a pesca de espécies como linguado e peixe-rei que são pescarias de inverno e entram em conflito com o calendário estabelecido no período do recebimento do “seguro-defeso”, no qual os pescadores não podem realizar outras atividades econômicas; a data fixa para abertura da safra do camarão; a malha 50 para a pesca da tainha e a proibição da viola.

Eu me criei pescando com o meu pai, sempre com a malha 40. A gente sempre usou a malha 40, toda a vida usava a malha 40 pra pescar tainha. E agora o IBAMA aí não deixa a pessoa pescar com a malha menos de 50 mm. E aí, não tem como, malha 50 não pega peixe de jeito nenhum! E aí, ficou difícil, ficou difícil pescar tainha... P1H-99

O rapaz tava pescando linguadinho, que o linguado não tá no defeso, não tem portaria que proíba ele. Botando umas redinha pra ajudar no seguro, só pesca, né? É o que eu te digo, esses que só pesca, né. Então ele não tem outra renda. Ele pega o segurinho que é um salário e ele vai ali bota umas redinha pra roubar uns 15 pila, 20 pila. A PATRAM foi ali e prendeu as rede tudo de linguado! Deixou ele sem nenhuma rede! Não tá na portaria. Como é que eles podem fazer isso? Se ela não tá, não tá proibida, né? Só é proibido o que tá no papel. Se não tá no papel, não é proibido! Ah, ele é ilegal! Por que que é ilegal? Não tem nada proibindo, nem o siri, nem o peixe-rei e nem o linguado. Mas prenderem as redinha do guri e agora o trabalho que ele vai passar pra recuperar essas redinha dele, né? E é o dia a dia dele, ele tava apavorado P2H-98

Outros choques importantes descritos pelas famílias foram: ampliação dos Molhes, que tem provocado alterações na hidrodinâmica local e o impacto causado com o derrame do Navio Bahamas.

As famílias também têm sofrido choques a partir de problemas de documentação causados pela saída temporária ou permanente do membro da família que atua na atividade de captura. Um exemplo são as frequentes doenças que acabam impedindo os pescadores de ir ao mar, com consequentes problemas de documentação. Nos casos de aposentadoria do pescador, se a mulher não possuir documentação própria, os outros membros, em especial, mulheres correm o risco de perder a sua documentação e o direito de exercer a atividade, mesmo não parando de trabalhar na pesca. Em um caso de uma mulher entrevistada, que o marido está aposentado por invalidez, ela está trabalhando com um proeiro que vai ao mar na safra do camarão, e o pescado é dividido meio-a-meio, e uma parte dele é beneficiada, tanto o camarão quanto o siri. No entanto, apesar de ter RGP, matrícula e talão, ela perdeu o direito a renovar o RGP e está sendo acusada de fraude, pois o marido não pode mais pescar. Além disso, há a dificuldade de reconhecer outras relações de parentesco para mulheres, além da de “esposa de pescador”. As filhas de pescadores, que ainda moram com os pais e trabalham na atividade, não estão sendo abrangidas dentro do regime de economia familiar e, em muitas vezes, têm problemas de documentação e de recebimento do seguro-defeso. A perda do direito a receber o seguro-defeso foi um outro choque importante para algumas mulheres entrevistadas no ano de 2011, conforme a fala:

“Isso aí (seguro-defeso) pro pescador foi uma beleza. Muito bom. A gente sentiu mais foi o ano passado, que as mulher não recebeu. Aí, pro salário, foi complicado, né?”. T2H86

Também com relação ao seguro, foram apontadas as limitações para exercer outras atividades, visto o recebimento do seguro-defeso, em anos ruins, deixando os pescadores altamente dependentes do recebimento apenas do seguro-defeso.

Ai! Eu acho isso aí de não poder pescarem, se recebe um seguro não ter outra atividade. Essas coisas aí... Isso aí é um problema. Tem que viver só com 1 salário e olha lá quando ganhas ainda! M5M-52

E mesmo porque também veio os direitos aí da pesca, com o seguro-desemprego. Se tu for trabalhar de carteira assinada, tu já perde o seguro. Aí já mudou tudo. Aí já não posso trabalhar mais em terra. Tem que trabalhar só na pesca, senão eu perco os meus direitos da pesca. P1H-115

Que é a única categoria que não pode ter outra função, não pode ter, tu é obrigado a... Ele só pode viver daquilo ali, pra ele não perder os direito dele! No momento que ele foi trabalhar na construção civil, assinou uma carteira, terminou-se, acabou-se o homem! Embora que ele retorne, terminou-se! Isso é um problema seríssimo e é um problema social, não é um problema simples de ser... (...) Mas hoje tá na informalidade, porque não, na época difícil, ruim de peixe, porque não... ele não pode... Eu canso de dizer assim: Jamais tu deixarias de te aposentar com... se tu conseguir aposentar com um salário de 2 mil pra te aposentar com 1 salário mínimo, tu não vai fazer deixar de fazer isso, né? Então, de certeza, se tu optar pelo salário da pesca, é porque tu é pescador, certamente, no fim dos teus 60 anos aí. P2H-52 (...) Porque tu, com 1 salário mínimo, tu não vais ter nada... (...) E é isso que eu me pergunto: Eles querem que a gente fique na miséria a vida toda! Eu digo as políticas hoje, elas é direcionada a tu viver na miséria! Ele não te incentiva a tu ter uma vidinha melhor. E toda a profissão, qualquer categoria, o incentivo é que tu cresça e o pescador, não, querem que tu fique na miséria! Porque se tu não fizeres uma safra de camarão, que é raro tu fazeres uma safra de camarão boa, tu vai viver de seguro-desemprego de que jeito? P2H-137

Além dos estresses apresentados, foram relatadas outras dificuldades como: o crescimento urbano e as ondas de remoções de famílias de pescadores dos seus territórios tradicionais; a falta de políticas que incentivem o pescador e sua família a melhorar de vida, continuando na pesca; a discriminação com as mulheres de pescadores; as dificuldades em se fazer as cooperativas funcionarem; o baixo valor da aposentadoria do

pescador; além de descontentamento dos pescadores com relação a projetos de pesquisa e a falta de projetos de extensão da universidade.

Tá pecando muito nisso! Tá loco! É uma estrutura desse tamanho! Não, não, é demais! E cada vez que a gente chega, esse curso aí, isso me deu um estalo na cabeça: “O que que é isso? Nós temos uma universidade na porta de casa, ter que vir lá do Paraná, cara! Sabe?”. Olha aí, qual é o incentivo que a universidade tá dando pras comunidade de pesca? Pesquisa? Ah! Só se for pra eles, que eles não trazem pra nós, não é essa pesquisa que vocês fazem aqui! É a pesquisa mesmo do peixe! É, fica tudo trancado em quatro chaves, lá dentro da sala de aula. Aí chamam eu: “Ah, não. Agora nós vamos chamar os pescadores...” Chamam 2 ou 3... Não é nós! Tem que trazer isso aí pra comunidade! Informar assim: “O peixe é assim, tá obrigado a ser agora, se não proibir agora, vocês vão ter que... senão vai terminar!” Aí um que a pessoa questionar, realmente ele vai ter que fazer a pessoa entender. Esse é um papel legítimo da universidade, do IBAMA, sei lá eu, tem que ser! Porque eles têm o dinheiro, eles têm o recurso e tem que ter o trabalho! P2H-174

Fazendo uma síntese dos resultados sobre o contexto de vulnerabilidade, não encontramos diferenças de gênero ou por localidades que fossem significativas nas respostas. Assim agrupamos as respostas em torno dos principais choques, tendências e sazonalidades. As tendências enfrentadas pelos pescadores estão relacionadas à diminuição da produção pesqueira na região (diminuição dos recursos e da diversidade de pescarias, com aumento da dependência de menos espécies; diminuição do período de pesca), aumento do esforço de pesca (aumento da pesca predatória e da tecnologia empregada), mudanças nas relações de trabalho (aumento do número de embarcações e dificuldade de contratação de “proeiros”). Também foram fatores importantes de estresses, enfrentados pelas famílias, os relacionados à sazonalidade (altos níveis de incerteza associados às variações de produção e preço, interanuais e intranuais e incertezas de capturas). Há ainda uma tendência relacionada aos baixos retornos econômicos associados à cadeia produtiva (dificuldades de comercialização e desvalorização do pescado) e a insatisfação dos pescadores com relação a algumas regras de pesca. Os principais choques, que são os eventos inesperados e fontes de alto estresse para a família, foram problemas referentes à documentação e à perda do recebimento do benefício do “seguro-defeso”, além de doenças

na família que impedem o trabalho e mudanças na hidrodinâmica do estuário decorrentes das obras de ampliação dos Molhes da Barra.

6.2. Papéis das mulheres e estratégias das famílias

Nesta parte, trazemos a análise dos papéis desempenhados pelas mulheres e quais as estratégias das famílias, em especial as desenvolvidas por elas, que contribuem para manter os modos de vida pesqueiros artesanais. Para a análise das entrevistas, dividimos os papéis das mulheres em produtivos e reprodutivos, mesmo sabendo que esses papéis são complementares nas famílias.

As mulheres são as que desempenham principalmente os papéis reprodutivos nas famílias. Fazem parte das suas “atribuições” as atividades domésticas, majoritariamente o cuidado com os filhos e de outros familiares dependentes da família. As atividades domésticas são de responsabilidade principalmente das esposas dos pescadores e das filhas, com o auxílio dos filhos e dos maridos.

Lavo as roupa, estendo as roupa. Então cada um faz um pouco, né? Meu marido arruma as rede, que ele faz a atividade das rede. Então, quando eu, se eu precisar de alguma força, ele me ajuda, mais as atividade aqui dentro de casa, eu e a guria. Ela arruma os quarto e eu tomo conta da cozinha e da roupa. T2M-20

Aqui é dividido entre eu e a minha guria. Eu, o que ela faz: ela lava louça, limpeza da louça, e limpeza da casa que é varrer, não sei como é que é que nós vamo botar. M4M-21 (...) É, limpeza da casa e louça ela faz. E a roupa, sou eu, lavação de roupa, a própria parte do alimento. M4M-22

Conforme observado por Fassarella (2007), os trabalhos domésticos nessas famílias são considerados tarefas das mulheres e, ao inverso, o trabalho na pesca, dos homens. E isso também foi constatado nas famílias entrevistadas, mesmo naquelas em que a mulher também participa das atividades de captura, também aí, as atividades domésticas continuam sendo de responsabilidade da mulher ou das mulheres da casa, sendo que qualquer trabalho dos maridos ou filhos nessa parte é considerado uma ajuda, assim como o trabalho das mulheres na pesca é visto sempre como uma ajuda ao trabalho dos maridos.

Sobrecarregada! Sobrecarregada! Não, se eu precisar, eles me ajudam. Se eu tiver que fazer almoço... o meu guri faz! Ele sabe fazer almoço, eles fazem. Se precisar botar uma roupa na corda, eles botam. Se precisar! P2M-10 (...) É. Caso contrário, sou eu e eu mesma. P2M-11

Quando há alguma divisão dos trabalhos domésticos, os homens entrevistados normalmente trabalham em atividades de reparo da casa, ou de cuidado com os animais. Nas entrevistas, observa-se que um de seus papéis, enquanto esposa de pescador, é dar suporte ao marido, no trabalho de captura. Afinal, não é só a rotina do pescador que varia conforme as pescarias, mas a rotina de toda a família que varia de alguma forma de acordo com a rotina da pesca, principalmente na pescaria do camarão.

Tudo é eu, porque quando a gente chega assim, quando a gente sai de manhã, tem dias que o peixe aparece de manhã e tem dias que o peixe aparece de tarde, depois do almoço. Quando a gente vê que ele vai aparecer depois do almoço, eu venho em casa e o marido fica no bote. Aí eu venho, faço a comida ligeirinho e volto para o bote. Quando era eu, o guri e ele, eu fazia no mar pra nós. Só que agora é eu e ele e as gurias. Eu tenho que vir em casa e fazer para elas, que aí elas almoçam, vão para o colégio e eu vou para fora com ele. Então é assim. E aí o serviço de noite, quando eu chego do mar, nós chegemo uma 21 horas mais ou menos, eu ligo para guria “Enche a máquina aí que eu já vou chegando para lavar a roupa”. Aí eu lavo tudo de noite e no outro dia, antes de sair, eu coloco na corda. É assim. A guria também ajuda um pouco. B2M-11

Durante o período das pescarias principais, todo o trabalho doméstico fica em segundo plano, e vai ser desempenhado pelas mulheres, de forma a não entrar em choque com a rotina extenuante, em muitos casos, do beneficiamento do siri e do camarão.

Tá, a gente traz pra casa e a gente chega aqui. Tá, entre todas as atividades domésticas: entre fazer uma comida, enquanto eu tô fazendo a minha comida, eu tô cozinhando um sirizinho lá, que agora eu comprei um fogareirinho pequeno assim, que eu coloco a lata em cima. Enquanto eu tô lá cozinhando o siri, eu tô limpando a casa, lavando a roupa. Aí tá, de manhã termina a minha atividade da casa, depois de tarde eu vou lá, tiro, descasco o meu siri, limpo, tiro a carne e isso aí. No verão mesmo, tem dias que eu vou até 1, 2 horas da manhã. Porque aí é bastante quantidade mesmo. M1M-3

E é a gente que cozinha, que eles vêm do mar... E eu e ela, uma vai, a outra cuida do menino. A gente fica em casa, lavando, cozinhando, fazendo almoço. Aí um vem camarão pra gente descascar, aí tem que fazer tudo pra eles ir pro mar de novo. Esse negócio de rede, eles traz rede pra gente estender, recolher... é a gente que faz! A gente trabalha com isso aí.
B4M-106

A análise da rotina diária através da análise do relógio de 24 horas de homens e mulheres, para a safra do camarão e do siri (captura incidental), mostra como a rotina de trabalho é muito intensa e, em termos numéricos de horas de trabalho, a rotina dos homens e das mulheres não é tão diferente. Além disso, diferentemente da rotina masculina, a rotina de trabalho feminina na pesca é intercalada pelas atividades produtivas.

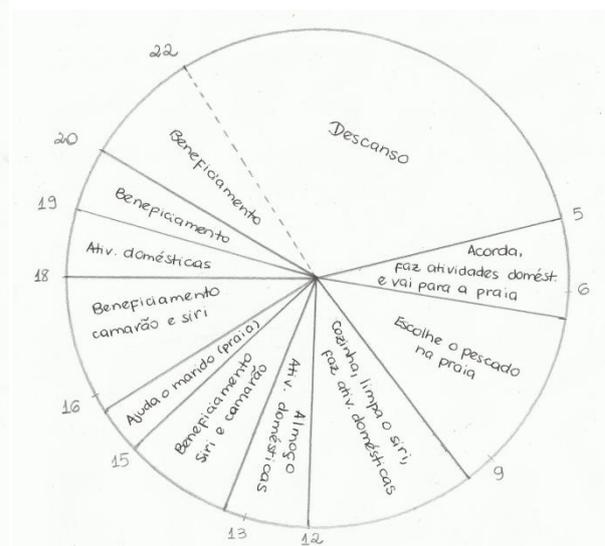
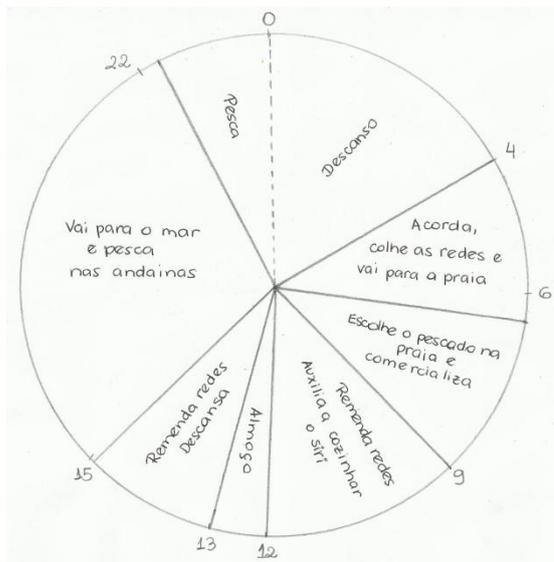


Figura 25. Rotina dos homens na safra do camarão Figura 26. Rotina das mulheres na safra do camarão

Assim, no contexto cultural e social, na pesca artesanal, assentado no casamento e na família como base das relações sociais, as mulheres não são apenas esposas, ou qualquer esposa, como de um trabalhador regular. Elas são esposas de pescadores! E sendo assim, como a vida do pescador acompanha o ciclo da pesca, com suas características de incerteza, riscos, flutuabilidade e sazonalidade dos recursos, assim também é a da família dos pescadores, em especial a dos trabalhadores da pesca. Essa divisão sexual do trabalho entre o que é tarefa dos homens e das mulheres, mostra sempre um discurso de “ajuda” da outra parte, refletindo um sentimento de solidariedade entre eles (FASSARELLA, 2007).

No entanto, mais do que um trabalho de “ajuda”, entendemos que o trabalho reprodutivo das mulheres é um trabalho complementar ao dos homens, pois a casa precisa ser mantida, sendo garantidos: a manutenção do cuidado com os filhos, o planejamento familiar e a manutenção das rotinas da casa, realizadas principalmente pelos membros que permanecem em terra. Apesar desse modelo que aparentemente considera o trabalho produtivo para os homens e o trabalho reprodutivo para as mulheres, nas famílias de pescadores isso é muito mais complexo, pois conforme destacamos, é fundamental para o trabalho produtivo dos homens, o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres.

A importância da mulher na pesca é, que nem eu te falei ainda agora, é um assunto que a gente já debateu, né? Não é só tirar a carne de siri e ajudar a escolher o siri. Tem mais outra importante da mulher ou da filha na pesca: é o rango, que tu não tens tempo de fazer, é elas que fazem, além de tirar a carne de siri. Aí tu chega do mar, porque tu sujás um bocado de roupa no mar, cara! E sujás um bocado de roupa. Aí chegas molhada, aquilo ali já vai pra água, porque tá salgada, já vai pra lavagem. Quem é que faz isso? Elas! Então a importância delas é tudo na vida de um homem! Deus me livre se eu ia trabalhar que nem eu trabalho, se tivesse que fazer comida. Não tinha condições, não tinha jeito! Então não é só no siri. A importância delas também é na cozinha, e não te cobram nada, entendes? Não é que nem tu ir num restaurante, não a comida... Chegam ali, descascam o camarão, faz um camarão com massa, faz um camarão à baiana, faz um camarão com arroz, cozinham feijão, é uma trabalhadeira, né? Então, o que seria dum pescador sem uma filha, sem uma mulher? É minha filha, mas é uma mulher! É mulher do cara. Então tem muita importância, porque hoje quem cuida de mim é ela, é minha filha! E eu me sinto mal, né, de tirarem um direito que ela... que é dela! M5H- 140

Iniciamos abordando os trabalhos reprodutivos desempenhados pelas mulheres e agora focamos os trabalhos produtivos. Os trabalhos produtivos podem ser divididos entre as atividades na atividade pesqueira e as atividades fora dela, podendo ser pagos ou não pagos. Na pesca, as mulheres desempenham diversos papéis, não só as esposas de pescadores, mas também filhas, mães, sogras e outros parentescos, conforme mostraram os dados do “Censo da Pesca” e os de capital humano, obtidos nas entrevistas.

Eu me lembro que, quando eu era pequena, minha mãe ia com os meus irmão. E eu era pequena e ela botava assim num caquinho, nunca vou me esquecer, e nós passava a madrugada todinha. Aí eu dormia, me acordava, e eles ainda tavam arrastando (de coca). E matavam, pra vender mesmo, mais de uma caixa, aqui na frente. Quando dava bastante camarão, e a gente se levantava de madrugada e ela, pra não me deixar sozinha, aí ia eu, minha mãe, meu pai, meus irmão. Aí eu ficava deitada no caíco. T1M-7 (...) Eu até aprendi antes, quando ela (mãe) tirava a carne do siri e eu batia a garra pra ela, pra ajudar, né? Ela fazia assim também. E ajudava também, quando chegava o meu pai do mar, ela ia lá ajudar. No caso, desde pequena, eu sou envolvida porque eu ia com ela, fui aprendendo. T1M9

Na maioria das famílias, as atividades na pesca não são apenas atividades profissionais, geradoras de renda, mas fazem parte do modo de vida pesqueiro, do qual as mulheres passam a fazer parte quando se casam com os pescadores, ou sendo filhas de pescadores.

Com ele não, mas a fazer rede eu sei desde que eu tinha 8 anos, eu fazia com o meu pai. O pai botava nós a fazer rede. Nós era lá de Laguna, Santa Catarina. Aí ele pescou muitos anos aqui, e a gente fazia as rede. Eu fazia rede pra fora também pros pescadores, antigamente. Agora parei. B3M-8

É. Quando eu era solteira, no caso, descascava camarão na salga. Era só o que eu fazia. Quando era solteira, não trabalhava com siri. Comecei a trabalhar bem novinha, com 11 anos, descascava na salga. B2M-9

Nesse último caso, desde crianças as mulheres já desempenham atividades na pesca, aprendendo com os pais, representando bem essa característica intergeracional da atividade pesqueira, que vai ser reforçada e passa a ser exercida de forma mais frequente depois de casadas, normalmente com pescadores também.

Uns 7 anos, a mãe já me colocava a tirar... Queria comprar coisas na venda, ela me dava um sirizinho pra mim tirar e vender pra mim. M5M-31 (...) Mais seguido eu já comecei maior, pra uns 10, 11 anos, que aí eu peguei a gostar de ganhar. M5M-32

Pra mim, é assim, desde sempre, desde que eu comecei a mexer com isso aqui. Que nem eu te falei, né? Antes com pouco compromisso, né? Que eu fazia quando tinha vontade, né? Era novinha, né? Que o meu pai e minha mãe não me obrigaram. Claro que eu tinha que fazer, tinha que trabalhar alguma coisa em casa. Mas não era uma obrigação de ficar tipo hoje, que nem na safra do camarão, eu fico até 1 e meia, 2 horas. Não, antes não era uma obrigação. Antes eu fazia porque tinha que ajudar um pouquinho mais, não agora, eu tenho que fazer porque é o meu sustento. É o sustento do meu filho, do meu marido. Eu tenho que ajudar em casa, né? M1M-30

Um papel importante é o auxílio aos maridos nas atividades de pré e pós-captura: elas auxiliam no embarque e desembarque dos maridos, quando chegam do mar, elas esperam os maridos na praia, com carrinhos de mão e monoblocos, para auxiliar na separação e escolha do pescado.

Eu faço comida, pra ele levar, lavo a roupa dele. De manhã cedo, as mulheres todas estão esperando, porque, claro, também vem, além de ajudar na praia, quando ele tá chegando com as coisa, roupa suja, alguma coisa que não conseguiu vender, traz pra gente descascar ou pra comer mesmo. O siri, vender, eu que tenho que ir lá buscar, né? De manhã cedo, quando é na safra do camarão, a gente já tá lá na praia com o carrinho de mão, já, a mulherada toda. Aí eles vêm do mar, a gente pega o pescado, ou seja o siri e o camarão, traz pra casa... M1M-2

Além disso, auxiliam na atividade de levar e trazer apetrechos de pesca, como redes, baterias, botijões de gás, etc. Algumas auxiliam também na atividade de comercialização e em atividades de manutenção de apetrechos de pesca, lavando redes e caícos, remendando redes, pintando embarcações. Além de preparar o “lanche” ou almoço para os maridos/pais levarem ao mar, caso eles não cozinhem no mar, lavar as roupas usadas na pesca e colocar as roupas de lona para secar, após a chegada do mar.

Ela? Tira carne de siri, descasca camarão, me ajuda a pintar os caíco, me ajuda a carregar as rede pra praia, trazer pra cima, ajuda a cortar as taquara, ajuda a carregar as bateria... M1M-44

E é o trabalho pior! O trabalho pior! Que eu pesco ali, tranquilo, chego ali, ela me ajuda a escolher, né? Que eu me separei da mãe dela, moro ali atrás na outra casinha, deixei aqui pra eles, pra elas e moro ali. Mas ela me ajuda, continua me ajudando, cozinha pra mim, me lava minha roupa... Pô, me faz uma baita... dá uma baita força! Tira carne de siri... né? Tá certo que eu dou o siri pra ela, dou! É uma ajuda que eu dou pra ela! Mas e a outra ajuda dela me ajudar a escolher o camarão? Lá na praia! Ir lá na praia, no meio do mosquito, no meio do barro, me ajudar a carregar a bateria muitas veiz, me ajuda muito! M5H-8

As atividades que as mulheres desempenhavam dentro das famílias também foram mudando com o tempo, junto com as mudanças nas tecnologias na pesca, nas relações de trabalho e nas formas de comercialização.

Antigamente tinha que descascá a corticeira pra faze bolinha de cortiça, tinha que furar com ferro quente... É, ta pensando... Enchia os panos, as mulheres faziam chumbo de pano, ninguém te falou isso ainda não? Primeiro não existia, chumbo não era chumbo, é isso ai nos anos 60, nós fazia cortava o pano assim, se enchia de areia, se pintava e se amarrava na tralha, isso ai era serviço de mulher. As mulher costurava os panos e os homens enchiam areia e as mulheres costuravam outra vez pintavam e amarravam na tralha, isso até os anos 60, não ate 65. B1H-81

Se fazia uma atividade antes que não se faz agora: antes as rede não era de fio plástico, elas eram feita de um fio que tinha que tingir ele pra... tinha que cozinhar a tinta todas as semanas e fim-de-semana e tinha que tingir aquelas rede toda e botar numa água fervendo com tinta que era pra aquela rede não estragar. Quer dizer que aquilo ali era uma atividade que dava muito trabalho. P3H-86 (...) Não, as mulheres trabalhava, as mulher faziam esses chumbos aí eram feitos em máquinas ... P3H-94

E no tempo dessas redes aí não existia tanto gelo, o camarão era cozido, né? Aferventado... P3M-95

Ah! e outra atividade também que se fazia era que essas rede eram feita à mão, nós mesmo é que fazia, era manual, fazia na malheira. A gente fazia na mão, era feita pelos próprios pescador. E agora não. A gente compra em fardos. P3H-103 (...) (As mulheres) Faziam também, inclusive tinha até as mulheres acho faziam mais que os homens, naquela época as redes eram feitas manualmente na malheira P3H-105 (...) Era feito na mão e tantos as mulheres quanto os homens, todos faziam. Agora não, a gente compra as rede prontas por fardos, a gente só conserta ela, remenda. P3H-108

Como podemos ver, muito do trabalho desenvolvido a nível familiar estava relacionado à confecção e manutenção dos apetrechos de pesca, que não eram industrializados como hoje. O advento da tecnologia mudou não só os processos de

fabricação dos apetrechos de pesca, mas também as relações de trabalho: antigamente eram mais comuns, as parelhas, embarcações em que trabalhavam muitos homens; isso também mudou, à medida que os pescadores foram adquirindo as suas próprias embarcações, menores e com menos trabalhadores a bordo.

Quando meu pai tinha parelha, eu cozinhava. Era mais pequena, solteira. Eu ajudava a cozinhar pro meu pai, pra levar pros proeiro. Quando chegasse do mar, tinha que levar lá no galpão com as panela de comida. Cozinhava em casa e levava. Quando eu era assim solteira e pequena, que meu pai tinha parelha, eu fazia, ajudava minha mãe fazer, a minha madrasta, né? Naquele tempo, as parelha era rachada que chamava. Todo mundo tinha parelha com 10, 15 homem e tinha cozinheiro em terra, né? Quem não cozinhava, cozinhava em casa e levava as panela. B4M-20 (...)
Era, ele era pescador. Pesquei depois. Cozinhava na parelha do meu sogro, cozinhava pra 22 proeiros, pra 22 homens! Meu sogro, ele tinha 4 embarcações. Então vinha catarina pra pescar lá, né, e a gente cozinhava na parelha, um panelão de comida. Pesquei. Trabalhei 4 anos na cozinha, de cozinheira. B4M-104

O fechamento das fábricas em Rio Grande, durante o auge da crise pesqueira, também provocou a perda de um trabalho comumente realizado pelas mulheres, que era o beneficiamento do pescado.

Muito, muito, muito. Muita mulher de pescadore, muitas que não eram de pescadore! Tudo limpando peixe. Gente, encostava o caminhão ali numa janela grande e tinha a esteira, né? Então se parava aquela carga de mulher pela beira da esteira... M5H-86

Era, no tempo da minha mãe era. A mãe arrastava (de coca) com o pai. Eu não me lembro, eu era pequeno. Ela arrastava nisso aqui, isso tudo era praia. A mãe arrastava com o pai, nas horas que o pai não tava na parelha pescando, né? Aí, quando chegava, não sei a hora que eles vinham, aí, no outro dia ela levava o camarão pra casa. No outro dia de manhã ela levava na cidade e levava pra vender. B3H-179

A gente diz há anos: Não faz muitos anos assim, anos 70, 80, não foi muito adiante, não faz muito tempo. A mulher de pescador, era aí mulher de pescador mesmo, fazia igual ao marido, ia pra dentro da fábrica, ia sim, porque eu e a minha mulher fizemo isso. Chegava um período ruim, pegava uma machadinha e uma faca, um facão, um facãozinho e ia pra dentro das fábrica! Bater peixe! Hoje nós não temo nem isso pra fazer e nem podemos fazer, o pior de tudo! P2H-159

Outro papel importante que encontramos é o de auxílio aos maridos nas atividades de captura. Em todas as comunidades, em pelo menos uma das famílias, além das atividades mencionadas, a mulher também declarou trabalharnas atividades de captura, junto com o marido. Elas vão com o marido para o mar em algumas pescarias (como a corvina, o camarão e o siri), trabalhando como proeiras junto com os maridos.

Proeira é ela mesmo. Quem vai no barco mesmo comigo é ela. M2H-5

Eu vou, eu e o meu marido pega, liga o motor. Eu vou governando o bote até o canal ali e ajudo ele a alevantar as bóia pra tirar os peixe. Ajudo ele com as rede, ali, faço o que posso com ele. T2M-1

Ela, pilotá também é com ela. Eu movimento com a rede e ela cuida mais. B2H-23

A minha sogra, se tiver que ir, ela vai. Não aqui fora no mar, mas na Lagoa, ela vai. Eu também vou. B4M-1

Para algumas famílias, essa é uma estratégia importante, em especial como enfrentamento ao baixo recrutamento de jovens na pesca e à dificuldade e aos gastos para contratar “proeiros”.

Pra poder trabalhar, só se for da família. Se tu tens uma embarcação, tem as tuas coisinhas se tiver um, dois, da família, né? Aí tu até trabalhava, se não, não. Eu trabalhava tranquilo, eu e os meus guris, mas foram embora, casaram, foram embora, abandonaram tudo, só ficou eu e ela. Aí, pra não vender, se eu vender eu não tenho onde trabalhar, não sei outra coisa, eu não sei outra atividade de serviço assim, só pescaria. Só pescaria é comigo. B2H-40

Assim, para algumas famílias, a estratégia realizada é de adaptar a pescaria para se pescar com o auxílio da esposa ao invés do “proeiro”, assim a parte que iria ser dividida com o “proeiro”, fica para a família.

Então não se arruma mais proeiro e isso tá exigindo mais das mulheres também. Participar também junto com os marido no caso. E a gente vai se adequando ao jeito de se trabalhar, assim sem botar proeiro, porque antes era sempre com o proeiro, né? Sempre com o proeiro, pra cima e pra baixo. Hoje a pessoa já associou isso aí pra trabalhar com a mulher já, de acordo. Quer dizer que eu vou ao mar, ao invés de eu fazer com 2, com mais rede, eu pesco com menos, pesco sozinho. Trago pra casa, ela me ajuda, então a gente... M2H-99

Observamos que a intensidade de ida ao mar varia desde viagens mais ocasionais, até o trabalho mais frequente na atividade de captura, tanto quanto o marido. Apesar de a maioria dos órgãos de gestão pesqueira não reconhecer esse como um papel desempenhado pelas mulheres, normalmente através de afirmações de que “nunca viram uma mulher em uma embarcação”, não foi muito difícil encontrar mulheres que atuam em atividades de captura. E isso foi confirmado não apenas pelas entrevistas próprias, mas foram confirmadas por outras famílias, que as reconhecem como “pescadoras”. Como elas representam a minoria da força de trabalho feminina, normalmente, os pescadores conhecem as mulheres não só da sua localidade, mas também de outras localidades.

Eu conheço também uma mulher, já pro lado do Bosque ali, da São Miguel. Aquela ali pesca direto com o marido dela. Desde que os filho dela tudo, a última casou, a mais nova, ela trabalha direto com o marido. Direto, direto. Então tu nem diferencia, parece um homem. Ela bota aquelas roupas de lona, prende o cabelo aqui em cima, bota um boné e bota aquelas... Tu olha, ela faz tudo, ela vira motor, ela rema, bota rede, ela...é uma fera! Aquela ali...M2H-54

Assim, vemos que há uma diversidade de papéis que as mulheres desempenham na atividade pesqueira, papéis que não são apenas de “auxílio”, mas que também são complementares e importantes para as famílias, tanto quanto a própria atividade de captura. Apesar de a maioria das famílias da região pesquisada não beneficiar o pescado antes da comercialização, vem crescendo o número de famílias que optam por essa atividade, como forma de agregar valor ao produto.

Pra poder pegar, ganhar mais um pouquinho, a gente pega parte do camarão que a gente tem. A gente descasca ele pra tentar procurar um preço melhor. É uma das saídas que nós achamos agora, é isso. A gente pega parte da produção, descasca, pra poder pegar um valorzinho melhor. T1M-59

Ah, mais caro. Melhor o preço de quem compra em casa do que do comprador. Lá, pro comprador, eles pagaram a tainha a R\$ 2,50, R\$ 3 e aí as pessoas vêm buscar na porta, a gente vende a R\$4, R\$ 5 o kg. Que aí é mais vantagem do que tu vender pro...? Porque camarão é assim, começa a dar, tá um preço bom, R\$3,50, R\$3, tu vende pra eles. Como vai dando muito camarão, aí eles vão baixando, vai pra R\$2,50, R\$3 e fica por ali. Então pra nós é mais vantagem vender aqui, vende a 5, vende a 4. Vende a R\$5 com casca e o descascado tu vende a R\$13. É mais vantagem. B3M-44

Esse é um de seus principais papéis produtivos: atuar nas etapas de beneficiamento do pescado, tanto doméstico quanto fora da residência. Essa é uma estratégia importante para muitas famílias, beneficiar o pescado, que pode ser o camarão (descascado), a carne do siri, o filé de peixe (linguado, pescadinha, peixe-rei, tainha, corvina).

É uma das saídas. Que a gente tem é isso aí. M2H-29.

Que a gente faz é a gente mesmo trabalhar ele. M2M-30

Às vezes até falta condições pra se trabalhar, mas aos poucos a pessoa tenta se organizar pra ver. M2H-31

Às vezes ele faz também, quando tem bastante quantidade que eu sozinha não dô conta. M2M-33

E às vezes tem que pagar alguém também pra ajudar. M2H-34 (...) Isso aí que vai a fazer a... Claro, e aí consegue um preço melhor, né? Fazendo o filé de peixe, tu botas no freezer ali, se tens como armazenar direitinho, tu vende, já pega muito mais preço. O camarão mesmo tu junta ali, 100, 200kg. Quando tu vende... e os cara vêm buscar. Sabendo que tu tem, eles vêm buscar. M2H-47

E pode ser uma estratégia mais frequente ou mais ocasional, conforme a forma de comercialização. As vendas ocasionais são realizadas geralmente de forma direta ao consumidor e são mais variáveis, porque ocorrem em função das encomendas dos compradores.

Não, a gente só faz. A gente descasca o coisa no tempo do camarão fia, descasca para as pessoas que me pede. As pessoas pede, sei lá, uns quilos. Uns pede quinze, outros querem dez, outro querem cinco. Aí a gente faz, não se trabalha direto para descascar, pra vender não. Filé, se me pede, eu faço, pescado, pescadinha. B1M-37

Aí, depende muito, né? Tem dias que a gente vende sujo, tem dias que não. Porque aí, depois tu tem uma encomenda pra vender. Aí separa uma porção, meia, metade no caso, né? E aí, limpa, e guarda. E a outra metade vende o sujo. M3M-17

E quando se beneficia de forma mais frequente, dependendo da quantidade, vende-se tanto para o atravessador (forma mais comum) quanto direto para o consumidor.

É que tem os turistas que compram o camarão sujo e pagam pra gente limpar. A gente faz bem mais, 20, 30 kg cada uma por dia. Agora, quando é nós, pra nós é essa base aí (10 kg), que não dá de tirar muito. B4M-15 (...) É, dono de restaurante, pra comprar que sai bem mais barato, comprar sujo e pagar pra limpar. B4M-22

Daí toda a família pode estar envolvida na atividade do beneficiamento, alguns como os filhos(as) e as pessoas idosas, de forma mais ocasional.

Ela (filha) tem 8 anos e eu nem preciso dizer me ajuda. Ela já vai e tira a carne, bate a garra do siri e faz. Ela até descasca o camarão junto comigo, tira 1 kg, 1kg e 200. Ajuda. E fica até o fim, até a hora de terminar. T1M-11

Ah, não! Quando ele vai pro camarão, bah! Vem muita gente! Aí a gente faz até ali na minha sogra e a gente faz até ali, que fica melhor, já leva tudo pra ali no carrinho. As minhas cunhada também, elas trabalham fora, mas quando elas tão, elas ajudam a gente a descascar... B3M-16

Cozinham o siri, dipois tira o casco, dipois lava, dipois começa de colherzinha tirando pedacinho por pedacinho... Às vezes vai até meia-noite e não termina, pra pegar no outro dia de novo aquele siri. Então... isso que eu tô dizendo, isso aí aconteceu, eu tava junto com a mãe dela ainda. E ela era as 2, tirando que muitas vezes ela não dá conta. Tem agarrar, 2, 3, caixa aí de siri e levar lá pra umas colega dela pra dar uma força pra ela e aí dá de metade, que ela não consegue tirar tudo. Trabalha mais que o homem! M5H-14

A época mais importante com relação à atividade do beneficiamento, para as localidades, com exceção da Barra, é durante a safra do camarão, onde se beneficia tanto o camarão quanto o siri. Geralmente beneficia-se uma parte do camarão capturado devido à quantidade e, no caso do siri, normalmente todo o siri capturado é beneficiado. Apesar da importância da pescaria do camarão para a renda familiar, sendo a pescaria mais importante da região, observamos que a pesca do siri também vem adquirindo uma grande importância na família, não só como captura incidental no camarão, mas também como

uma nova pescaria principal. O trabalho das mulheres nessa pescaria é tão importante para agregar valor ao siri, que pode ser considerada uma “pesca feminina”. Pudemos ver o quanto esse recurso aumentou sua importância enquanto espécie complementar ao camarão, em 3 das 4 localidades em que realizamos entrevistas. Geralmente o siri pescado é todo beneficiado e não se beneficia só o do marido. Como o rendimento da carne processada de siri é menor do que o camarão descascado, algumas mulheres utilizam recursos do seu capital social, através principalmente das redes de parentesco e recebem o siri, de pais, irmãos, e outros parentes, muitas vezes doado por eles para que possa ser beneficiado. Esse siri também pode ser comprado de outros pescadores, caso não se consiga pescar ou se pesque pouco para o beneficiamento.

Porque quem pesca aqui, ganha o siri. Porque o siri não é só meu que ela pega, é de uns 2, 3. O irmão dela dá pra ela, o pai traz pra ela. Então ela acorda primeiro. Quando eu chego, ela já tá com a primeira, com o siri dela limpo já. Trabalha o dia todo, às vezes até 11 hora, meia-noite. M1M-57

Eu junto, em casa, no verão eu uso o meu negócio da minha geladeira. Tamo vendo se a gente consegue, mas é despesa, né? Não tem condições de comprar, né? E aí eu junto ali e quando tinha 10 kg, eu passo pro freezer do meu irmão. Aí eu junto até 40 kg no caso. Aí eu passo pro atravessador. M3M-20

E a importância desse recurso dá-se também por ser um recurso que não apresenta características de sobreexploração, como as outras pescarias principais, como camarão, corvina e tainha, sendo assim uma espécie altamente viável para as famílias. Esse beneficiamento que é feito em casa pelas mulheres, “tirando a carne” do siri, na maioria dos casos é a única pescaria, em que toda a renda fica com a esposa. Por ser um volume menor de dinheiro, ele é usado principalmente para as despesas de manutenção da casa, sendo extremamente importante principalmente em anos de safras ruins.

Tem famílias, nós no caso não acontece isso, eu e a esposa, como é que diz o outro, a gente tira tudo pra um monte só. Mas tem famílias assim, ó, o camarão é do homem e o siri é da mulher e com nós não. A gente trabalha, que a gente diz sempre o todo pra um monte só. A gente trabalha pra casa, é pra nós. Então não tem que dividir! E aí então assim, tem mulheres que vão descascando, vão tirando o siri, vão juntando pra comprar um móvel, por exemplo, de casa; pra comprar, pra vestir a família, essas coisa... M3H-110

Aí, às vezes, num ano, quando o ano tá ruim, o meu marido pesca siri. Coloca rede na andaina de camarão, mas aí, como não tem camarão, tem pouco, sempre siri tem. Aí a gente pega aquele siri pra trabalhar pra casa. Aí a gente trabalha. Eu trabalho, eu vendo. Aí o dinheiro entra pra casa. Que às vezes bota uma rede pra um peixe. Se mata a gente vende, se não come aquele peixe. Aí já ajuda na despesa da casa. T4M-52

Quanto ao volume de beneficiamento, há famílias que beneficiam grandes volumes de camarão descascado e carne de siri. A maioria beneficia as duas espécies, mas as famílias também optam por concentrar essa estratégia em uma das espécies. É importante destacar que essas estratégias não são fixas, mas sim dinâmicas, variáveis, dependendo do ano e das pescarias que “derem” naquele ano, do preço pago pelo produto e também dos saberes possuídos pelas mulheres. Algumas gostam mais de beneficiar o siri, outras, o camarão, da disponibilidade de força de trabalho na família.

Isso depende da quantidade, né? Porque sendo pouca, às vezes se beneficia todo. Mas um pouco mais de quantidade já tem que cair pra 50%, porque aí não tem condições de beneficiar tudo. É que nem camarão. Se o camarão for pouquinho, é fácil de descascar tudo. Mas se for mais, por exemplo, 50, 60 kg, não vai adiantar a gente ficar, descascar tudo aqui que vai, não tem como, né? Se for 100kg, aí já vai cair menos de 50%, né? Quer dizer que... Uma média é de 20kg/dia de camarão. E de peixe também não é muita coisa, não... É mais ou menos... sim, quando tem pra pesca, né? M2H-9

O siri 100% é beneficiado. M2M-10

Observamos que um dos principais estresses destacados no contexto de vulnerabilidade refere-se à tendência de desvalorização do pescado e dos baixos preços pagos pelos atravessadores em anos de maiores capturas. Essas variações de preço, pagas pelos atravessadores, são ajustadas conforme a quantidade do recurso pescado; quanto maior a quantidade, menor o preço.

E a estratégia de beneficiamento, como forma de agregar valor ao produto, tem-se mostrado uma forma de enfrentar esses principais estresses. Para todas as famílias, a estratégia do beneficiamento doméstico também apresenta variações interanuais, conforme a produção do recurso. Ela vai ser muito mais importante em um ano com grande quantidade de pescado, do que num ano com menor quantidade, porque essa estratégia é ditada principalmente pelo preço pago pelo atravessador.

É que assim, ó. Lá é assim, ó. Quanto mais camarão dá, mais o preço baixa. Aí quer dizer assim, ó. Vamos supor o camarão tá R\$2 o kg. Aí ele traz pra casa, 20 kg, a R\$ 40,00; aí a gente vende o kg, às vezes, R\$ 10, R\$ 15 o kg do camarão. Então, quer dizer, quanto a gente já ganha em cima, né? A gente vende mais caro, é quase no fim da safra, quase ninguém tem. Aí no começo... quando tem muito, muito camarão, o preço já vai lá embaixo até pra nós vender. Aí tá muito barato, né? B4M-25

No caso, no ano passado, como já não foi muito boa, a gente já nem descascou o camarão. Aí já não deu pra gente tirar, porque a gente é dividido, né? Entre nós e proeiro, aí, sendo pouco, já não dá pra tirar. Então a gente só vendia. Vendia direto. T1M-50

Essa, atualmente, nas famílias entrevistadas, é a principal estratégia de enfrentamento à desvalorização do pescado e aos baixos preços pagos pelos atravessadores. Para as famílias, a estratégia principal é a comercialização de forma direta ao atravessador, quando o preço pago por eles é muito baixo. Daí compensa mais estocar um pouco do pescado beneficiado e aguardar a variação de preço com a diminuição da produção.

E observamos também que, normalmente, as famílias vão ter que escolher entre investir no trabalho das mulheres, no beneficiamento ou na captura, devido ao fato das duas atividades necessitarem de muito tempo e de trabalho. Assim, as famílias acabam optando por uma das estratégias: concentrar as atividades na captura e comercializar o produto diretamente ou beneficiar o produto antes da comercialização. Também pode optar por cada estratégia conforme a espécie pescada; por exemplo, a mulher pode ir ao mar na pescaria da corvina, que vai ser vendida sem nenhum beneficiamento, e ficar em casa, na safra do camarão, para beneficiar o camarão e o siri. Dificilmente há força de trabalho disponível para realizar tanto a captura quanto o beneficiamento. Relembramos

ainda que ainda é compatibilizado, nesse tempo, o trabalho referente às atividades domésticas.

Ele vai acampar na Z3 e fica uns meses lá, 3 meses, fevereiro a maio. Ele vai e fica lá. Eu que vou, fico lá uns dias e volto, até antes das gurias pegar na aula. Quando as gurias pegam na aula, aí não dá mais para mim. Aí eu não vou mais. B2M-17

Ah, ela leva o dia todo, porque, além dela limpar o siri, ela tem que fazer a comida, que lavar as panela, ela tem que varrer a casa, arrumar os quarto. Aí ela passa o dia todo nessa função também. Depois que ela termina de arrumar tudo, depois do almoço, ela pega no siri de novo e vai até de tarde, porque tem que lavar as caixa aí, guardar as coisa aí, guardar fogão, guardar tudo, né? P1H-98

Porém, em anos de menor produção pesqueira, em que os preços pagos pelo camarão não são tão baixos, segundo os entrevistados, não compensa investir na estratégia do beneficiamento antes da comercialização. Daí a família pode optar por vender todo o pescado sem beneficiamento e, para compensar as baixas produções no âmbito doméstico, as mulheres optam por beneficiar nas “salgas”, para os atravessadores, beneficiando a produção comprada por eles.

Aí, no caso, também tem isso. Assim, às vezes, quando eu não tinha camarão aqui, eu descascava lá na salga pra tirar um dinheiro pra mim, entendeu? Então, no caso, era 2 reais o kg que a gente descascava. Aí já não era aqui que eu descascava. Já era do comprador mesmo que ele paga pra descascar. T1M-35 (...) 2 reais o kg. Às vezes eu tirava uns 10 kg num dia. T1M-37

Se eu fosse pescar e tu mesmo descascar, tu ganha bem mais do que se fosse descascar pra outra pessoa. No kg, tu vai ganhar... Se fosse pra ti mesmo, tu ia ganhar 12 ou 14; e se fosse descascar pra outra pessoa, tu ia ganhar, 2 kg, 2 kg e pouco, 2, 50 pra descascar. M3M-55

Observamos também que esse beneficiamento doméstico, principalmente do camarão, é bem recente. Algumas espécies como o bagre e o camarão já eram beneficiados, desde a década de 60, através da salga¹⁰ desses pescados. Os relatos mostraram principalmente a concentração dessa atividade na Ilha da Torotama, e era exercida por toda a família. Essa estratégia era uma forma de conservar o pescado antes do advento do

¹⁰Uso do sal como forma de conservação do pescado.

gelo. Depois veio a época em que se iniciou a beneficiar o siri, “tirando a carne do siri”, estratégia que acreditamos ser desenvolvida em virtude da diminuição da produção de outras espécies, como o bagre e o camarão, sendo uma opção complementar de renda.

Assim, o beneficiamento doméstico em maiores quantidades vem aumentando a partir do final da década de 90 e início dos anos 2000. Com a quebra das indústrias e a alta dependência e exploração da comercialização pelos atravessadores, as famílias iniciam a descascar o camarão e vendê-lo beneficiado também para os atravessadores, mas por preços melhores. Em algumas localidades, também foi uma estratégia que começou a ser feita com um comércio para turistas.

Sei, pelo... pelo preço do camarão, que o atravessador aí, o comprador no caso que a gente vende, eles ganham muito em cima da gente, ganham muito em cima, se prevalecem até. Por exemplo, se hoje eu peguei 20 kg de camarão, aí amanhã eu chego com 100 kg de camarão... Se eu tava vendendo aqueles 20 kg a R\$5, vamo supor, e eu chego com 100, ah, ele já baixa na hora. Já baixa na hora, já bota, R\$4, 3 e meio, já começa a baixar. Mas baixa pra nós. Pra ele vender, não baixa. Então a gente tá se fragando que a gente tá enriquecendo eles, que eles tão... Aí o pessoal começou a guardar mais camarão e vender quando tem um preço bom, né. Quando se agrada, aí vende. Quando tem preço bom, vende. P1H-93

Carne de siri eu já fazia há bastante tempo, mas o camarão é de pouco tempo pra cá que a gente descasca pra vender, porque antigamente não tinha acesso assim, turista, pra comprar o descascado. Agora não. com esse negócio de estrada, melhoraram muito. Então, quando dá safra boa de camarão, tem muito turista... B4M-146

Apesar da importância do papel das mulheres no beneficiamento e da importância dessa atividade como uma das poucas estratégias de enfrentamento aos baixos preços pagos pelos atravessadores, essa é uma estratégia que tem limitações importantes, pois não se consegue beneficiar tudo o que é capturado, devido à pequena escala da estratégia, concentrada a nível doméstico, com envolvimento de pouca mão de obra e comercialização local. Então, apesar de conseguir uma valorização do preço, a estratégia não livra os pescadores da dependência do atravessador.

A dificuldade... foi de uns anos pra cá também. Isso aí é muito, é muito recente. Isso aí é de 15 ano, 20 ano no máximo. Por que o que aconteceu? Porque o atravessador é que foi criando isso. Ah, pegava um freezer, ia congelando e aí o pescador começou a enxergar isso aí também. Aí um começou a pegar um freezerzinho e guardar, e aí vendia. E aí começou a se alastrar. E hoje cada vez é mais, né? E hoje cada vez mais gente guarda camarão! Pra agregar valor. Mas aí qual valor que ele agrega? Enquanto não enchem o freezer! Depois que enchem o freezer, terminou. P2H-128

Além disso, há que se encarar a precarização desse trabalho realizado pelas mulheres, em rotinas de trabalho extenuantes durante a safra do camarão, e um trabalho realizado de forma “ilegal”, visto que essa atividade não está de acordo com os padrões, conforme exige a vigilância sanitária. Reconhecemos a importância dessa saída encontrada pelas famílias, que possui, no entanto, sérios problemas a serem superados.

Já para anos de safra “ruim”, que significa menor produção, mudam-se as estratégias desempenhadas pelas famílias, que vão ser a pesca de outras espécies, e o aumento da importância da renda a partir de outras fontes como: a partir de benefícios do governo e da migração temporária de membros da família para outras atividades. Com relação às atividades desempenhadas fora da pesca, conforme a análise do capital humano demonstrou, encontramos atividades desempenhadas na agricultura e criação de animais, para algumas famílias de localidades rurais. São atividades importantes para a manutenção da família. Variam durante o ano, ocorrendo em épocas em que diminuem as atividades na pesca e também durante anos de safras ruins. Outros trabalhos informais, também realizados pelas mulheres, estão relacionados aos saberes que elas já possuem pelos afazeres domésticos, como ligados à culinária e atividades de faxina na casa de outras famílias, além de pintura de paredes ou outros reparos de construção civil. *“Aqui vareia muito, aí no caso elas vão trabalhar de diarista, fazer um filé nas firmas, vão limpar uma casa de família. É isso aí que elas fazem”*. B1H-98

Desempenhando atividades pesqueiras e possuindo os documentos relacionados à pesca, as mulheres poderão ter direito ao acesso aos recursos e a benefícios sociais e trabalhistas, como o “seguro-defeso”. Como vimos nos dados do “Censo da Pesca”, há uma alta dependência da renda do “seguro-defeso” para a maioria das famílias; e essa

dependência é aumentada nos anos de safras ruins, conforme a fala dessa pescadora: “*Numa safra ruim, não dá nem de pensar. É só manter a casa e fazer o rancho e deu. E esperar o seguro-desemprego*”. T2M-62. Caso a mulher também receba esse benefício durante o período do “defeso”, em que estão proibidos de exercer outra atividade, a família recebe 2 salários ao invés apenas o da pessoa que atua na atividade de captura, dentro da proposta de regime de economia familiar.

Até, no início, eu ficava até meio contra o seguro-desemprego. Aí, eu preferia pescar, porque se fosse tirar o seguro-desemprego, por exemplo, da minha esposa, que trabalha comigo, e eu ficar ganhando só um salário mínimo... Fazer o quê com um salário mínimo? Eu ganho muito mais pescando então! Mais acontece que não pode, né? E aí a sorte é que tão dando o seguro-desemprego pras mulher, senão, ah, não ia dar certo! Não ia dar certo! P1H-100

A gente sempre que dá um camarão, uma coisa assim, a gente faz o que pode. Assim não esbanja. A gente economiza tudo o que ganhou no ano pra se falhá uma safra, pra pessoa, além do seguro-desemprego que ajuda a gente (...). Então a gente conta mais com o seguro e economiza o pouco que a pessoa tem, quando dá safra. E quando não dá safra, a gente não tem nem o que economizar. Só contemos mesmo é com o seguro. T2M-22

Essa importância das mulheres para a manutenção das famílias, explicitada através dos papéis desempenhados por elas, contrasta com a realidade de dificuldades de reconhecimento enquanto trabalhadoras nessa atividade.

Aí, o papel da mulher na pesca tá muito, como é que eu vou dizer, assim, tá muito fraco demais! Porque eles valorizam demais é o pescador! Basta que eles falam o pescador ou a pescadora, qual é o verbo que eles usam? É o pescador! A mulher, ela tá sendo... Acho que sempre foi muito discriminada sobre isso. Ah, porque a mulher... Vai ver que é... Ela é mulher! Qual a diferença de um pescador pra uma pescadora? Ah, o pescador vai pro mar todos os dia. Ele remenda, ele lida com o bote, ele faz isso, faz aquilo. Mulher não faz nada! Mulher só ajuda a carregar uma bateria, a adentrar com o camarão, quando chega. Não sabe o que é o trabalho que é no mar. Então é nisso aí, que eles, é uma discriminação! Eles acham que porque nós somos mulheres, que nós não temos a capacidade de fazer o mesmo, ou até mais do que eles fazem. Então é isso aí. É uma discriminação absurda, absurda mesmo! Eles não dão poder de tu poder te expressar, como é que eu vou dizer, eles não querem te escutar, né? O que importa pra eles é isso aí: O homem foi feito pra isso. Mulher foi feita pra fazer aquilo ali e pronto! M4M-63

Um destaque é dado aos problemas enfrentados para garantir a documentação necessária como forma de comprovação de que trabalham na pesca, não só para garantir acesso ao recurso, como no caso da licença ambiental, mas também para garantir outros direitos de propriedade, como a renovação da documentação, aposentadoria e outros direitos trabalhistas.

Eu gosto e tudo, mas é uma atividade muito sofrida pra gente hoje, entendesse? Porque às vezes, quando não dá, ainda é pior ainda e quando dá a gente passa também por trabalhos. Porque a gente tem que tá limpando e se sacrifica às vezes as mãos; às vezes minhas mãos cheias de calos, de agarrar as caixa. Então às vezes eu digo pro meu marido, às vezes eu tinha até vergonha de escrever e tudo assim porque agora que as minha unha tão se recuperando, porque as minha unha são muito fraca e pra fazer a atividade, a gente fica que não fica com as mãos, fica com as mãos grossas, cheias de calo. Eu digo, o serviço da mulher era pra ser mais valorizado. Principalmente das mulher dos pescador; e muitas vezes não são, porque eles não pagam os direito da gente. Então, infelizmente é assim, guria. Eu não sei, amanhã ou depois pode até mudar. A gente espera é que mude pra melhor, mais hoje em dia eu não sei, tá muito difícil. T2M-53.

Enfim, em muitas falas, foi observado um grande sentimento de descontentamento, pelo fato de não serem reconhecidas enquanto trabalhadoras da pesca, no regime de economia familiar e também, para algumas, enquanto “pescadoras”.

E se o marido morre? O marido se aposenta, morre ou deixa dela, o que vai ser dela, né? Tem muitas aqui que são muito trabalhadeiras! Não vão pro mar, não vão, né? Mas fora do mar, depois que o marido voltou, botou o pezinho em terra, fazem tudo! O marido não faiz nada, às veiz. A vizinha aqui, ele chega, ele já vai tomar um banho, vai tomar um café, fazer sua refeição e vai descansar. E ela mesmo escolhe aquele camarão, aquele siri. Eela mesmo vende, ela mesmo cozinha, ela tira aquela carne, ela faz o almoço e já: “Ó marido, tá na hora!” chamando ele pra almoçar. Aí ele se levanta, aí que ele vai arrumar alguma coisa da pesca, né? Pra sair de tarde. A maioria das mulher, aqui na nossa volta, a maioria faiz tudo isso aí. Mais se saindo daqui já, é meia dúzia numa mão, é o que dá... M4M-68

Também destacamos que os papéis e atividades desempenhadas pelas mulheres, longe de ser um componente acessório, são fundamentais para o modo de vida das famílias.

Safra ruim! Safra ruim que nem foi ano retrasado, se a mulher do cara não se sentar, não tirar uma carne de siri, não come! Tu não ganhas pra ti manter! Não ganhas, de certeza! Que muitas vezes eu trazia o siri, ela que mantinha a casa, com a carne de siri! Ela que mantinha, muitas vezes! Não foi uma vez, nem duas, foi várias! De passar meses aí e ela tirando carne de siri pra manter a casa. Que era esses meses de junho aí, julho, na safra ruim de camarão. Olha, rapaz, é horrível! P2H-169

Mas quem assumiu esse velho aqui foi a minha filha! Foi a minha filha! Então eu sinto orgulhoso disso! M5H-141 *E fico triste em saber que ela não recebeu o que por direito ela tinha! Tem tanta gente que não exerce essa profissão, que não faz nada na pesca. Só porque tem os papel, são pescador? Ah, pára!* M5H-142

Assim, podemos observar que as mulheres desempenham diversos papéis, que são complementares às atividades masculinas na pesca, ousando inclusive mostrar que a divisão sexual de trabalho na pesca, pesca-mar-homem e “ajuda”-casa-mulher, não é assim tão rígida e tem-se mostrado variável, conforme a família e seus membros precisam desempenhar outros papéis para manter a família, em situações de crise e alto estresse, como nos anos de safras “ruins”.

6.3. Papéis das mulheres e capacidade adaptativa

Assim, após descrever os papéis desempenhados pelas mulheres, discutiremos sobre alguns indicadores de capacidade adaptativa, relacionando esses papéis desempenhados por elas para compreender como os mesmos podem contribuir para a manutenção dos modos de vida das famílias de pescadores artesanais. Assim, utilizaremos os critérios adaptados de Marschke e Berkes (2007) e Kalikoski et al. (2010), que foram adaptados para a pesquisa, conforme a tabela 12:

Tabela 12. Critérios associados à capacidade adaptativa e respectivos papéis associados a eles.

Critério	Descrição	Papéis
Diversificação e especialização	Famílias que diversificam, seja outras espécies e/ou outras atividades, tendem a ser menos vulneráveis.	Beneficiamento informal do pescado aumenta a diversificação para além da captura. Outros trabalhos dentro e fora da pesca aumentam a diversificação de atividades
Comércio	A segurança alimentar dos pescadores	Beneficiamento informal do

e subsistência	depende da proteína animal obtida de produtos pesqueiros.	pescado gera renda e produtos investidos em subsistência.
Inovação e conservação	Táticas usadas para manutenção dos recursos e como adaptação a eventos adversos.	Beneficiamento doméstico diminui a vulnerabilidade em anos de baixo preço. Outras formas de comercialização inovam, diminuindo a dependência do atravessador.
Políticas e integração da pesca	O papel ou falta de políticas públicas para assistir às famílias na manutenção dos seus modos de vida e evitar a segregação em condições adversas.	Políticas públicas geram renda em curto prazo, mas diminuem a flexibilização, a diversificação e aumentam a vulnerabilidade em longo prazo.
Localização e externalização	Quanto mais dependente de um mercado (local/nacional) em particular, mais vulnerável.	O beneficiamento informal e outras formas de comercialização diminuem a dependência da comercialização aos atravessadores.
Mudanças nas práticas pesqueiras	Mudanças nos calendários, nas técnicas e espécies podem estar relacionados a um aumento ou diminuição da vulnerabilidade.	Outros trabalhos na pesca podem ter efeitos positivos diante de mudanças nas práticas. O beneficiamento e a pesca de maior número de espécies diminui a vulnerabilidade das famílias.
Incertezas	Maiores incertezas geram maiores vulnerabilidades, se os mecanismos de lidar com elas não estiverem presentes.	Beneficiamento informal diminui a vulnerabilidade em anos de muito pescado. Outros trabalhos dentro e fora da pesca garantem outras rendas em anos/épocas ruins. Recebimento de direitos sociais e trabalhistas pelas mulheres garantem rendas mais regulares.
Escala e coesão social	O nível de coesão entre familiares e entre famílias estão relacionados às estratégias para lidar com as questões de vulnerabilidade.	O beneficiamento doméstico e outros trabalhos na pesca, além dos trabalhos reprodutivos são possíveis em virtude de relações sociais de coesão e parceria entre familiares.
Auto-organização comunitária	Quanto mais organizada a comunidade, mais propícia a obter sucesso ao lidar com choques e estresses.	Outras formas de comercialização refletem níveis de organização comunitária. Ações de empoderamento das mulheres e luta por seus direitos, principalmente no âmbito do FLP, refletem organização comunitária.
Adaptação	Quanto mais flexíveis as regras e	Beneficiamento informal mostrou

e mecanismos de aprendizagem	práticas de pesca presentes, maior a capacidade adaptativa.	ser uma estratégia com certo nível de capacidade adaptativa.
------------------------------	---	--

O papel produtivo das mulheres, encontrado com maior frequência nas famílias, é a estratégia de beneficiamento informal, realizado no âmbito doméstico pelas famílias. De acordo com as entrevistas, vimos que o beneficiamento das espécies pescadas sempre foi feito pelas famílias, seja para consumo doméstico ou para comercialização. De acordo com os critérios relacionados à capacidade adaptativa, é uma estratégia que reflete a capacidade de *inovação e conservação e de diversificação*, pois apresenta-se enquanto uma estratégia inovadora para sobreviverem diante do contexto de vulnerabilidade já descrito, indo além da atividade de captura. Isso é possibilitado pelo fato de a família já possuir capital humano para isso, visto que as mulheres possuem saberes sobre as técnicas de beneficiamento, normalmente aprendidos com os pais. E há famílias que diversificam as espécies beneficiadas, não só o siri e o camarão, mas também peixes. Essa estratégia também apresenta características importantes de *coesão social*, em virtude do capital social necessário para a atividade possuído pelas famílias, pois a força de trabalho continua, vindo principalmente da própria família ou de outras redes de relações sociais, sendo, em muitos casos, um trabalho não pago, já que gera renda para a família como um todo e não de forma individual. Tem-se mostrado também uma estratégia com características de *comércio e subsistência*, e *localização e internalização*, visto que foi uma das poucas estratégias realizadas pela família que faz um enfrentamento, apresentando resultados satisfatórios em agregar valor ao pescado, ainda que frequentemente em escala local e ainda dependente do atravessador para a comercialização. Ou seja, através de características de *adaptação e mecanismos de aprendizagem*, as famílias viram no beneficiamento realizado pelas mulheres para atravessadores e compradores, nas “salgas” e empresas de pesca, uma janela de oportunidade para agregar valor, não mais para o atravessador, mas para a própria família.

Essa é ainda uma estratégia flexível, visto que é mais utilizada em anos de maior produção e que apresentam menores preços pagos pelos produtos; ou seja, as famílias

avaliam se vale a pena investir trabalho e tempo nessa estratégia. Além disso, em várias famílias, em especial nas áreas rurais, que são mais dependentes dos atravessadores, tem sido uma estratégia fundamental para a manutenção das famílias. Assim, famílias que optam pela estratégia de beneficiamento, mostraram-se menos vulneráveis aos baixos preços pagos, durante anos de boas capturas do pescado, diminuindo as *incertezas* com relação a isso. O beneficiamento também tem se mostrado importante para as famílias, na divisão da renda em forma monetária gerada individualmente (ex.: o camarão para o homem e o siri para as mulheres) ou familiar, sendo um dinheiro por estar relacionado à renda das mulheres, investido principalmente em despesas da casa e dos filhos, de fundamental importância para o bem-estar e a segurança alimentar.

Outro papel das mulheres é atuar em outras formas de comercialização, diferentemente da venda direta ao atravessador. Algumas famílias têm encontrado oportunidades de *Inovação e Conservação*, através da venda dos seus produtos, nas suas próprias residências, direto ao consumidor, que podem ser turistas, donos de restaurantes, moradores de outras regiões, etc. Também com características de *Localização e Externalização*, abre outras possibilidades além de apenas a venda direta ao atravessador. A comercialização, através de associações e cooperativas e o beneficiamento por mulheres, já ocorreu na localidade do Prado, sendo decorrente de ações importantes de auto-organização comunitária, através da criação da APESMI, apesar de não estar beneficiando e comercializando atualmente, por não ter finalizado a construção do entreposto.

Os outros trabalhos de pré e pós-captura apresentam características adaptadas de *Mudanças nas práticas de pesca e Escala e Coesão social*. Longe de terem uma função auxiliar, a “ajuda” das mulheres aos maridos, em atividades como embarque e desembarque de pescado e apetrechos de pesca, manutenção de embarcações e apetrechos, e atividades de captura, também contribuem para a manutenção da atividade da pesca, pois são atividades complementares, tão importantes quanto a captura. *Mudanças nas práticas de pesca*, como alterar a área de pesca, optando por pescar e comercializar em locais mais próximos às residências, pode aumentar o esforço de trabalho de outros membros da

família nessas atividades, mesmo que de forma mais irregular, sendo o inverso também possível de ocorrer. Além disso, outras mudanças, como saídas de membros das famílias, doenças, baixo ingresso de jovens nessas atividades, pode fazer com que se aumente a importância de algumas atividades para as mulheres, como o fato de muitas mulheres passarem a ser “proeiras” dos maridos, em todas as pescarias ou em algumas delas, ou outros trabalhos na pesca, como remendar e fazer redes.

Os papéis associados a trabalhos fora da pesca também possuem características importantes de capacidade adaptativa. Nas regiões rurais, há poucas possibilidades de trabalho, visto a sua localização distante dos centros urbanos, com opções vinculadas normalmente à agricultura e criação de animais, importantes também para a *Subsistência*. Já para as áreas urbanas, há maior possibilidade de desempenho de outras atividades, com possibilidades de diversificar a renda e aumentar o *portfólio* de atividades da família, trabalhando não só em faxinas, mas em empregos urbanos como comércio, além do trabalho em empresas de pesca e na pesca industrial. No entanto, observamos que as famílias possuem limitada capacidade de diversificação de atividades, devido aos baixos níveis de escolaridade e ao fato de terem sempre exercido a pesca, como principal atividade. Esses trabalhos, mesmo sendo, na maioria, informais e irregulares, podem contribuir para aumentar a diversificação de renda e trabalho das famílias, diminuindo as *Incertezas* e, em consequência, a vulnerabilidade em anos ruins. Nas entrevistas encontramos exemplos de famílias em que alguns de seus membros possuem salários fixos, o que é muito importante para as famílias, devido às variáveis rendas vindas da pesca.

Conforme já falamos na parte anterior, um dos papéis das mulheres nas famílias, ao trabalhar na atividade e possuir a documentação necessária, também tem sido o de contribuir com a renda da família, através do recebimento de direitos sociais e trabalhistas, como “seguro-defeso”, pensões, aposentadorias, licença-maternidade e outros. Ou seja, ao invés de apenas um membro ser trabalhador da pesca, com seus direitos garantidos, temos mais de um membro, normalmente sua esposa, com direitos também garantidos, seja como “pescadora” ou dentro do regime de economia familiar.

No entanto, as próprias políticas, que têm garantido a ampliação dos direitos de muitas mulheres como pescadoras e trabalhadoras da pesca, a partir do regime de economia familiar, apresentam-se de forma contraditória, pois têm contribuído para aumentar a vulnerabilidade das famílias, segundo os critérios de capacidade adaptativa. Há uma tendência de que as diversas legislações para a pesca artesanal valorizem a profissionalização do “pescador” profissional, enquanto principal atividade. Essa especialização na pesca diminui e limita as possibilidades de diversificação de outras atividades principalmente fora da pesca, como o exemplo cada vez mais incomum dos pescadores-agricultores (DIEGUES, 1983).

Um exemplo clássico que ilustra as limitações das políticas mostra-se de forma clara na política do “seguro-defeso”, por exemplo, que é extremamente contraditória, pois contribui para que as pessoas cada vez mais se tornem mais dependentes desse seguro, pois enquanto modalidade de seguro-desemprego, não permite que as pessoas que recebem esse benefício exerçam outra atividade, inclusive dentro da própria pesca. No caso da região, o calendário do “seguro-defeso” limita a possibilidade de pescar no inverno (siri, peixe-rei e linguado) as espécies que não possuem datas de defeso, mas na prática acabam proibidas, pois sua época principal de pesca, coincide com o período do recebimento do seguro-defeso. Pensando em termos de flexibilidade, capacidade adaptativa e diversificação, essa é uma política altamente limitante, como outras voltadas à pesca artesanal.

Queremos deixar claro que os próprios do “Censo da Pesca” mostraram que o “seguro-defeso” é uma importante fonte de renda para a família e, em anos ruins, funciona como fonte de segurança social, impedindo que entrem em situações extremas de pobreza (KALIKOSKI, VASCONCELLOS, 2012). Destacada essa importância, o olhar que queremos dar é a partir de uma abordagem voltada para a resiliência e a capacidade adaptativa. Ou seja, apesar de ser uma renda altamente importante para as famílias, especialmente em anos ruins a longo prazo, a política do “seguro-defeso” pode contribuir para aumentar a vulnerabilidade das famílias. Da forma como está estruturada enquanto uma política de seguro-desemprego, limita a capacidade de diversificação de atividades,

inclusive atividades tradicionais, como agricultura, manutenção de apetrechos, e outras atividades ocasionais, que sempre contribuíram para a renda das famílias, diante de um contexto incerto com alta sazonalidade e flutuabilidade dos recursos.

E, por último, mas não menos importante, nenhum dos papéis produtivos anteriormente citados têm eximido as mulheres de exercer quase a totalidade dos trabalhos reprodutivos. A dupla jornada não é incomum. Um dos primeiros papéis assumidos pelas mulheres nas famílias são os papéis reprodutivos e as atividades domésticas, como cuidado da casa, dos filhos e de pessoas idosas ou doentes, entre outras. Conforme já abordado, o trabalho reprodutivo é complementar ao trabalho produtivo, na pesca, em função do fato de que o trabalho doméstico realizado pelas mulheres permite que o marido possa ir ao mar pescar. Ou seja, o afastamento dos membros que exercem a captura é possível, porque existem pessoas que estarão cuidando da residência e das atividades em terra, que não param para acompanhar o período de pesca.

Como principais características associadas aos trabalhos reprodutivos estão a categoria de *Comércio e Subsistência*, visto que a segurança alimentar das famílias de pescadores artesanais depende altamente da proteína animal obtida dos produtos da pesca e muitas das atividades relacionadas à subsistência são desempenhadas pelas mulheres. Em anos de “água doce”, que são anos de safras ruins, as famílias relataram as dificuldades enfrentadas para conseguir manter a família até chegar a época da próxima pescaria. Assim, quanto maior a diversidade de espécies pescadas, visto que muitas delas também são fontes de alimento para as famílias, maior a segurança alimentar das mesmas. Além disso, o incentivo a atividades de agricultura e criação de animais, em pequena escala, diminui também a vulnerabilidade da família em anos ruins e aumenta a segurança alimentar.

6.4. Considerações finais e implicações para as políticas, a gestão e a educação ambiental

Diante desse quadro de desigualdades de gênero na pesca, optamos por realizar uma pesquisa que assume uma perspectiva de gênero, baseada em teorias sistêmicas, complexas e da educação ambiental crítica. De acordo com Aguilar e Castañeda (2001), pesquisas que

assumem as perspectivas de gênero significam assumir que existem relações de poder desiguais entre os gêneros, e que os papéis desempenhados por ambos são importantes na manutenção dos modos de vida. Além disso, podem fornecer possibilidades de construir mudanças rumo a relações de poder participativas e equitativas dentro de processos sustentáveis de desenvolvimento. Isso envolve tornar visíveis as diferenças de gênero com relação ao acesso e controle dos recursos e de seus benefícios, assim como as condições desiguais de participação em questões de tomada de decisão e de habilidades, interesses e necessidades de gênero (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2001).

Vimos que as famílias enfrentam um contexto de vulnerabilidade, com diversos choques, tendências e sazonalidades, que influenciam diretamente no modo de vida e nas estratégias a serem desenvolvidas. Analisando os resultados como um todo, tanto os obtidos em nível do estuário a partir dos dados do “Censo da Pesca”, quanto de forma mais localizada nas quatro localidades estudadas, pudemos obter resultados importantes, sob o ponto de vista de uma abordagem de gênero.

- ✓ Os resultados confirmam a uma divisão sexual de trabalho majoritária, baseada na relação hierárquica da “pesca” dentro da atividade pesqueira, com os papéis produtivos majoritários das mulheres principalmente relacionados a atividades de pré e pós-captura, sendo a força de trabalho concentrada nas atividades de processamento do pescado. Apesar desse padrão, temos uma minoria de mulheres que também atuam em atividades de captura.
- ✓ Para uma análise complexa dessa atividade, os papéis das mulheres devem ser compreendidos na sua totalidade, englobando tanto os papéis produtivos quanto os reprodutivos, enquanto complementares e de fundamental importância para a manutenção dos modos de vida da família.
- ✓ A força de trabalho masculina é principalmente dos “pescadores”, aqueles que atuam na atividade de captura, seguidos dos filhos. E a força de trabalho feminina é constituída, em sua maioria, pelas esposas de pescadores, seguidas das pescadoras, além de filhas e mulheres com outros parentescos. Destacamos como preocupantes, os baixos números de trabalhadores da pesca e o fenômeno de

“envelhecimento” desses trabalhadores, devido ao baixo recrutamento de jovens para ambos os gêneros, visto que a maioria das famílias não quer que os seus filhos trabalhem nessa atividade.

- ✓ Há também variações na participação feminina ao longo dos municípios no estuário e isso parece estar relacionado com as características dos sistemas de produção como tipos de pescaria e espécies-alvo, tecnologias empregadas e formas de trabalho na pesca, além de outras características da cadeia produtiva, como beneficiamento e comercialização. Mas esses dados precisam ser complementados por pesquisas futuras.
- ✓ Encontramos também assimetrias com relação aos direitos de propriedade, no tocante a acesso a recursos e benefícios, sendo as mulheres, principalmente com relação à documentação, mais vulneráveis que os homens, vistas as especificidades das suas atividades e sua dependência com relação à documentação do marido (pescador). Há dificuldades de obtenção de alguns documentos (licença ambiental e matrícula) mesmo para as que atuam na atividade de captura.
- ✓ No geral, ainda é baixa a participação em grupos formais tanto comunitários quanto representativos da pesca. Destaca-se a diferença de gênero na participação em grupos: há maior participação feminina em grupos comunitários diversos; e para grupos relacionados à atividade pesqueira, a participação ainda é predominantemente masculina. É preciso promover a participação feminina nos espaços de representação e tomada de decisão com relação a assuntos da pesca como, por exemplo, o Fórum da Lagoa dos Patos.
- ✓ A Abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis foca na força das capacidades das pessoas diante das situações de estresse e choques, incluindo o seu conhecimento tradicional, suas habilidades e estratégias de modos de vida diversificadas e flexíveis (ALLISSON; HOREMANS, 2006). Por isso vamos destacar o que consideramos de maior força nas estratégias das famílias. Elas utilizam diversos ativos/recursos como fonte de capitais importantes para os seus modos de vida,

destacamos o capital social e o capital humano. As redes sociais intrafamiliares e intracomunitárias funcionam como redes de segurança para a manutenção dos modos de vida, através de empréstimos, redes de trabalho familiares e outras trocas, com forte contribuição para lidar com questões que ameaçam os modos de vida. Essa fonte de capital social tem destaque em pequena escala, geralmente a nível familiar ou comunitário, mas é de extrema importância para sobreviver durante períodos com condições adversas. Para o capital humano, destacamos que, apesar de encontrarmos baixos níveis de escolaridade, pudemos observar que há um investimento das famílias na educação, sendo representado tanto pelos filhos em idade escolar que frequentam a escola, quanto dos próprios pescadores e trabalhadores, os quais alguns têm voltado a estudar, facilitado por projetos de EJA, à distância ou com aulas durante o período do defeso, mostrando-se mais adequados à realidade dos pescadores.

- ✓ Como fatores críticos que afetam a vulnerabilidade ou a força das estratégias dos modos de vida, a análise de diferentes capitais enfatiza a dependência das atividades da pesca e a baixa diversificação a partir de outras possibilidades de atividades econômicas (exceto em atividades ocasionais, para os homens, ligadas a reparos e construção civil; e para as mulheres, atividades ligadas a serviços domésticos, como faxinas), necessárias diante das incertezas da pesca. Famílias que diversificam, seja com outras espécies ou outras atividades, são suscetíveis a serem menos vulneráveis. Encontramos uma baixa diversidade de conhecimentos e habilidades além dos relacionados à atividade pesqueira (exceto para atividades relacionadas à construção civil, saberes possuídos pela maioria dos pescadores), poucas possibilidades de outras atividades dependentes de recursos naturais além da pesca, encontradas apenas nas localidades rurais. Encontramos também uma baixa diversificação nas próprias atividades na pesca, com baixa diversidade de apetrechos e de espécies pescadas.
- ✓ Há ainda uma alta dependência, para a renda da família, de benefícios do governo, como o “seguro-defeso”, conforme destacado por Kalikoski e

Vasconcellos (2012); e o “bolsa-família” para as áreas rurais, além de aposentadorias e pensões, etc. Devido à alta variabilidade e imprevisibilidade da renda gerada pela pesca, quaisquer rendas que se apresentem mais estáveis são de extrema importância para diminuir as vulnerabilidades das famílias.

- ✓ Os papéis desempenhados pelas mulheres apresentam algumas características de capacidade adaptativa, como flexibilidade, diversificação, aprendizagem e adaptação, para enfrentar situações de mudanças e incerteza. A diversidade dos papéis produtivos, desempenhados pelas mulheres ao longo das etapas da cadeia produtiva da pesca artesanal, mostra que a família vem se adaptando a choques, tendências e sazonalidade do contexto de vulnerabilidade como, por exemplo, a atuação em atividades de captura a partir da saída de membros da família da atividade ou diversificando as atividades na pesca através do beneficiamento e comercialização direta ao consumidor; e novas pescarias como a do siri.
- ✓ A estratégia do beneficiamento tem obtido resultados satisfatórios como forma de enfrentamento às variações de preço e exploração pelos atravessadores, em anos com maiores produções. Essa tem sido uma das poucas estratégias efetivas no enfrentamento à exploração dos atravessadores. No entanto, apesar dos sucessos obtidos, o beneficiamento informal apresenta características em sua maioria reativas (BERKES; JOLLY, 2001), pois assemelham-se a respostas de curto prazo e emergenciais, pelo caráter informal, precarizado e que não torna as famílias livres da dependência dos atravessadores.
- ✓ Também destacamos os papéis das mulheres (atividades fora da pesca, beneficiamento fora do âmbito doméstico, aumento da importância de renda obtida por benefícios sociais ou trabalhistas) nas estratégias para enfrentar os choques vindos de anos de “safra ruins”, em que, geralmente, as famílias ficam extremamente vulneráveis. Nesse contexto, com poucas opções de outras pescarias ou atividades, as famílias tornam-se altamente dependentes do benefício como o “seguro-defeso” e das rendas de membros da família.

- ✓ No entanto, apesar de saber da importância do “seguro-defeso”, temos que destacar as consequências do estabelecimento de políticas governamentais, como essas que, na verdade, se enxergadas à luz da resiliência e da capacidade adaptativa, limitam a diversidade, flexibilidade e barram oportunidades para auto-organização e renovação. A própria política inserida em um contexto de crise da pesca torna as famílias cada vez mais dependentes dessas rendas, pois limitam as possibilidades de enfrentamento da incerteza e da sazonalidade da pesca, que sempre existiram para as famílias. Afinal, quanto mais flexíveis as regras e práticas de pesca são, maiores as estratégias de adaptação e aprendizagem, menores serão as vulnerabilidades (KALIKOSKI et al., 2010).
- ✓ Apesar de existirem políticas de incentivo à cadeia produtiva, como criação de agroindústrias, implantação de fábricas de gelo, entrega de caminhões e kit-feira, para a comercialização e beneficiamento do pescado, essas ainda mostram-se dispersas nas localidades, sem políticas de integração entre elas, mostrando poucos resultados efetivos em diminuir a dependência dos pescadores com relação aos atravessadores. Assim, pouquíssimas cooperativas e associações, atualmente estão funcionando, sendo desacreditadas nas localidades, e pouco têm contribuído de forma efetiva, para o enfrentamento da “cadeia produtiva” informal e da exploração dos atravessadores.
- ✓ Há a necessidade de políticas públicas que estejam voltadas não só para as etapas produtivas, mas que também visem promover a qualidade de vida das comunidades, como políticas e projetos de extensão: que promovam a diversificação, buscando a promoção de outras atividades de renda para as famílias; que contribuam para ações de planejamento familiar e continuidade a ações de incentivo à educação, como implementação de EJA adaptados às especificidades da pesca, nos moldes das experiências exitosas na região de estudo.
- ✓ Também é necessário fomentar iniciativas de organização comunitária, sejam voltadas ou não à pesca. Afinal, quanto mais organizada for a comunidade, maior

é a probabilidade de lidar com as vulnerabilidades com sucessos (KALIKOSKI et al., 2010). Acreditamos que o empoderamento das pessoas e das comunidades, sua auto-organização para enfrentar situações de crise, são fundamentais para diminuir as vulnerabilidades. Um exemplo é o caso de comunidades como a região do Prado, que obtiveram avanços, como empréstimos, casas populares para pescadores e outros benefícios através da organização social, presença de lideranças e organizações comunitárias, como a Associação de Pesca, a APESMI que, apesar de ainda enfrentar dificuldades com relação à estrutura e comercialização, já vêm conseguido obter mudanças para a comunidade. Essa auto-organização comunitária também fomenta e é fomentada por projetos de extensão, que são principalmente ligados à Universidade, através de espaços educativos.

Dessa forma, os referenciais teóricos e metodológicos forneceram subsídios para análises sobre as situações das mulheres na atividade pesqueira, possibilitando a geração de dados desagregados por gênero. Também possibilitaram mostrar que, muito diferentemente do que se pensa, “por trás de um grande pescador não está sua grande mulher”, mas ela está ao lado dele, trabalhando e se mostrando presente a partir da diversidade de papéis e atividades complementares aos papéis masculinos na manutenção das famílias.

Tanto a abordagem de equidade de gênero quanto as baseadas nas propostas de co-gestão adaptativa, à luz do conceito de capacidade adaptativa, contribuíram para relacionar os papéis desempenhados pelas mulheres com a capacidade adaptativa das famílias de enfrentar o contexto de vulnerabilidade da atividade. O foco na resiliência representa uma mudança na forma de intervenção da gestão em sistemas sócio-ecológicos, buscando manter a habilidade dos sistemas de se adaptar à mudanças e responder a distúrbios, manter os seus atributos principais, continuar a se auto-organizar e construir capacidade para aprendizagem, experimentação e adaptação (ARMITAGE, 2005; ARMITAGE et al., 2007). Para Folke et al. (2010), foca em três aspectos dos sistemas sócio-ecológicos, resiliência como persistência, mas também como adaptabilidade e transformabilidade.

No entanto, vemos que o contexto institucional da gestão pesqueira, apesar de alguns avanços, pouco tem contribuído para promover mudanças no que se referem às questões de gênero, de desigualdades no acesso e uso dos recursos, nos direitos de propriedade e na participação em espaços de representação e decisão. O contexto institucional da gestão, a partir de algumas de suas políticas públicas, também tem contribuído para diminuir a capacidade adaptativa das famílias, estimulando a especialização e restringindo possibilidades de diversificação e flexibilidade, necessários para se adaptar ao contexto de incerteza e sazonalidade da pesca. As mulheres, mesmo lutando e conseguindo avanços, ainda enfrentam muitas dificuldades decorrentes da invisibilidade social decorrente das relações de gênero. Pesquisas com foco nas relações de gênero têm uma importante contribuição para promover processos de co-gestão rumo a uma gestão de recursos naturais que seja sustentável, equitativa e justa, com menos disparidades entre homens e mulheres, de forma a conseguir “enxergar” e lidar com as complexidades da atividade pesqueira.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960 – 1994. **Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, v. 7, n. 13, p. 9-24, nov. 1999.
- ADGER, W. Neil. Vulnerability. **Global Environmental Change**, n. 16, p. 268–281, 2006.
- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. **METIS: historia e cultura**, v. 8, n. 16, p. 97-119, jul./dez. 2009.
- AGUILAR, Lorena et al. **Quien busca... encuentra: elaborando diagnósticos participativos con enfoque de género (modulo 2)**. Unión Mundial para La Naturaleza. San Jose, Costa Rica: MASTER LITHO S.A., Febrero 1999. Disponível em: <cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/101130.pdf> Acesso em: 28/09/2011.
- AGUILAR, Lorena; CASTAÑEDA, Itzá. **About fishermen, fisherwomen, oceans and tides: a gender perspective in marine-coastal zones**. 1st. ed. San José, CR: IUCN, Absoluto, 2001. Disponível em: <www.undp.org/cu/crmi/docs/iucn-fishermen-in-2001-en.pdf> Acesso em: 26/02/2013.
- ALIER, Juan Martinez. El ecologismo de los pobres. **Revista WANI**, n. 125, p. 2-42-50, Manágua, Nicarágua: Publicación mensual de La Universidad Centroamericana (UCA), abril 1992.
- ALLISSON, Edward H.; ELLIS, Frank. The livelihoods approach and management of small-scale fisheries. **Marine Policy**, n. 25, p. 377-388, 2001.
- ALLISSON, Edward H.; HOREMANS, Benoit. Putting the principles of the Sustainable Livelihoods Approach into fisheries development policy and practice. **Marine Policy**, n. 30, p. 757-766, 2006.
- ANDRADE, Daniel Caixeta. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 14, p. 1-31, ago./dez. 2008.
- ARMITAGE, Derek. Adaptive Capacity and Community-Based Natural Resource Management. **Environmental Management**, n. 35, v.6, p. 703-715, 2005.

ARMITAGE, Derek; BERKES, Fikret; DOUBLEDAY, Nancy. (Ed.). **Adaptive co-management: collaboration, learning, and multi-level governance**. Canada: University of British Columbia - UBC Press, 2007.

ARMITAGE, Derek R. Adaptive co-management for social-ecological complexity. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 7, n. 2, p. 95-102, 2009.

ASMUS, Milton Lafourcarde. A planície costeira e a Lagoa dos Patos. In: SEELIGER, Ulrich; ODEBRECHT, Clarisse; CASTELO, Jorge Pablo. **Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil**. Rio Grande: Ecoscientia, 1998. p. 9-12.

BAVINGTON, Dean; GRZETIC, Brenda; NEIS, Barbara. The feminist political ecology of fishing down: reflections from Newfoundland and Labrador. **Studies in Political Economy**, n. 73, p 159-182, SPRING/SUMMER 2004.

BENNETT, Elisabeth. Gender, fisheries and development. **Marine Policy**, n. 29, p. 451-459, 2005.

BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. Linking Social-Ecological Systems for Resilience and Sustainability. In: _____ (Ed.). **Linking Social-Ecological Systems**. Cambridge University Press., 1998. p. 1-25.

BERKES; Fikret; JOLLY, Dyanna. Adapting to climate change: social-ecological resilience in a Canadian western Arctic community. **Conservation Ecology** , v. 5, iss. 2, art. 18, 2001.

BERKES, Fikret. Rethinking Community-Based Conservation. **Conservation Biology**, v. 18, n. 3, p. 621-630, 2004

_____. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação. In: VIEIRA, Paulo Freire; SEIXAS, Cristiana Simões. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: Conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED e SECCO, 2005. p. 333-378.

BERKES, Fikret et al. (autores da versão original em inglês). KALIKOSKI, Daniela Coswig. (Org.). **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio grande: Ed. Furg, 2006.

BRASIL. Lei 11.959, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. 2009. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 28/05/2011.

CAPRA, Fritjof. EICHEMBERG, Newton Roberval (trad.). **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O <<ambiental>> como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVE, Lucie; ORELLANA, Isabel; SATO, Michele (Org.). **Textos escolhidos em educação ambiental: de uma América a outra**. Tomo 1. Canada: EREQUAM, 2002. p. 85-90.

_____. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (Diretoria de Educação Ambiental), 2004.

CASH, David W. et al. Scale and Cross-Scale Dynamics: Governance and Information in a Multilevel World. **Ecology and Society** v. 11, n 2: 8, 2006.

CHAMBERS, R; CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. Institute of development studies discussion paper no. 296. Brighton: Sussex, 1992. Disponível em: <opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/775/Dp296.pdf>. Acesso em: 29/06/2011.

CUNHA, Luis Henrique; COELHO, Maria Cecilia Nunes. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio Jose Teixeira (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 43-80.

DFID. **Sustainable Livelihoods Guidance Sheets**. Disponível em: <<http://www.enonline.net/resources/667>>. Acesso em: 05/10/2011.

DI CIOMMO, Regina Celia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan./jun. 2007.

DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda: seguro-desemprego (Sistema público de emprego, trabalho e renda, 3)**. São Paulo: DIEESE, 2009. Disponível em: <portal.mte.gov.br/dados_estatisticos/anuario-do-sistema-publico-de-emprego-trabalho-e-renda.htm>. Acesso em: 23/09/2012.

DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda: seguro-desemprego (livro 3)**. São Paulo: DIEESE, 2008. Disponível em: <portal.mte.gov.br/dados_estatisticos/anuário-do-sistema-publico-de-emprego-trabalho-e-renda.htm>. Acesso em: 23/09/2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec- NUPAUB-USP/CEC, 2008.

DIETZ, Thomas et al. The drama of the Commons. In: OSTROM, Elinor et al. (eds.). **The drama of the Commons**. Washington, D. C.: National Academy Press., 2002.

D'INCAO, Fernando; REIS, Enir Girondi. Community-based management and technical advice in Patos Lagoon estuary (Brazil). **Ocean e Coastal Management**, n. 45, p. 531-539, 2002.

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture**. Rome: FAO, 2010.

FASSARELA, Simone Simões. **A vez e a voz de mulheres que atuam na atividade da pesca na Vila São Miguel (RS): Trajetórias e perspectivas**. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental)-Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, 2007.

FOLKE, Carl et al. **Resilience and Sustainable Development: Building Adaptive Capacity in a World of Transformations**. Stockholm, Sweden: Environmental Advisory Council, 2002. Disponível em: <<http://www.sou.gov.se/mvb/pdf/resiliens.pdf>>. Acesso em: 23/08/2011.

FOLKE, Carl. Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, n. 16, p. 253-267, 2006.

FOLKE, Carl et al. Resilience Thinking: Integrating Resilience, Adaptability and Transformability. **Ecology and Society**, v. 15, iss. 4, art. 20, 2010.

- GALVÃO, Melina Chiba. **A educação ambiental através do observador de bordo: uma proposta para inspirar transformações**. 2008. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanologia)-Curso de Oceanologia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, 2008.
- GALVÃO, Melina Chiba; KALIKOSKI, Daniela Coswig. O papel das mulheres do “mar de dentro” na pesca: uma perspectiva de gênero na educação ambiental. In: **X Seminário de Pesquisa Qualitativa**. Rio Grande, 2011. Disponível em: <www.x_pesquisa.furg.br/inscricao/trabalhos/200.doc>. Acesso em: 07/03/2012.
- GARCEZ, Danielle Sequeira; SANCHEZ-BOTERO, Jorge Ivan. Comunidade de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, v. 1, n. 27, p. 17-29, 2005.
- GARCIA, Carlos Alberto Eiras. Características Hidrográficas. O Ambiente e a Biota do Estuário da Lagoa dos Patos. In: SEELIGER, Ulrich; ODEBRECHT, Clarisse; CASTELO, Jorge Pablo. **Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil**. Rio Grande: Ecoscientia, 1998. p. 9-12.
- GARCÍA, Rolando. Interdisciplinaridad y sistemas complejos. In: LEFF, Enrique. (Org.). **Ciencias sociales y formacion ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994. p. 85-125.
- GIBBS, Mark T. Resilience: What is it and what does it mean for marine policymakers? **Marine Policy**, n. 33, p. 322-331, 2009.
- GOMES, Patricio Melo. Pesca, Meio Ambiente e Educação Ambiental. In: COSTA, Adriane Lobo. **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: IBAMA, 2007. p. 115-154.
- HAIMOVICI, Manuel et al. Diagnósticos da pesca no litoral do estado do Rio Grande do Sul. In: ISAAC, Victoria Judith et al. (Org.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no inicio do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos sócioeconômicos e institucionais**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2006. p. 157-180
- HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, p. 1243-1248, 1968.
- HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentavel. **Ambiente y Desarrollo**, Bogota (Colombia), v. XIV, n. 26, 2010.

HOLLING, C. S.; BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. Linking Social-Ecological Systems for Resilience and Sustainability. In: BERKES, Fikret; FOLKE, Carl (Ed.). **Linking Social-Ecological Systems**. Cambridge University Press., 1998. p. 1-25.

HOLLING, C. S. Understanding the Complexity of Economic, Ecological, and Social Systems. **Ecosystems** n. 4, p. 390-405, 2001.

JENTOFT, Svein. Co-management: the way forward. In: WILSON, D.G.; RAAKJAER NIELSEN, J.; DEGNBOL, P. (Eds.). **The fisheries Co-management Experience: Accomplishments, Challenges and Prospects**. The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 1-14.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; VASCONCELLOS, Marcelo; LAVKULICH, Les. Fitting institutions to ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the estuary of Patos Lagoon. **Marine Policy**, v. 26, p. 179-196, 2002.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; ROCHA, Ronaldo D.; VASCONCELLOS, Marcelo Cunha. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. **Ambiente e Educação**, v. 11, p. 87-118, 2006.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; SILVA, Patricia Pinto da. Avanços e desafios na implementação de gestão compartilhada no Brasil: lições comparativas do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da Resex Marinha de Arraial do Cabo (RJ) In. COSTA, Adriane Lobo. **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: IBAMA, 2007. p. 115-154.

KALIKOSKI, Daniela Coswig et al (Org.). **Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir**. Brasília: IBAMA, 2009.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; NETO, Pedro Quevedo; ALMUDI, Tiago. Building adaptive capacity to climate variability: The case of artisanal fisheries in the estuary of the Patos Lagoon, Brazil. **Marine Policy**, v. 34, 2010, p. 742-751.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; VASCONCELLOS, Marcelo Cunha. **Case study of the technical, socio-economic and environmental conditions of small-scale fisheries in the estuary of Patos Lagoon, Brazil: a methodology for assessment**. FAO Fisheries and Aquaculture Circular. No. 1075. FAO, Rome, 2012.

KRANTZ, Lasse. **The Sustainable Livelihood Approach to Poverty Reduction: an Introduction**. Division for Policy and Socio-Economic Analysis - Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA): Sweden, 2001. Disponível em: <http://www.forestry.umn.edu/prod/groups/cfans/@pub/@cfans/@forestry/documents/asset/cfans_asset_202603.pdf>. Acesso em: 27/06/11.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais**. 2000. Disponível em: <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_FR_30.pdf>. Acesso em: 21/06/2011.

LITTLE, Paul Elliot. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade (Série Antropologia)**. Universidade de Brasília: Brasília-DF, 2002.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política** (Coleção questões da nossa época; v. 39). São Paulo: Cortez, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

MAHON, Robin; MCCONNEY, Patrick; ROY, Rathindra N. Governing fisheries as complex adaptive systems. **Marine Policy** n. 32, p. 104–112, 2008.

MANESCHY, Maria Cristina. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **Proposta**, n. 84/85, p. 82-91, 2000.

_____. AS FACES DA SEREIA: formas de presença feminina nos movimentos sociais de pescadores em países do Norte e do Sul. In: **Workshop internacional sobre a pesca artesanal**, 1997, Fortaleza. Anais do workshop internacional sobre pesca artesanal, v. 1., 1997. p. 133-155.

_____. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense, Emilio Goeldi, 1994. p. 251-258.

MARSCHKE, Melissa J.; BERKES, Fikret. Exploring strategies that build livelihood resilience: a case from Cambodia. **Ecology and Society**, vol. 11, iss. 1, art. 42, 2006.

MCCONNEY, Patrick; CHARLES, Anthony. Managing Small-Scale Fisheries: Moving Toward People-Centered Perspectives. In: GRAFTON, R. Quentin et al. (Ed) **Handbook of Marine Fisheries Conservation and Management**. Oxford University Press Inc., 2010. p. 532-545.

MELO, Maria de Fatima Massena. Políticas públicas entre pescadoras artesanais: invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo. In: **FAZENDO GENERO 8 - CORPO, VIOLENCIA E PODER**. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST15/Maria_de_Fatima_Massena_de_Melo_15.pdf>. Acesso em: 21/06/2011.

MMA/SEAP. Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP n° 3, de 9 de fevereiro de 2004. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2004/in_mma_seap_03_2004_regulamentapescalagoadospatos_rs.pdf>. Acesso em: 05/05/2012.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORIN, Edgar. JACOBINA, Eloá (trad.) **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, Vol. III, n. 2, 1999, p. 377-399.

MPA. **Resoluções da 3a Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (Consolidação de uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável da Aquicultura e Pesca)**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2009. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/#publicidade/publicacoes>>. Acesso em: 04/09/2011>.

- NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Cátia. Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos-RS. **REMEA**, v.16, p. 85-106, janeiro- junho 2006.
- OSTROM, Elinor et al. Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. **Science**, v. 284, p. 278-282, 1999.
- OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge Univ. Press, 1990.
- PASQUOTTO, Vinicius Frizzo. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- PEREIRA, Manuela Barroso. **Comparação e considerações sobre o Manejo Pesqueiro de Áreas de Conservação. Estudos de caso: Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, Santa Catarina, Brasil e Reserva de la Biosfera Banco Chinchorro, Quintana Rôo, México**. 2007. 122 f. Monografia (Curso de Graduação em Oceanologia)-Departamento de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.
- PLUMMER, Ryan; FITZGIBBON, John. Connecting Adaptive Co-Management, Social Learning, and Social Capital through Theory and Practice. In: ARMITAGE, Derek; BERKES, Fikret; DOUBLEDAY, Nancy. (ed.). **Adaptive co-management: collaboration, learning, and multi-level governance**. Canada: University of British Columbia - UBC Press, 2007. p. 38-61.
- PORTES, Alejandro. Capita Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.º 33, p. 133-158, 2000.
- PORTO, Gabriela de Donati. **Análise das estratégias de reprodução social dos Pescadores de Rio Grande/RS numa perspectiva do cotidiano, geracional e de gênero**. 2010. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (Diretoria de Educação Ambiental), 2004. p.113-140.

RAKODI, Carole. A Livelihood Approach – Conceptual Issues and Definitions. In: RAKODI, Carole; LLOYD-JONES, Tony (Ed.). *Urban livelihoods: a people-centred approach to reducing poverty*. London Earthscan Publications. 2002. p. 3-22.

REIGOTA, Marco Antonio dos Santos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1994.

REIS, Enir; D'INCAO, Fernando. The present status of artisanal fisheries of extreme Southern Brazil: an effort towards community-based management. **Ocean & Coastal Management**, n. 43, p. 585-595, 2000.

RESILIENCE ALLIANCE. **Assessing resilience in social-ecological systems: workbook for practitioners**. Version 2.0. 2010. Disponível em: <<http://www.resalliance.org/3871.php>>. Acesso em: 02/08/2011.

SCOTT, Joan W. Gender: a Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SEELIGER, Ulrich; ODEBRECHT, Clarisse; CASTELLO, Jorge Pablo (Ed.). **Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil**. Rio Grande, Ecoscientia, 1998.

SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, Cesar; BARCELOS, Lauro. **Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil**. Rio Grande: Ecoscientia, 2004.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSON, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 139-151.

SOUZA, Marco Aurelio Alves de. **Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul: 1960 a 1997**. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)-Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato Rivaben de. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, Adriane Lobo. **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: IBAMA, 2007. p. 15-83.

WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade a dependência: a mulher e o ambiente em comunidades "pesqueiras" do Nordeste (Serie Antropologia)**. Brasília, 1991. Disponível em: <<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomar-bd/files/2010/10/Serie111empdf4.pdf>>. Acesso em: 07/07/2011

APÊNDICE A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Os papéis das mulheres na manutenção dos modos de vida de comunidades pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos – RS: contribuições para a gestão e a educação ambiental.

Pesquisadora Responsável: Melina Chiba Galvão

Telefone para contato do pesquisador(a): (53) 8102-6264

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa deve-se ao fato de que os papéis das mulheres e sua importância para a manutenção dos modos de vida de famílias de pescadores artesanais têm se mostrado invisíveis para a gestão da pesca, frequentemente não sendo reconhecidos. No contato com as comunidades, observa-se que as mulheres desenvolvem diversos papéis produtivos e reprodutivos, na pesca e fora de pesca, que são de fundamental importância para ajudar a manter os modos de vida tradicionais de famílias pesqueiras, em especial no que se refere ao enfrentamento de situações de incerteza e de crise na qual a pesca vem passando. A pesquisa se justifica pelo fato de que poucas pesquisas têm tido como foco a mulher na pesca e são comumente voltadas para os recursos pesqueiros ou as atividades de captura, que são realizadas em sua maior parte pelos homens. Além disto, trabalha-se com a hipótese de que as atividades desempenhadas pelas mulheres têm um papel fundamental para o enfrentamento da crise na pesca, fortalecendo as estratégias de sobrevivência das famílias, diminuindo as vulnerabilidades e aumentando a capacidade adaptativa das famílias e das comunidades pesqueiras. O objetivo deste projeto é compreender quais os papéis das mulheres na manutenção da capacidade adaptativa de famílias e de comunidades pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, diante da atual crise pesqueira. Os procedimentos de coleta de dados serão da seguinte forma: através de entrevistas com pescadores e pescadoras de comunidades pesqueiras (Ilha da Torotama, Ilha dos Marinheiros, Vila São Miguel e 4ª Secção da Barra), contará também com filmagens e fotografias, e reuniões para apresentação dos resultados da pesquisa.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Os papéis das mulheres na manutenção dos modos de vida de comunidades pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos – RS: contribuições para a gestão e a educação ambiental”. Fui informado(a) pelo(a) pesquisadora Melina Chiba Galvão dos objetivos da pesquisa acima, de maneira clara e detalhada. Esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Autorizo () Não autorizo () a publicação de eventuais fotografias que o(a) pesquisador(a) necessitar obter de mim, de minha família, do meu recinto ou local para o uso específico em sua dissertação ou tese.

Local e data: _____ / _____ / _____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Av. Itália, km 8, s/nº - Campus Carreiros - Rio Grande/RS - Caixa Postal: 474

CEP 96201-900- Tel: (53) 3233.6615 - E-mail: mea@furg.br

APÊNDICE B

Entrevista semiestruturada

Mulheres

- Capitais

Dados gerais da Unidade familiar:

Quantos membros fazem parte da família?

Membro	Idade	Escolaridade	Habilidades

Quais as principais rendas da família?

Quantas pessoas da família trabalham na pesca? Em quais pescarias e quais atividades realizam?

Membro	Atividade na pesca

Quais atividades realiza na pesca?

Você pesca? Conhece mulheres que pescam?

Desde quando começou a desenvolver atividades na pesca? Com quem aprendeu ou quem influenciou?

Possuem artes de pesca, embarcações? Quais?

Possuem algum documento (carteira de pescador - RGP, licença, matrícula na Capitania, talão do produtor)?

Contribuem para o INSS? Já recebeu algum benefício (auxílio-doença, auxílio ou licença maternidade, etc)?

A família acessa outros benefícios do governo (bolsa-escola, bolsa-família, etc)?

Quantas pessoas na família recebem seguro-defeso?

Você ou alguém da família realiza outras atividades fora da pesca?

Possuem alguma horta, criação de animais ou de plantas medicinais? Quem cuida?

Vocês realizam algum tipo de beneficiamento?

Quanto da produção é beneficiado e como isso é definido?

Quanto da produção é separado para o consumo doméstico? Ou troca por produtos para o consumo doméstico?

Está vinculada a alguma colônia ou associações de pesca?

Participa do Fórum da Lagoa dos Patos?

Realiza atividades comunitárias? Participa de associações, grupos comunitários?

Como são divididas as atividades reprodutivas (domésticas) entre os membros da família?

- Contexto

Quais os principais desafios/problemas para viver da pesca hoje?

O que a família tem feito para enfrentar esses desafios? Como vocês sobrevivem?

E antigamente, quais eram os principais desafios/problemas?

Desde que a família começou a viver da pesca, quais são as principais mudanças na pesca?

Como os trabalhos mudaram daquela época para hoje? Existem atividades que você fazia e que não faz mais ou diminui?

Como você enxerga as mudanças na comunidade?

- Atividades e estratégias adaptativas

Se fosse analisar o relógio de 24 horas, com as atividades desempenhadas por você, como você descreveria?

E como descreveria para o seu marido?

E como seria esse relógio, quando vocês começaram a atuar na pesca?

E o calendário anual de atividades, como seria? Existem períodos específicos de atividades no ano?

Como seria esse calendário anual, quando você começou a atuar na pesca?

Quais são as rendas principais da família? Como elas variam de um ano para outro?

Como você descreveria a variação entre safras boas e ruins?

Nas ruins, quais atividades desempenhadas para manter a família (dentro da pesca e fora da pesca)? É preciso incluir outras atividades para manter a família?

No tempo de crise da pesca, o que fazia antes e agora o que faz?

Se ficasse impedido de pescar, o que seria feito para manter a família?

Como você vê o papel da mulher na pesca hoje?

Homens

- Capitais

Quantas pessoas da família trabalham na pesca? Em quais pescarias e quais atividades realizam?

Quais atividades realiza na pesca?

Realiza atividades comunitárias? Participa de associações, grupos comunitários?

Como são divididas as atividades reprodutivas (domésticas) entre os membros da família?

- Contexto

Quais os principais desafios/problemas para viver da pesca hoje?

O que a família tem feito para enfrentar esses desafios? Como vocês sobrevivem?

E antigamente, quais eram os principais desafios/problemas?

Desde que a família começou a viver da pesca, quais são as principais mudanças na pesca?

Como os trabalhos mudaram daquela época para hoje? Existem atividades que você fazia e que não faz mais ou diminui?

Como você enxerga as mudanças na comunidade?

- Atividades e estratégias adaptativas

Se fosse analisar o relógio de 24 horas, com as atividades desempenhadas por você, como você descreveria?

E como descreveria para a sua esposa?

E como seria esse relógio, quando vocês começaram a atuar na pesca?

E o calendário anual de atividades, como seria? Existem períodos específicos de atividades no ano?

Como seria esse calendário anual, quando você começou a atuar na pesca?

As rendas principais variam de acordo com os meses do ano? E de um ano para outro? O que define isso?

Como você descreveria a variação entre safras boas e ruins?

Nos anos de safras ruins, quais atividades desempenhadas para manter a família (dentro da pesca e fora da pesca)? É preciso incluir outras atividades para manter a família?

No tempo de crise da pesca, o que fazia antes e agora o que faz?

Se ficasse impedido de pescar, o que seria feito para manter a família?

Como você vê o papel da mulher na pesca hoje?